

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANA CAROLINA DA COSTA BARBOSA

UTILIZAÇÃO DA MOEDA SOCIAL COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO DA INOVAÇÃO SOCIAL OCORRIDA EM
MARICÁ/ RJ

SEROPÉDICA - RJ
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANA CAROLINA DA COSTA BARBOSA

UTILIZAÇÃO DA MOEDA SOCIAL COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL - ESTUDO DE CASO DA INOVAÇÃO SOCIAL OCORRIDA EM
MARICÁ/ RJ

Sob orientação do Professor
Euler David de Siqueira, D.Sc

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

SEROPÉDICA - RJ
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

ANA CAROLINA DA COSTA BARBOSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08/10/2021.

**Euler David de Siqueira. Prof. Dr. – UFRRJ
(Orientador)**

**Luciana Thais Villa Gonzalez. Prof.^a Dr.^a - UFRRJ
(Membro Interno)**

**Isabela de Fátima Fogaça. Prof.^a Dr.^a - UFRRJ
(Membro Interno)**

**Vera Maria Guimarães. Prof.^a Dr.^a - UNIMPAMPA
(Membro Externo)**



Emitido em 03/10/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº Folha de assinatura/2022 - DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
(Nº do Documento: 20833)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/10/2022 11:18)

EULER DAVID DE SIQUEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1243562

(Assinado digitalmente em 03/10/2022 17:44)

ISABELA DE FATIMA FOGACA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1771910

(Assinado digitalmente em 04/10/2022 11:18)

LUCIANA THAIS VILLA GONZALEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAdT/IM (12.28.01.00.00.82)
Matrícula: 1719301

(Assinado digitalmente em 03/10/2022 21:00)

VERA MARIA GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 472.142.520-15

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
20833, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **03/10/2022** e o código de
verificação: **596af6e54d**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A presente dissertação de mestrado não poderia ser concluída sem o precioso apoio de diversas pessoas. Por isso, registro aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao meu marido, Luan, que acredita muito no meu potencial e que sempre me incentiva a buscar meus sonhos, independentemente do quão desafiadores sejam.

Aos meus pais, Eliane e Carlos, por me oferecerem todo o amparo, apoio e suporte, além do típico acolhimento, que somente os pais sabem dar.

Ao meu irmão, Murilo, por sua fiel amizade e constante incentivo.

Aos meus cachorros, Darth, Amora e Nina, que foram, muitas vezes, meu suporte emocional para enfrentar os desafios pessoais que ocorreram nesse período.

A todos os meus amigos. Especialmente às incríveis amigas, Adriene, Monique e Mariana, que conheci no mestrado e que tanto me escutaram, entenderam e apoiaram.

Aos professores, que com muita paciência e dedicação, ensinaram-me não somente o conteúdo programado, mas também a questionar e desafiar o status quo.

Ao meu orientador, Euler, deixo um agradecimento especial, pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa. Além de destacar sua paciência, incentivo e coragem, ao me conduzir por um caminho de conhecimento muito além da minha zona de conforto.

Gostaria também de agradecer às professoras integrantes da minha banca examinadora, Luciana, Isabela e Vera, que dedicaram seu tempo em contribuir com seus conhecimentos e melhorar consideravelmente a minha dissertação.

RESUMO

O Brasil é um país de extrema desigualdade social e muitas vezes, por isso, tem agravadas situações de pobreza, evasão escolar e violência. Essa desigualdade é resultado de diversos processos sociais que ocorrem desde a data da colonização do país e de diversos outros que, infelizmente, ocorrem até os dias atuais. Uma das soluções, que vem sendo utilizada com o objetivo de minimizar as consequências dessa desigualdade, é a implementação de alguns projetos de utilização de moedas sociais. Esse conceito é completamente aderente à Agenda 2030, que tem em sua estrutura pelo menos um objetivo direto de erradicação da desigualdade social, e alguns outros objetivos que, indiretamente, combatem a desigualdade globalmente. Maricá, município do estado do Rio de Janeiro, é um dos locais onde ocorre o uso da moeda social. O projeto é uma iniciativa de distribuição de renda proveniente de *royalties* do petróleo através de uma moeda digital, de aceitação local. Apesar da melhoria de renda vivenciada por parte da população, sempre existiu a dificuldade de vislumbrar a melhoria social experimentada pelos beneficiários desse tipo de projeto. Para isso, esse estudo se propôs a investigar os benefícios sociais, atrelados ao tema de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, percebidos pela população. Os recursos metodológicos empregados à realização dessa pesquisa incluíram estudo de caso, aplicação de questionários e pesquisa bibliográfica, em que se buscou estudar a transformação do uso e entendimento da moeda, desde ferramenta de exclusão até seu papel anticapitalista de moeda social. Os resultados mostram haver indícios suficientes que corroboram com a tese de que o uso da moeda social traz benefícios locais, econômicos e sociais, que permeiam a vida dos beneficiários, gerando a autopercepção de aumento na qualidade de vida individual e familiar, mostrando-se forte aliado na busca do desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade social, moeda social, Mumbuca

ABSTRACT

Brazil is a country of extreme inequality, and therefore, it has severe situations of poverty, school dropout and violence. This inequality is the result of several social processes that occur since colonization and, unfortunately, occur until present days. One of the solutions, which has been used in order to minimize the consequences of this inequality, is the implementation of some social currency's projects. This concept is fully adherent to the 2030 Agenda, which has at least one objective of eradicating social inequality and some others that, indirectly, combat inequality globally. Maricá, a city in the state of Rio de Janeiro, is one of the places where social currency is used. The project is an initiative to distribute income from oil royalties, through a locally accepted digital currency. Despite the income improvement experienced by the population, there was a difficulty of envisioning the social improvement experienced by the beneficiaries of this type of project. Therefore, this study was proposed to investigate the social benefits linked to the sustainable development theme of Agenda 2030, perceived by the population. The methodological resources used in this research included a case report, application of questionnaires and bibliographic research. The main objective of this project was to study the transformation of the use and the understanding of the currency, from a tool of exclusion to its anti-capitalist role as a social currency. As results, there is enough evidence to support the thesis that the use of social currency brings local, economic and social benefits to the beneficiaries' lives, creating a self-perception of increased quality of life. Thus, it becomes a strong ally in the pursuit of sustainable development.

KEYWORDS: social inequality, social currency, Mumbuca

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios beneficiários de Royalties e seus respectivos valores.....	46
Tabela 2 - Resultado geral questionário	74
Tabela 3 - Resultado geral segmentado do questionário	75
Tabela 4 - Resultado geral segmentado da questão 14.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	42
Quadro 2 - Resultado da pesquisa socioeconômica	60
Quadro 3 - Análise de categorias da pergunta 15.....	84
Quadro 4 - Análise de categorias da pergunta 16.....	87
Quadro 5 - Análise de categorias da pergunta 17.....	89
Quadro 6 - Análise de categorias da pergunta 18.....	90
Quadro 7 - ODSs impactados pelo uso da Mumbuca.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da rede de aceitação da Mumbuca	50
Gráfico 2 - Resultado gráfico da questão 2	76
Gráfico 3 - Resultado gráfico da questão 3	76
Gráfico 4 - Resultado gráfico da questão 14	77
Gráfico 5 - Resultado do questionário de forma gráfica	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunicado da prefeitura de Maricá via Facebook	53
Figura 2 - Comentários ao comunicado da prefeitura via Facebook.....	54
Figura 3 - Comentários ao comunicado da prefeitura via Facebook.....	54
Figura 4 - Comentários no YouTube sobre a aparição da Mumbuca no Greg News.....	56
Figura 5 - Empreendedora Luciana recebendo o PAT	57
Figura 6 - Empreendedora Sirlei recebendo o PAT	58
Figura 7 - Empreendedora Erika Silva prestando seu serviço.....	59
Figura 8- Moradora de Maricá em sua casa, construída utilizando Mumbuca.....	59
Figura 9 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"	65
Figura 10 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"	65
Figura 11 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"	65
Figura 12 – Postagens divertidas sobre o benefício ter sido depositado para os beneficiários	66
Figura 13 - Postagens no grupo "só no cartão mumbuca".....	67

Figura 14 - Postagem do grupo "só no cartão mumbuca"	68
Figura 15 - Postagem do grupo "só no cartão mumbuca".....	69
Figura 16 - Postagem de disponibilização do questionário	71
Figura 17 - Depoimentos dos respondentes do questionário.....	72
Figura 18 - Nuvem de palavras da pergunta 15.....	84
Figura 19 - Nuvem de palavras da pergunta 16.....	87
Figura 20 - Nuvem de palavras da pergunta 17.....	88
Figura 21 - Nuvem de palavras da pergunta 18.....	90
Figura 22 - Manifestações contrárias à redução dos benefícios	91
Figura 23 - Postagens e Comentários de demonstração de gratidão.	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	16
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	26
3.1 A evolução do conceito do dinheiro e da moeda	26
3.2 O capitalismo, acúmulo de renda e desigualdade social	30
3.3 Economia solidária e Moeda social	34
3.4 Teoria da Dívida	39
3.5 Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030	41
4 ESTUDO DE CASO.....	45
4.1 Maricá.....	45
4.2 O programa de Renda Básica Cidadania - Bolsa Mumbuca.....	47
4.3 O programa Mumbuca durante a pandemia	51
4.4 Relação dos moradores de Maricá com a Mumbuca	60
4.4.1 Estudo netnográfico das redes sociais	61
4.4.2 Coleta de informações através de questionário	69
5 ANÁLISE DE DADOS.....	74
5.1 Análise quantitativa.....	74
5.2 Análise qualitativa	82
5.3 Análise em relação ao Desenvolvimento Sustentável	97
6 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
APÊNDICE A - Questionário.....	112
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	119

1 INTRODUÇÃO

O meu objetivo com essa pesquisa é investigar os desdobramentos sociais a partir da implementação da moeda social digital, através de indicadores e métricas de percepção de mudança oriundas do projeto Mumbuca, estabelecido no município de Maricá, situado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Parto da ideia de que a qualidade de vida e os desdobramentos sociais podem ser encarados de forma individual e distinta, e que muitas vezes indicadores padronizados não conseguem mensurar a sensação de melhora social em uma percepção individual.

Maurice Merleau-Ponty (1996, p. 21) traz a ideia de que a percepção exige o exame radical da nossa existência por meio do corpo e da imputação de sentido: “a experiência de minha carne como ganga de minha percepção ensinou-me que a percepção não nasce em qualquer outro lugar, mas emerge no recesso de um corpo.” De acordo com o autor, trata-se de descrever, não de explicar o fenômeno da percepção.

Daniel Matos e José Jardimino (2016, p 26) realizaram uma análise bibliográfica e encontraram literaturas que corroboram com o pensamento de Merleau-Ponty. Em suas pesquisas, os autores pontuaram que a percepção é definida, principalmente, como “organização e interpretação de sensações/dados sensoriais que resultam em uma consciência de si e do meio ambiente, como uma representação dos objetos externos/exteriores”. Os autores apresentam a importância do caráter interpretativo atrelado ao conceito de percepção, destacando que a percepção é uma interpretação que determinado indivíduo faz de alguma situação.

Partindo do princípio de que os implementos econômicos por si só não compreendem a totalidade das mudanças e experiências que os maricaenses vivenciam ao utilizar a moeda Mumbuca, procuro entender qual a relação que os usuários da moeda desenvolvem com a mesma. Nesse sentido, a pergunta que pretendo responder com essa pesquisa é: será que a implementação da moeda social local, em Maricá, reduziu a desigualdade e trouxe desenvolvimento sustentável, além de crescimento econômico, para as pessoas e região, de modo perceptível para os seus usuários? Para isso, o objeto de estudo foi definido como a investigação da percepção da mudança da qualidade de vida dos usuários da moeda social Mumbuca a partir do uso desta.

Nali Souza (1993) escreve sobre duas correntes distintas de interpretação do desenvolvimento. Na primeira, o crescimento econômico é visto como sinônimo ao

desenvolvimento. Na segunda, o crescimento econômico figura como condição indispensável ao desenvolvimento, porém não configura condição suficiente. Essa segunda corrente de pensamento é baseada na tradição marxista, que conceitua o crescimento como variação quantitativa do produto, e por outro lado, o desenvolvimento é definido por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas.

Como pesquisadora, no que tange o desenvolvimento, me enquadro na segunda escola de pensamento, baseada no pensamento marxista. Por isso, neste estudo, interpretarei o desenvolvimento como um processo de transformações e mudanças nos âmbitos econômico, político e especialmente social.

Com isso, entendo que o desenvolvimento deve ser resultante do crescimento econômico com propósito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Marco Vasconcellos e Manuel Garcia (2014, p. 242) corroboram com esse pensamento:

[...] é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

O Brasil é um país de extensão continental e, apesar de todas as suas riquezas naturais e força de trabalho da população, ainda é um dos campeões em má distribuição de renda (tendo atingido índices recordes de desigualdades em distribuição de renda em 2018). Além disso, o Brasil ocupa posição de destaque no *ranking* da desigualdade social no mundo, e, como consequência dessa desigualdade, por inúmeras vezes, encontramos diversos problemas sociais como aumento nos índices de pobreza, fome, evasão escolar, crescimento da violência, desemprego, etc. (SALES, 1994).

Esta situação foi o resultado de um processo de relações de poder, como a colonização e a escravização, que se perpetuaram por séculos em nosso país. Além disso, modos de como o homem enxerga o papel do dinheiro, dentro de uma perspectiva capitalista, e usufrui do mesmo, teve contribuição fundamental no processo de desigualdade (HENRIQUE, 1999). A ideia de desigualdade social chegou a ser naturalizada no período da Revolução Industrial, e vista como um processo inalterável (CASTELO, 2010).

A forma como o dinheiro foi sendo percebido em nossa sociedade foi se modificando ao longo do tempo e acompanhando as diversas transformações nos meios de produção e nas relações comerciais. A moeda, em sua origem, foi criada para facilitar o tráfego comercial, com a forma de um elemento intermediário.

George Simmel (2009), sociólogo alemão (1858-1917), foi um dos fundadores da sociologia. Além disso, ele estudava fenômenos urbanos e se interessava por investigar o papel

do dinheiro nas sociedades modernas. O sociólogo demonstrava grande interesse no processo de individualização, nas formas sociais, em como a moeda favorece as trocas entre desconhecidos e aumenta o alcance da ação, etc. Em sua obra “*A psicologia do dinheiro e outros ensaios*”, explicitou a importância da criação da moeda:

[...] para se conseguir o máximo de adimplemento dos nossos fins, é de extremo valor que se introduza na cadeia dos fins um elemento intermediário, em que se possa converter um produto em cada momento e que ele, por seu turno, possa igualmente converter-se em outro, pouco mais ou menos como uma força qualquer - da água que cai, do gás aquecido, da vela de um moinho impelida pelo vento - se introduzida em um dínamo, se pode converter, por meio deste, em uma outra força desejada (SIMMEL, 2009, p. 23).

Ou seja, fazia-se necessário a introdução de algum elemento que pudesse ser manipulado matematicamente para retratar o “valor” de um produto ou bem, de modo a ser um ponto de passagem entre as atividades comerciais. Esse papel, segundo Simmel (2009), foi desempenhado por moedas de prata e ouro durante muito tempo.

Apesar do metal conservar o seu valor ao longo do tempo, a sua alta circulação com sua função de moeda acabou desgastando-o fisicamente e tornando o seu processo de valoração um tanto mais complexo. Com o passar do tempo, o ouro e a prata foram sendo substituídos por outros metais e papéis moedas que conservavam sua existência funcional, sem ter a necessidade de possuir o valor real das mercadorias às quais esse dinheiro compraria (SIMMEL, 2009).

Logo, a introdução do dinheiro na sociedade nos proporcionou a criação de novos meios de produção baseados em divisões de trabalho e tarefas. Esta nova forma de encarar o sistema produtivo, tornou os homens mais dependentes uns dos outros dentro de uma sociedade (SIMMEL, 1998).

Na *psicologia do dinheiro e em outros ensaios*, Simmel (2009) confirma esse entendimento ao afirmar que ao tornar possível a divisão da produção, o dinheiro liga, inevitavelmente, os homens uns aos outros, porque cada um trabalha agora para o outro, e só o trabalho de todos suscita a unidade econômica extensa, que completa o trabalho parcial do indivíduo.

Sendo assim, o homem moderno passou a ser dependente de um número muito maior de fornecedores e as relações comerciais passaram a acontecer com muitos mais atores ativamente participativos. Simmel (1967) discorre sobre isso em *A metrópole e a vida mental*, em que salienta a nova necessidade de especialização funcional do homem e seu trabalho, e de como esta especialização torna um indivíduo incomparável a outro e cada um deles indispensável.

Porém, essa mesma especialização torna cada homem, proporcionalmente, mais dependente, de forma direta, das atividades suplementares de todos os outros. Dessa forma, segundo Robert Park (1967), em sua publicação *A cidade*, as cidades foram tornando-se, cada vez mais, organizações econômicas baseadas na divisão do trabalho. A consequência deste processo é a quebra ou modificação da antiga organização social e econômica da sociedade, que se baseava em laços familiares, associações locais, na tradição, casta e status, e sua substituição por uma organização baseada em interesses ocupacionais e vocacionais.

Pedro Vieira (2012, p 193) discorre como essas transformações foram causadoras do entendimento da força de trabalho como mercadoria, e suas consequências:

Uma vez que o mercado foi aceito como instituição organizadora da vida econômica, a ideia da existência de um 'mercado de trabalho' se impôs naturalmente, alterando-se radicalmente no imaginário social a visão sobre a vida em sociedade. Nessa perspectiva economicista, em lugar de serem vistos como membros de uma coletividade a cuja sorte suas vidas estavam indissolúvelmente ligadas, os indivíduos passaram a ser vistos como 'coisas' que podiam ser compradas e vendidas, que em alguns momentos podiam ser escassas, em outros, excessivas, e que podiam ser descartadas ou substituídas por 'modelos' mais novos e/ou mais baratos.

Assim, expulsas das terras rurais, arrancadas de seu modo de vida e afastadas de seus meios de produção, as pessoas passaram a viver nas cidades, e em péssimas condições, acabaram tornando-se insumos para o processo fabril de manufatura.

De acordo com Rodrigo Castelo (2010, p. 88), esses trabalhadores participavam do processo de produção e possuíam o direito de “partilhar da sociedade mercantil, mas não gozavam do direito de participar da comunidade política”, pois eram vistos como pessoas de baixo nível intelectual e sem capacidade de atuar no campo político, em decorrência das consequências da dura vida fabril. Dessa maneira, se deu o surgimento do capitalismo alicerçado na burguesia liberal, “tendo o trabalho como uma atividade central e reguladora, produtora da riqueza dos burgueses, incluindo forçosamente os agentes do mundo da produção no plano econômico e, contraditoriamente, os excluindo da vida política”.

Com a mudança de pensamento social sobre o trabalho e a funcionalidade do dinheiro, a sociedade moderna e capitalista passou a almejar o seu acúmulo, mesmo sem o propósito de troca por um produto final definido, como costumava ser em seu advento. Simmel (1998) já havia descrito este fenômeno em seu livro *O dinheiro na cultura moderna*, no qual o autor salienta a necessidade do homem moderno de ter o ganho de dinheiro como sua motivação mais forte e de formar a ideia de que toda a felicidade e satisfação definitiva na vida são ligadas, intrinsecamente, à posse de uma certa forma de dinheiro.

Essa maneira de encarar a dinâmica do dinheiro abriu novas possibilidades de seu uso, incluindo a acumulação capitalista financeira por parte de classes dominantes da sociedade.

Este circuito perverso, que exacerba a função de reserva e reprodução do capital financeiro/imaterial, possui um enorme potencial de aumento da diferença social entre classes da população, que antes já estavam em extremidades opostas da pirâmide social (SOARES, 2006).

Por isso, a desigualdade social é percebida como um dos grandes males da sociedade capitalista e uma das principais dificuldades na luta contra a fome e pobreza mundial. Segundo Bader Sawaia (2017, p. 9), a desigualdade social só existe em relação à igualdade. Ela é “um produto do funcionamento do sistema”, e envolve um processo dialético e complexo que configura dimensões políticas, materiais, subjetivas e relacionais. Sendo difícil de definir por si só, mas completamente inteligível quando posto em oposição à igualdade, que pressupõe a ausência de diferenças de direitos e deveres entre os indivíduos.

Uma das possíveis soluções para auxiliar na redução dos problemas que, normalmente, acompanham a desigualdade social, de acordo com Hans Asseburg e Luiz Gaiger (2007), é a redistribuição de renda e desenvolvimento de regiões por meio da economia solidária. Esse conceito é completamente alinhado aos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável, definidos na Agenda 2030, para o desenvolvimento sustentável no país. Tendo em vista esse cenário, em 2015, Chefes de Estado e Altos Representantes de Governo validaram o acordo da Agenda 2030. Esse acordo é um plano de ação coletivo entre os países, que possui o intuito de atender 17 objetivos e 169 metas, que foram traçadas com a finalidade de alcançar o desenvolvimento sustentável em escala global.

Uma das formas de fomento da economia solidária localmente é a introdução da moeda social, que foi definida por Cláudia Soares (2006) como uma moeda paralela, criada e administrada por seus próprios usuários. A autora afirma que, devido a moeda não ter vínculo obrigatório com a moeda nacional, a sua circulação é baseada na confiança mútua entre os seus usuários. A autora ainda salienta que, geralmente, este tipo de moeda tem validade local. Ou seja, é aceita em regiões geograficamente delimitadas. Este tipo de prática vem sendo utilizada há muito tempo em escalas diferentes, como, por exemplo, *cash back*, milhas de companhias aéreas e vales refeições. As moedas locais complementam a utilização das moedas nacionais, sem que haja concorrência entre as mesmas.

De acordo com Melissa Menezes e Marco Crocco (2009), moedas sociais ou circulantes locais têm sua validade limitada, *a priori*, por um certo conjunto de bens e serviços, pessoas, um espaço específico ou fixada em um horizonte temporal dado.

A introdução da moeda social, em geral, aquece a economia e gera aumento e diversificação na oferta de produtos e serviços, pois segundo Menezes e Crocco (2009), a priorização das trocas locais faz com que se diminua a dependência com relação à economia de outros lugares, ativando as capacidades produtivas locais de maneira mais sustentável, se comparada à prática de injeção de capital na região, bastante comum em políticas regionais. Porém, quase não existem estudos, indicadores e métricas objetivas que confirmem sua efetividade para o desenvolvimento social e sustentável.

A maioria dos artigos encontrados sobre o tema de moedas sociais falam, quase que exclusivamente, sobre a inclusão financeira que os programas promovem, mas não objetivam discorrer sobre as alterações sociais que acompanham essa inclusão. No universo quantitativo, especialmente, os indicadores apontam a variação de renda dos beneficiários de tais programas. Porém, em relação aos indicadores sociais, uma série de dificuldades é encontrada para sua formulação, cálculo e acompanhamento. Especialmente no cenário brasileiro atual, de cortes de recursos para a principal instituição de coletas estatísticas sobre a população, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma das iniciativas que visam diminuir a desigualdade social e promover o desenvolvimento econômico é o programa Renda Básica de Cidadania, conhecido no município por Bolsa Mumbuca, criado em 2013. O programa atua no município de Maricá, redistribuindo parcelas dos royalties, originários do petróleo, para a camada mais desfavorecida de sua população (RENATO, 2019).

Segundo Fernando Meneguim (2012), as métricas de avaliação do crescimento econômico são bastante claras e objetivas. Por isso, indicadores econômicos são facilmente criados e acompanhados. Já o desenvolvimento social permeia uma série de assuntos de bem-estar, saúde, segurança e qualidade de vida, que, por muitas vezes, são subjetivos e igualmente desafiadores de serem mensurados em indicadores tradicionais. Em consequência disso, as métricas de desenvolvimento social são, constantemente, negligenciadas e substituídas por indicadores econômicos e de renda.

Apesar de ambos os assuntos estarem intimamente relacionados, seria uma avaliação simplista e equivocada intuir que apenas o crescimento da renda de uma parcela da população gera, automaticamente, um desenvolvimento social sustentável para a região na qual essa população habita.

Dessa forma, para melhor avaliar o sucesso na implementação desse tipo de programa, faz-se necessário a avaliação de seu alcance em relação ao desenvolvimento sustentável. Além de ser de extrema importância compreender como parte da população se relaciona com o

mesmo, e como entende o seu significado, para que assim possa investigar os benefícios percebidos pela população que faz uso dessa moeda.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A moeda já teve papéis diversos na sociedade. Sua relação com os usuários foi se transformando através do tempo e dos arranjos sociais, e seus usos e importâncias foram adequadas a diversas realidades.

Um grande exemplo da utilização e importância social da moeda para um povo é o caso dos Baruya, descrito por Maurice Godelier (1981), em seu texto “*Moeda de Sal*”. Neste, Godelier nos apresenta uma tribo indígena de Nova Guiné e sua relação com o sal vegetal fabricado em sua própria aldeia. No caso dos Baruya, o consumo do sal é uma necessidade fisiológica, tem um caráter místico e ritualista, consumido apenas em momentos significativos da vida social, ordena uma divisão de trabalho e opera um mercado de pagamentos e trocas no qual desempenha um papel além da moeda. A moeda de sal traduz as relações políticas entre as tribos, gerando parcerias e realizando trocas necessárias à sua sobrevivência e funcionamento social. “Na medida em que é a única mercadoria que se troca por todas as outras, desempenha em relação a elas o papel privilegiado de moeda” (GODELIER, 1981, p.148).

Assim como no caso dos Baruya, é instigante entender a relação que os usuários de moedas desenvolvem com as mesmas através das teias de significado construídas pelos atores sociais. Nesse sentido, no caso de uma moeda social, torna-se de extrema importância investigar além dos benefícios econômicos gerados pela implementação da moeda, benefícios sociais experimentados por seus usuários e pela população local, além da relação que eles estabelecem com a moeda.

Tendo em vista que frequento o distrito de Ponta Negra, em Maricá, desde muito jovem, e que meus pais escolheram o município como morada após o processo de aposentadoria, pude observar a utilização da moeda social acontecendo na localidade e nos arredores das minhas atividades cotidianas, enquanto visitava com frequência o local. Por isso, diante do meu interesse em estudar o impacto da moeda, especialmente a social, no desenvolvimento social de um grupo de usuários, optei por investigar o caso da moeda Mumbuca, moeda social e local utilizada em Maricá, no Rio de Janeiro.

Gilberto Velho (1978, p. 126-127) aponta que possuir um “mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano” não significa compreender os mecanismos e princípios de organização daquela realidade, e dessa forma “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido”. Sendo assim, busquei nessa situação a compreensão do exótico no que me é familiar.

O desenho metodológico de minha pesquisa inclui diferentes abordagens teóricas e métodos de coleta de dados e de análise. Para todos os efeitos, essa pesquisa articula as dimensões qualitativa e quantitativa. Estou interessada em compreender os benefícios sociais, atrelados ao tema de desenvolvimento sustentável, percebidos por um grupo de moradores de Maricá. Não se trata de pesquisar todos os moradores de Maricá que participam do programa Mumbuca, mas tão somente buscar compreender alguns dos significados que o uso da Mumbuca favorece, e mapear as categorias que estruturam a apreensão do mundo por parte desses usuários da moeda, para aí sim interpretar como algumas dessas pessoas entendem as alterações na vida de suas famílias, em decorrência do uso da moeda. Sendo de natureza qualitativa, minha pesquisa também pode ser caracterizada como sendo exploratória e descritiva (MINAYO; SANCHES, 1993; GOLDENBERG, 2004). Para a coleta de dados, faço uso de formulários no *Google Forms*. Não sendo possível a interação face a face, recorro a mediação das plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram*, etc.

A princípio, os métodos de coleta e análises de dados escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho foram a realização de análise bibliográfica e estudo de caso apoiado em observação participante. Howard Becker (1994) aponta o estudo de caso como sendo a atividade na qual o observador se coloca na vida da comunidade de modo a observar e registrar, por um determinado período de tempo, as típicas ações dos indivíduos enquanto realizam suas atividades cotidianas. Segundo o autor, as observações das interações e conversações também são de extrema importância.

Mirian Goldenberg (2004, p. 33), destaca a origem do termo “estudo de caso” e salienta a sua importância para as ciências sociais:

O termo estudo de caso vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual que explica a dinâmica e a patologia de uma doença dada. Este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais.

Becker (1994, p. 118) salienta que, normalmente, o estudo de caso em ciências sociais é utilizado para investigações de organizações ou comunidades:

O cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização tipicamente faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas. A observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso.

Pelas características do problema de pesquisa, do meu interesse em tentar entender os significados envolvidos na utilização da Mumbuca por parte da população local e, considerando

os atributos da observação participante, destacada por Becker (1994), o desenho metodológico previsto para este estudo, inicialmente, continha a observação participante como uma das principais fontes de informação para a elaboração do estudo de caso. Contudo, no decorrer do andamento do trabalho foi deflagrada uma pandemia viral com alto grau de contaminação e mortalidade, inviabilizando qualquer tipo de contato social físico e deslocamento entre cidades e municípios e, assim, impossibilitando a realização da observação participante planejada. Goldenberg (2004) diz que um pesquisador deve sempre estar preparado para lidar com descobertas e problemas inesperados, bem como estar apto a reorientar seus estudos. Por isso, todo o trabalho de campo foi paralisado e reestruturado, para que o estudo de caso pudesse acontecer de forma segura e, ainda assim, ser eficaz à resolução do problema de pesquisa. Assim, conforme assinala Becker (1994, p. 12-13):

Os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. [...] Assim o sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde ele está e resolve os problemas que ele quer resolver.

Dessa maneira, diante da impossibilidade da realização de uma observação social em campo, e tendo em vista a necessidade de gerar uma solução metodológica que fosse viável e aderente ao estudo em realização, foi definido que as mídias sociais seriam utilizadas como recorte para a realização das investigações e observações sobre a moeda social de Maricá.

Os meios de comunicação são elementos centrais na vida social atualmente. Segundo Daiana Stasiak (2010, p. 5), “eles assumem, progressivamente, um papel que vai além da veiculação de informações e tornam-se responsáveis pela produção de grande parte dos sentidos que circulam na sociedade”. A autora destaca o impacto destas novas formas de comunicação na forma de perceber a realidade:

Em uma era de maturação tecnológica caracterizada pela emergência de novos valores, novos meios de interagir e comunicar configuram as formas de perceber e pensar a realidade. Os regimes de visibilidade pública não acontecem apenas pelas mídias tradicionais, mas também através de uma comunicação instantânea, simultânea e real, são esses os contornos que caracterizam o processo de mediação (STASIAK, 2010, p. 8)

Dessa forma, as mídias sociais passam a integrar a realidade social, de modo que podem ajudar a organizar uma nova forma de interação social, capaz de influenciar em valores e interpretações da realidade. Tornando-se um instrumento potente para a realização da investigação dessa realidade atual.

Sendo assim, depois das alterações necessárias, os instrumentos utilizados neste estudo, para coleta e análise de dados foram compostos por pesquisa bibliográfica que, de acordo com Maria Cecília Minayo (2011, p.54):

[...] coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir idéias e pressupostos tem como lugar

privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social.

Nesta pesquisa bibliográfica, o objetivo foi entender como o conceito de dinheiro e moeda foram se transformando ao longo da história e, ao mesmo tempo, fazendo parte da transformação da sociedade, de suas organizações e comportamentos. Além de discutir a possibilidade de que estas moedas também possam vigorar, atualmente, como parte da solução dos problemas de desigualdade enfrentados por diversos países.

Além da pesquisa bibliográfica, a observação participante foi substituída pelo estudo netnográfico, também conhecido por etnografia virtual, e definido por Christine Hine (2004) como sendo uma metodologia científica utilizada para observar comunidades culturais, na internet, quanto à influência na vida de seus membros.

De acordo com Ferro (2015), enquanto a etnografia se propõe a pesquisar e analisar as culturas em seus locais e habitats, a netnografia estuda as comunidades culturais, sem uma localização física fixa. Porém, que possuem o poder de influenciar, tanto ou mais, que as tradicionais culturas.

Uma das principais desvantagens da netnografia em relação à observação participante, destacada por Ferro (2015, p.4), é que na observação participante, “o observador tem muito mais informações, advindas de todos os seus sentidos (olfato, tato, paladar, etc.) enquanto o pesquisador optante pela netnografia, tem acesso somente às manifestações linguísticas e visuais limitadas”.

Porém, a autora salienta ainda que a netnografia possui a vantagem da possibilidade de realizar as transcrições e guardar as informações coletadas em tempo real, sem depender da memória, como seria o caso no estudo etnográfico (FERRO, 2015). Além de, na perspectiva de uma pandemia, ser extremamente mais segura para todos os envolvidos.

A escolha dessa abordagem, para o momento de realização do meu estudo, se mostra eficiente e coerente com o exposto por Douglas Kellner (2001) sobre a cultura da mídia. De acordo com o autor, a cultura da mídia “modela opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade [...] Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou amoral” (KELLNER, 2001, p. 9).

Em concordância com a posição de Kellner (2001), Pedro Gomes (2016, p. 1) destaca a influência do processo de midiaticização na cultura:

A midiaticização tornou-se cada vez mais um conceito chave, fundamental, essencial para descrever o presente e a história dos meios e a mudança comunicativa que está

ocorrendo. Desse modo, se se tornaram parte do todo, não se pode vê-los como uma esfera separada. É necessário desenvolver uma compreensão de como a crescente expansão dos meios de comunicação muda nossa construção da cultura, da sociedade e das diferentes práticas sociais.

Dessa forma, tanto Kellner quanto Gomes abordam a mídiatização como um conceito fundamental para a interpretação das culturas atuais, em sociedades modernas, uma vez que o meio digital passou a integrar e influenciar a realidade social. Tornou-se um dos processos de comunicação mais utilizados da atualidade, seja por pessoas, empresas, entidades, governos e outros.

Assim, torna-se nítida a importância de levar-se em consideração o processo de mídiatização ao avaliar a significação de fatos sociais. Principalmente, levando-se em conta a intensificação do uso das mídias sociais, em decorrência da pandemia em vigência.

A netnografia passou a ser utilizada no final dos anos 80, com o surgimento das comunidades virtuais. Desde então, vem sendo utilizada para documentar diversas formas de atividades sociais que ocorrem através das mídias digitais. Tornou-se mais comum em meados da década de 1990, quando etnólogos começaram a conduzir estudos de fóruns de discussões on-line, muitas vezes, identificando esses grupos como suficientemente coesos e distintos para serem descritos como comunidades on-line (HINE, 2017). Adriana Amaral, Geórgia Natal e Lucina Viana (2008, p. 36), destacam algumas características da netnografia enquanto pesquisa:

A netnografia, como transposição virtual das formas de pesquisa face a face e similares, apresenta vantagens explícitas tais como consumir menos tempo, ser menos dispendiosa e menos subjetiva, além de menos invasiva já que pode se comportar como uma janela ao olhar do pesquisador sobre comportamentos naturais de uma comunidade durante seu funcionamento, fora de um espaço fabricado para pesquisa, sem que este interfira diretamente no processo como participante fisicamente presente.

Além das características destacadas pelas autoras citadas acima, uma outra característica é a possibilidade da análise netnográfica variar ao longo de um espectro que vai desde ser intensamente participativa, dita autonetnografia, até ser completamente não-obstrutiva e observacional, conhecida como netnografia, passando pela netnografia participante-observacional, que se localiza no meio do espectro (KOZINETS, 2006).

Apesar do conceito de netnografia observacional ter a finalidade de ser menos invasiva, Velho (1978) destaca já ser enunciada entre os etnólogos a noção de que há um inevitável envolvimento com o objeto de pesquisa e que isso não seria, de fato, um defeito ou imperfeição. “A realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada” (VELHO, 1978, p. 129).

Assim, o estudo social possui um caráter interpretativo, ideológico e de objetividade relativa, sendo impossível produzir resultados neutros ou ditos imparciais. Trata-se de uma

interpretação, que por mais que tenha um certo respeito acadêmico, ainda assim será mais uma interpretação possível daquele fato social específico (VELHO, 1978).

Considerando o intervalo de atuação e de interferência do pesquisador, Hine (2004) destaca que o etnógrafo deve habitar em um estágio intermediário, sendo simultaneamente um estranho e um nativo, cercando-se suficientemente da cultura que estuda, de modo a entender seu funcionamento, como manter uma distância necessária para dar conta de seu estudo.

Em coerência com a fala de Hine acima, Goldenberg (2004, p. 55) apresenta a perspectiva da interferência do pesquisador como um possível problema quando não há a consciência do impacto dessa interferência:

Um dos principais problemas a ser enfrentado na pesquisa qualitativa diz respeito à possível contaminação dos seus resultados em função da personalidade do pesquisador e de seus valores. O pesquisador interfere nas respostas do grupo ou indivíduo que pesquisa. A melhor maneira de controlar esta interferência é tendo consciência de como sua presença afeta o grupo e até que ponto este fato pode ser minimizado ou, inclusive, analisado como dado da pesquisa.

Assim como Hine, Becker (2014, p. 189) aponta a interferência do pesquisador como certa na realização de estudos sociais. O autor salienta que os cientistas sociais “atribuem um ponto de vista às pessoas cuja ações estudamos”. Ou seja, ao realizar uma pesquisa social, os pesquisadores interpretam os eventos nos quais as pessoas que estão tendo suas ações estudadas participam, imprimindo direta ou indiretamente os seus pontos de vista, análises e conclusões sobre as situações.

Apesar disso, tendo em vista a minha atuação enquanto pesquisadora, avaliando as características do problema a ser investigado e considerando o cunho político e de proximidade com os usuários que a prefeitura pode exercer, por se tratar do agente distribuidor do benefício, escolhi realizar uma pesquisa netnográfica de caráter mais observacional (compreensivo/interpretativo). Para isso, além da realização de pesquisas sobre como a Mumbuca está sendo citada nas mídias, foi feito um apanhado de postagens e conversas realizadas em um grupo de *Facebook*, de compra e venda de produtos em Mumbuca.

Essa escolha de investigar os grupos de redes sociais se deu em decorrência da recente popularidade desse tipo de interação. Stasiak (2010, p. 10) destaca que as mídias sociais fazem parte da rotina dos sujeitos, caracterizando-os como “fenômenos que transcendem aos meios e às mediações e encontram-se no interior dos processos dos demais campos sociais, influenciando suas lógicas a partir de suas dinâmicas tecno-discursivas”. A autora destaca, ainda, a interligação entre a cultura e os fenômenos de comunicação social:

Nesse processo tanto a análise dos meios quanto dos comportamentos dos sujeitos se entrecruzam e estabelecem a cultura e os fenômenos de comunicação social. Hoje, não é possível analisar a comunicação sem considerar esses dois papéis, pois os

próprios meios são originados de comportamentos e situações sociais do ser humano (STASIAK, 2010, p.3)

Assim, em um segundo momento, depois dessa primeira análise, foi realizada a aplicação de questionários elaborados, se utilizando de técnicas que conjugam perspectivas quantitativas e qualitativas, para alcançar a autopercepção da relação dos usuários com a moeda Mumbuca. Conforme Maria Cecília Minayo e Odécio Sanches (1993, p. 247):

[...] a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e viceversa.

Dessa forma, as duas técnicas demonstram caráter complementar na exploração das relações sociais, o que me possibilitou empregar análises distintas e avaliar diferentes pontos das relações dos usuários com a Mumbuca. Goldenberg (2004, p. 62) também apresenta o seu ponto de vista sobre a integração entre as análises qualitativas e quantitativas:

Como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões. É o conjunto de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema.

Assim sendo, conforme já dito acima, decidi utilizar, como desenho metodológico para esta pesquisa, ambas as dimensões: qualitativa e quantitativa, com o intuito de coletar e analisar diferentes tipos de dados, almejando encontrar vieses distintos para a questão da utilização da Mumbuca, que pudessem me proporcionar uma visão mais completa da relação de significados gerados entre a moeda social e seus usuários.

Desse modo, com o objetivo de produzir respostas mais completas, foi elaborado um questionário com catorze perguntas objetivas, de respostas fechadas, considerando a escala de Likert, e quatro perguntas discursivas, abertas, sem limites de caracteres para sua resposta. Este questionário foi distribuído em quatro grupos locais, de distritos que fazem parte da região de aceitação da Mumbuca, e um grupo de compra e venda de produtos especificamente em moeda social Mumbuca. O questionário ficou disponibilizado, a princípio, em todos esses grupos, por um total de cinco dias (entre os dias 11 de janeiro de 2021 e 15 de janeiro de 2021), e teve 122 respostas, o que, em uma pesquisa com 90% de grau de confiança, representa um erro amostral de aproximadamente 7,42%, considerando uma população de 160 mil habitantes. Em junho de 2021, decidi abrir o questionário para respostas novamente. Dessa vez, o mesmo foi disponibilizado por 9 dias e obtive 39 respostas. Como o intervalo de tempo entre as duas coletas foram bem grandes, e representavam momentos distintos da realidade em que vivemos, tratei os dados quantitativos como informações distintas. Apesar das parciais quantitativas da

segunda serem muito parecidas com a da primeira, essas não demonstraram ser estatisticamente significativas, e por isso não foram acrescentadas na análise quantitativa. Entretanto, as respostas qualitativas foram consideradas na análise, pois não comprometem a qualidade dos dados.

As respostas oriundas das perguntas de múltipla escolha, que possuíam caráter quantitativo, foram agrupadas e analisadas através de gráficos comparativos, e estratificados quando pertinente. As respostas oriundas das questões discursivas e com caráter qualitativo foram estudadas através do mapeamento de categorias de pensamento, como apresentado por Velho (1973) no seu livro *“A utopia urbana”*. Clifford Geertz (1978, p. 20) salienta o processo de descoberta e aprendizado que se faz necessário antes da apresentação de seus estudos:

O que o etnógrafo enfrenta, de fato é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar.

Dessa forma, o processo de coleta traz como resultante informações, muitas vezes desconexas, complexas e sem sentido aparente enquanto resposta aos questionamentos de estudo. Por isso, após a coleta, essas informações precisam passar por um processo de reflexão e aprendizagem, na qual as informações coletadas passam a fazer significado para a pesquisa e se transformam em dados.

De fato, em uma primeira análise das respostas coletadas nos questionários aplicados, me deparei com uma quantidade significativa de informação desordenada e repleta de impressões pessoais, distintas acerca do assunto estudado.

Assim, para tentar “desembolar” esse emaranhado de conceitos, impressões e significados encontrados nas respostas da minha pesquisa, utilizei os ensinamentos de Gilberto Velho, com o intuito de gerar um sistema de classificação para entender, de forma mais clara, as teias de pensamentos elaboradas pelos atores sociais e os simbolismos, presentes na relação moeda – usuário. “Trata-se de verificar que categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam, e os princípios que presidem esta organização” (VELHO, 1973, p. 65).

Para isso, as respostas das perguntas discursivas foram classificadas de acordo com unidades mínimas ideológicas, que são as unidades básicas de análise, que no caso desse estudo, foram identificadas através das palavras mais utilizadas nas respostas de cada pergunta, “e a partir delas, de suas combinações e sistematização é que é possível reconstituir não só um sistema de classificação de base espacial, mas também formulações de caráter ideológico do universo estudado” (VELHO, 1973, p. 66).

Elaborei uma nuvem de palavras para cada conjunto de respostas, com o objetivo de tornar a seleção das unidades mínimas ideológicas mais tangível e visual. As nuvens de palavras são “recursos gráficos que representam palavras utilizadas em um texto”, que através de algum algoritmo constroem as imagens de forma que as palavras que foram citadas mais vezes aparecem maiores e mais centralizadas, recebendo destaque na imagem. (VASCONCELLOS-SILVA, 2019, p. 42)

Depois da identificação das unidades mínimas ideológicas, encontrei as frases típicas, nas quais essas unidades continham valor, e assim foi feita a análise de rede de pensamento estabelecida pelos respondentes, com o objetivo de interpretar a cultura na qual se insere as relações da moeda social Mumbuca com os seus usuários. Geertz (1978, p. 15) fala sobre o significado da cultura em sua obra “*A interpretação das culturas*”:

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Dessa maneira, Geertz introduz o conceito de que a cultura é uma ciência interpretativa, ou seja, construída de acordo com as interpretações individuais e coletivas dos significados. O autor ainda complementa seu entendimento no trecho destacado abaixo:

Esclarece dizer que a cultura consiste em estruturas, de significado socialmente estabelecidas, nos termos das quais as pessoas fazem certas coisas como sinais de conspiração e se aliam ou percebem os insultos e respondem a eles, não é mais do que dizer que esse é um fenômeno psicológico [...] (GEERTZ, 1978, p. 23).

Logo, a cultura da utilização da Mumbuca é algo que envolve não somente seus critérios oficiais, definidos enquanto programa municipal, mas também toda a gama de relações e classificações estabelecidas no fluxo de utilização da moeda: seus usuários, profissionais autônomos, estabelecimentos comerciais, moradores de Maricá em geral, prefeitura, município etc. E o que cada “nó” dessa teia atribui de valor à essas relações.

Esse entendimento é corroborado pela publicação de Marcel Mauss e Émile Durkheim, “*Algumas formas primitivas de classificação*”. Nesta, os autores afirmam que as classificações são, antes de tudo, estruturas que tomam como medidas a realidade social:

A sociedade não foi simplesmente um modelo segundo o qual o pensamento classificador teria trabalhado; foram seus próprios quadros que serviram de quadros ao sistema. As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens nas quais tais classes foram integradas. Foi porque os homens estavam agrupados e viam-se em pensamento em forma de grupos que agruparam idealmente os outros seres, e as duas maneiras de agrupamento começaram a confundir-se a ponto de se tornar indistintas (DURKHEIM; MAUSS, 1995, p. 451).

Sendo assim, é interessante observar como a Mumbuca se insere na cultura maricaense e como seus usuários a submetem aos seus princípios classificadores, ao a ordenar e classificar através de suas falas, discursos e práticas.

Segundo Geertz (1978, p. 38), “[o] objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas”. Para isso, com base no processo metodológico, que envolveu levantamento bibliográfico, estudo de caso baseado em netnografia, e nas análises das respostas obtidas nos questionários gerei conclusões sobre a cultura específica que rege a relação da Mumbuca e seus usuários na região de Maricá.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A evolução do conceito do dinheiro e da moeda

Sobre a diferença entre dinheiro e moeda, Olinto Alves Filho (2016) indica que a moeda seria utilizada como unidade de conta, ou seja, medida de valor e meios de pagamento. Já o dinheiro, seria algo que remete à acumulação e reserva de valor.

O mesmo autor salienta que apesar de haver quase uma unanimidade de entendimento sobre essa diferenciação, sociólogos e economistas tendem a observar uma diferença de posicionamento entre os conceitos:

Nessa linha de raciocínio, tanto antropólogos e sociólogos quanto economistas estão de acordo com a ideia de que a moeda corresponde a um fluxo de riquezas (meios de circulação) e o dinheiro a um estoque – quanto a isso geralmente não existe controvérsia. Todavia, seus olhares se distanciam no fato de que os antropólogos e os sociólogos concebem a moeda como um componente constitutivo de uma categoria mais ampla que é o dinheiro, enquanto que os economistas, inversamente, apreendem o dinheiro como um componente específico da moeda (a moeda seria composta pelo próprio dinheiro e por outros ativos) (ALVES FILHO, 2016, p. 21).

Neste estudo, como busco visitar outras nuances, que não somente a econômica, da moeda, utilizarei o posicionamento dos sociólogos e antropólogos, no qual o dinheiro é interpretado como uma categoria ampla que abarca o conceito de moeda consigo.

A moeda como é utilizada, atualmente, na sociedade passou por um processo de transformação bastante longa que acompanha as mudanças da sociedade e do homem de forma geral.

No início, o tráfego econômico era baseado no escambo, que, basicamente, era a troca de produtos excedentes por outros igualmente excedentes e de outra natureza (FREITAS, 2005). Isto é, uma pessoa interessada na posse de determinado produto oferecia o que já era de sua posse, e se fosse do interesse de todos os envolvidos, a troca era efetuada.

Carl Menger (1892) discorre sobre o escambo em seu livro “*Sobre a origem do dinheiro*”, no qual o mesmo afirma que o homem tinha a intenção de obter, a título de troca, apenas os bens que ele diretamente precisava e de rejeitar aqueles que não precisava, ou com o qual já estivesse suficientemente provido. Esta forma de permuta dificultava o trâmite econômico de acontecer, uma vez que era necessário que houvesse a combinação entre as pessoas que se interessassem pelos produtos um do outro, nas quantidades compatíveis e equivalentes.

Ou seja, fazia-se necessário que fosse introduzido, nesse tráfego econômico, um elemento de conversão que pudesse ser dividido e multiplicado, somado e subtraído, tão

necessário fosse para representar o “valor” de um determinado produto, tornando-se um ponto de passagem, uma transição entre toda atividade onerosa bilateral (SIMMEL, 1998).

Esse papel de elemento de transição foi desempenhado, durante um longo período, por moedas fabricadas em metal, principalmente ouro e prata. O metal, segundo Jack Weatherford (2005), em seu livro “*A história do dinheiro*”, é valorizado pelos homens como uma das commodities mais populares para a troca, pois de todas as substâncias que podem ser usadas para fazer o dinheiro, o metal tem aplicações mais práticas e conservou seu valor por período de tempo mais longo e em lugares mais distantes. Além disso, Weatherford (2005, p. 30) ainda salienta a característica do metal de poder ser dividido em partes menores e sua capacidade de ser convertido em algo útil, como joias, por exemplo, em qualquer momento e, ainda assim, conservar o seu valor.

Apesar do metal conservar o seu valor ao longo do tempo, a sua alta circulação com sua função de moeda acabou desgastando-o fisicamente, e tornando o seu processo de valoração um tanto mais complexo, como explica Karl Max (2017, p. 266-267) em seu livro “*O Capital*”:

O caminho pelo qual a moeda deixa a cunhagem é o mesmo que a leva ao forno de fundição. Pois, na circulação, as moedas de ouro se desgastam, umas mais, outras menos. Título de ouro e substância de ouro, conteúdo nominal e conteúdo real iniciam seu processo de separação. Moedas de ouro de mesma denominação passam a ter valores diferentes, pois diferem em seu peso. O ouro, como meio de circulação, diverge do ouro como padrão dos preços e, com isso, deixa também de ser o equivalente efetivo das mercadorias, cujos preços ele realiza. Se o próprio curso do dinheiro separa o conteúdo real da moeda de seu conteúdo nominal, sua existência metálica de sua existência funcional, ele traz consigo, de modo latente, a possibilidade de substituir o dinheiro metálico por moedas de outro material ou por símbolos.

Em completa concordância com o pensamento de Marx apresentado acima, Simmel (1998) afirma não existir, em princípio, motivos para que um símbolo não desempenhe as mesmas funções da prata e do ouro como instrumentos de medida de valor e como meio de troca, logo que a consciência do valor se transferiu inteiramente para ele – o que é possível através do processo psicológico da elevação dos meios a dignidade de fim último.

Assim sendo, o metal precioso passou a ser substituído por outros metais e papéis moedas que mantinham a sua existência funcional, sem ter a necessidade de possuir o valor real das mercadorias as quais esse dinheiro comprara.

Simmel (1998) destaca a sensação de liberdade que o dinheiro nos imprime, uma vez que não se faz mais necessário sermos dependentes das condições de conservação e frutificação dos objetos utilizados antes.

Simmel (1998) ainda apresenta algumas consequências da economia monetária. A primeira delas é a perda de importância psicológica do lado qualitativo dos objetos, pois, segundo o autor, o cálculo, necessariamente contínuo do valor em dinheiro, faz com que este

apareça, finalmente, como o único valor vigente. A segunda grande consequência é que passamos a não perceber que o dinheiro é meramente um meio para obter outros bens, passamos a pensar no dinheiro como bem autônomo, quando toda sua significação advém do fato de ser um elemento, numa sequência que leva a um fim e a um consumo definidos.

Essa visão do dinheiro como bem autônomo é facilmente compreendida, uma vez que o dinheiro passa a ser um indispensável ponto de passagem para um grande número de diferentes fins. Corroborando com esse entendimento, Simmel (2009, p. 29) discorreu: “[d]e fato, na mesma medida em que muitos fins precisam do dinheiro, este torna-se, enquanto necessário, de tal modo importante para a nossa consciência que o seu valor parece ultrapassar o de um simples meio”.

A forma como a sociedade enxerga o dinheiro e suas funcionalidades transformou as relações sociais, as organizações de pessoas, a forma de trabalho e o modo de fazer comércio.

Simmel (2009) aborda essas transformações e suas consequências em algumas de suas obras. Ele apresenta a relação de dependência que surge entre os indivíduos em decorrência da divisão da produção proporcionada pelo dinheiro, pois a partir disso, cada um trabalha para o outro, e só o trabalho de todos suscita a unidade econômica total, que completa o trabalho parcial de cada indivíduo. Tornando, assim, o homem moderno dependente de um número incomparavelmente maior de fornecedores e de fontes de aquisição.

Além da dependência, segundo o autor, o dinheiro originou, para todos os indivíduos que vivem em sociedades modernas, um grande nível de interesses comuns, que as eras anteriores da economia não poderiam desenvolver. A partir daí, constituiu-se uma sensação de entendimento recíproco e imediato, uma uniformidade de diretrizes e pensamentos que contribuiria de forma extraordinária para o surgimento do conceito de universal humano (SIMMEL, 2009).

A ocupação do meio urbano e a criação de cidades e metrópoles foram fortemente influenciadas por esse novo modelo econômico de divisão social do trabalho. Park (1973) escreve o conceito de cidade como unidade econômica, onde sua organização é baseada na divisão de trabalho. Segundo o autor, esse processo traz como consequência: a “quebra ou modificação da antiga organização social e econômica, que se baseava em laços familiares, associações locais, na tradição, casta e status, e sua substituição por uma organização baseada em interesses ocupacionais e vocacionais” (PARK, 1973, p. 24).

Condições essas que foram primordiais para que, mais a frente, fizesse com que as relações humanas se tornassem impessoais e racionais, fundamentadas no interesse pelo dinheiro.

Wilnês Henrique (1999) afirma que as mudanças nas organizações econômicas, aliadas a novas oportunidades de trabalho, negócios, investimentos e crescimento econômico, provocaram uma rápida transformação na estrutura social. A população cresceu e se movimentou muito, e desta forma, as atividades urbanas se tomaram sua principal fonte de ocupação.

Simmel (1967, p. 13) corrobora com esse pensamento em *“A metrópole e a vida mental”*:

A economia do dinheiro domina a metrópole; ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias; ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes. A atitude que poderíamos chamar prosaísta está obviamente tão intimamente inter-relacionada com a economia do dinheiro, que é dominante na metrópole, que ninguém pode dizer se foi a mentalidade intelectualística que primeiro promoveu a economia do dinheiro ou se esta última determinou a primeira.

Ainda na mesma publicação, Simmel (1967) escreve sobre o caráter assustador do dinheiro como nivelador, pois o mesmo tornou-se equivalente a todas as múltiplas coisas, produtos e serviços presentes na sociedade. O dinheiro expressa todas as diferenças qualitativas em termos de “quanto?”, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade.

Assim sendo, com essa mudança de pensamento social sobre a funcionalidade e valor do dinheiro, grupos da sociedade moderna, com base na exploração da mais valia e sobre trabalho, passaram a almejar o seu acúmulo, mesmo sem o propósito de troca por um produto final definido, como costumava ser em seu advento. Simmel já havia descrito esse fenômeno, no qual o autor salienta a necessidade do homem moderno de ter o ganho de dinheiro como sua motivação mais forte e de formar a ideia de que toda a felicidade e satisfação definitiva na vida são ligadas, intrinsecamente, à posse de uma certa forma de dinheiro (SIMMEL, 1967, p. 10).

Em concordância com o pensamento de Simmel, Susana Webering (2005, p. 5), aponta que Marx também afirmava, em seus escritos, que a criação do capitalismo era oriunda da exploração da força de trabalho, desigualdade entre forças produtivas e relações sociais de produção:

Baseado nessa desapropriação do trabalhador, que passou a ser uma mera ferramenta assalariada, que o capitalismo se desenvolve na Época Moderna. O marxismo veio criticar esse programa político, desmontando a pretensão do capitalismo de se constituir como ordem econômica natural, afirmando que ele se originou na verdade a partir das contradições estruturais entre as forças produtivas e relações sociais de produção, e que o Estado passou a refletir as relações de dominação que se constituíram na vida econômica.

Sendo assim, fica evidente perceber que o capitalismo já nasceu como um sistema firmado nas desigualdades e é através delas que o mesmo se sustenta ainda na atualidade.

3.2 O capitalismo, acúmulo de renda e desigualdade social

A desigualdade social no Brasil tem sua origem datada de muitos anos, ainda na época de sua colonização pela coroa portuguesa, cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação (SALES, 1994). Condição que se perpetua até os dias de hoje, pois segundo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (2019), o país, nos últimos anos, vem ocupando as primeiras posições em vários *rankings* de desigualdade mundial.

Um dos grandes pontos que contribui com a perpetuação das desigualdades econômica e de poder é o uso do capitalismo como meio econômico. De acordo com Paul Singer (2002), o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que desenvolvemos a tendência de naturalizá-lo. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. E esta competição é positiva de duas maneiras distintas: ela permite ao consumidor escolher o que mais o satisfaz pelo menor preço e ela faz com que o melhor vença.

Porém, ainda segundo Singer (2002), a competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais. A apologia da competição credibiliza somente os vencedores, a sina dos perdedores fica esquecida, pois na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens que afetam em suas competições futuras. Isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescentes. Vantagens e desvantagens são legadas entre gerações.

Para Henrique (1999), a consolidação do sistema capitalista, como conhecemos atualmente, envolveu a reprodução de desigualdades de todo tipo (acesso às oportunidades, à terra e à moradia, de propriedade, de riqueza e renda, de educação, de consumo de bens e serviços etc.). Foi desta forma que o Brasil emergiu enquanto país, marcado por enormes desigualdades socioeconômicas.

Porém, Singer (2002) destaca que essa competição generalizada, assim como a desigualdade, não devem ser vistas como fenômenos naturais. Segundo o autor, ambas resultam da forma como as atividades econômicas são organizadas, denominadas modo de produção capitalista.

O Índice de Gini é um instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Este coeficiente varia de 0 a 1, em que 0 é o patamar de menor concentração de renda e 1 é o maior. O Brasil vem, constantemente, acompanhando a sua concentração de renda através do coeficiente Gini. Segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (2019), no primeiro trimestre de 2019, o país alcançou o maior patamar da série histórica iniciada em 2012, o que representa índices recordes de desigualdade.

Obviamente que a concentração de renda não é o único quesito responsável pela desigualdade social no país, mas ela é consequência, e, também, causa de muitos outros fatores que contribuem e perpetuam a desigualdade social no Brasil. Neste sentido, o sistema financeiro e econômico, baseado em exclusões de minorias sociais, corrobora com todo um cenário social de desigualdade que vem sendo negligenciado pelas entidades públicas e governamentais.

Nicole Mostagi, Lilian Pires, Chayne Mahnic e Luís Santos (2019, p. 3) discorrem sobre a concentração de riqueza e os problemas que a sensação de meritocracia podem agravar nesse quesito:

No Brasil, ao longo da história, foram geradas renda e riquezas capazes de proporcionar impactos significativos nas condições de vida de grande parcela da população. Todavia a maior parte da riqueza existente tende a ser apropriada de forma concentrada pela elite. Por outro lado, a ideia de naturalização da pobreza ganha força, e a responsabilidade pelos problemas decorrentes da pobreza passa a recair sobre os sujeitos que se encontram nessa condição, valorizando-se cada vez mais a meritocracia e os feitos individuais, pensamento típico do discurso neoliberal.

Seguindo esse raciocínio, Melissa Menezes e Marco Crocco (2009) afirmam que a exclusão financeira no país é latente, tanto com relação aos consumidores, quanto com as empresas, e se expressa ainda de maneira pertinaz regionalmente. Os mesmos autores indicam que esta exclusão teve intensificação no período dos anos 1990, quando houve vastas reestruturações de bancos, baseados em redução de despesas, aumento de tarifas e diminuição de agências nas regiões mais pobres.

Nesse período, alguns brasileiros louvaram o dinamismo econômico e chegaram a acreditar que o Brasil se tornaria uma potência econômica mundial. De fato, aconteceram melhorias sociais como a redução da pobreza, acesso aos novos padrões de consumo, energia elétrica e saneamento básico, o aumento das taxas de emprego e renda, a melhora de índices de mortalidade infantil, entre outras. Porém, as concentrações de riqueza, renda e propriedade haviam piorado significativamente. A pobreza na área rural permaneceu e no meio urbano tomou proporções alarmantes. As áreas que experimentam menos benefícios das

transformações econômicas, tornaram-se, por sua vez, imensos depósitos de população pobre (HENRIQUE, 1999, p. 7).

Para Soares (2006), o atual sistema econômico é plenamente monetizado e imprime a noção de que a base do valor da moeda é a escassez, fazendo com que o sistema se comporte como um jogo de soma zero, no qual faz-se necessário que alguns participantes percam (não consigam valorizar seu trabalho/capital) para que alguns outros ganhem (valorizem seu capital).

Segundo Boaventura de Souza Santos (2020), além das questões puramente econômicas, a maior parte da população vem sendo distanciada e excluída dos debates acerca dos demais assuntos que impactam diretamente suas vidas, especialmente dos debates políticos.

Os debates culturais, políticos e ideológicos do nosso tempo têm uma opacidade estranha que decorre da sua distância em relação ao cotidiano vivido pela grande maioria da população, os cidadãos comuns— «la gente de a pie», como dizem os latino-americanos. Em particular, a política, que devia ser a mediadora entre as ideologias e as necessidades e aspirações dos cidadãos, tem vindo a demitir-se dessa função. Se mantém algum resíduo de mediação, é com as necessidades e aspirações dos mercados, esse megacidadão informe e monstruoso que nunca ninguém viu nem tocou ou cheirou, um cidadão estranho que só tem direitos e nenhum dever. É como se a luz que ele projecta nos cegasse (SANTOS, 2020, p. 10).

Todo esse distanciamento faz com que as pessoas se tornem cada vez mais excluídas de todo o processo de decisão, que deveria ser coletiva. Especialmente em um período de pandemia, como este no qual vivemos, com as urgências e emergências cotidianas, as ideologias e aspirações passam a figurar um caráter ainda mais secundário, e o status quo do sistema parece ganhar mais força para se manter em vigor, tornando-se cada vez mais hegemônico.

Por outro lado, segundo Santos (2020), esta mesma pandemia escancara a tragédia que a sociedade global nos conduziu. O autor afirma que o capitalismo não possui futuro enquanto modelo social, “em particular, a sua versão actualmente vigente— o neoliberalismo combinado com o domínio do capital financeiro” (SANTOS, 2020, p. 24).

De acordo com Webering (2008), o neoliberalismo econômico é uma retomada do pensamento de mercado autorregulado predominado no séc. XIX, porém sem o acompanhamento das lutas e do pensamento crítico que eram comuns à época. Assim como Santos (2020), Webering vê uma insustentabilidade nessa hegemonia, uma vez que este sistema não se mantém no tempo sem destruir o homem e a natureza.

No quesito trabalho, o modelo capitalista também vem enfrentando uma crise nas últimas décadas. Esta crise se dá pela debilidade no processo de extração do sobretrabalho. Tornou-se necessário então rever as bases do modelo econômico, impondo novas experiências sociais e de trabalho (flexibilização das relações de trabalho, consumo, produção e regulamentação pública). Porém, o que parecia ser a solução ao desemprego, acaba se tornando seu aliado, pois traz como consequência o achatamento salarial e a fragilidade do coletivo diante

dos conflitos. O capital progride no processo de exploração do trabalho impingindo novas maneiras de intensificar a produtividade (informalidade, contratos temporários, terceirização etc.), para garantir a sua maximização (BARBOSA, 2007, p. 35, apud SANTANA; SANTOS, 2015, p. 7).

Santos (2020) escreveu, após alguns meses de pandemia, um livro digital intitulado “*A Cruel Pedagogia do Virus*”, no qual o autor discorre sobre o funcionamento dos sistemas políticos e sociais atuais diante de uma situação de exceção e crise. Santos (2020, p. 25) faz algumas previsões para o período pós-pandêmico:

No actual momento de choque, as instituições financeiras internacionais (FMI), os bancos centrais e o Banco Central Europeu incitam os países a endividarem-se mais do que já estão para fazer face aos gastos de emergência, ainda que lhes permita alargar os prazos de pagamento. O futuro proposto por estas instituições só escapará aos mais distraídos: a pós-crise será dominada por mais políticas de austeridade e maior degradação dos serviços públicos onde isso ainda for possível. É aqui que a pandemia opera como um analista privilegiado. Os cidadãos sabem agora o que está em causa. Haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão cada vez mais indefesas. Tal ciclo infernal só pode ser interrompido se se interromper o capitalismo.

Assim como Santos, Webering (2008, p. 2) discorre sobre a perversidade das consequências do modelo neoliberal capitalista e salienta que a crítica a este sistema é, de certa forma, um consenso entre os estudiosos que se preocupam com as questões sociais e ambientais. Porém, a autora indica que “parece haver um impasse já que não houve a formulação de uma alternativa econômica concreta que desse conteúdo à crítica anti-hegemônica e que fosse ao mesmo tempo viável” (WEBERING, 2008, p. 2).

Dessa forma, pensando sobre a formulação de alternativas, Singer (2002) pontua que para o surgimento de uma sociedade na qual predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria necessário que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes desta economia deveriam cooperar em vez de competir e que, para tanto, a mesma seria organizada igualitariamente pelos seus componentes para produzir, comerciar, consumir ou poupar.

Algumas das instituições que surgem com esse objetivo de se tornar uma alternativa solidária de acumulação, segundo Menezes e Crocco (2009), são:

- 1) bancos de desenvolvimento comunitários, cuja prioridade seria a recuperação da infraestrutura urbana e realização de empréstimos para negócios locais;
- 2) uniões de crédito, que oferecem pequenos empréstimos individuais e substituem a atuação de bancos de varejo;

3) associações de crédito e poupança, que são agrupamentos informais que captam poupança e se emprestam ao longo do tempo;

4) sistemas de troca e comércio locais através de uma moeda paralela à nacional.

No âmbito local, as relações são desenvolvidas pelos próprios atores sociais e isso permite a integração cultural, ambiental e social, trazendo à luz realidades e demandas, reconhecidas e vivenciadas pelos mesmos.

Assim, busca-se encontrar novos modelos de produção e consumo que possam agregar os excluídos dos sistemas sociais, econômicos e financeiros tradicionais, dando conta ainda, das relações de meio ambiente.

Webering (2008, p. 2) aponta que esses novos modelos, baseados em práticas autogestionárias, cooperação, autonomia e solidariedade vêm em crescente discussão, e que no Brasil e América Latina, os mesmos passaram a ser chamados de Economia Solidária.

3.3 Economia solidária e Moeda social

O relatório de gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) define a economia solidária como sendo o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas solidariamente por trabalhadores, coletivamente, cooperada e autogerida (BRASIL, 2006, p. 11).

Singer (2002, p.2) corrobora com esse entendimento, definindo a economia solidária como um “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Esta forma de produção uniria os trabalhadores em uma exclusiva classe na sociedade econômica, que, por sua vez, traria como resultado a solidariedade e a igualdade, mas que, no entanto, sua reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

Webering (2005, p.7) complementa essas definições com a perspectiva de que “os princípios sobre os quais se baseia essa outra economia configuram uma outra maneira de produzir e agir em relação ao consumo, implicando também uma consciência política”. A autora afirma que este consumo solidário ocorre em função do “bem viver coletivo”, levando-se em conta os trabalhadores responsáveis pela produção do produto ou serviço, e o meio ambiente.

Singer (2002) expõe, em uma de suas obras, como se deu o surgimento da economia solidária. Segundo o autor, a economia solidária surgiu como reação ao empobrecimento dos artesãos, ocasionado pela revolução industrial, que trouxe consigo, entre outras coisas, o uso

das máquinas fabris. Estes artesãos e camponeses foram expulsos dos domínios senhoriais e se transformaram na mão de obra proletária moderna, que era explorada sem nenhum tipo de limite legal. Crianças trabalhavam assim que conseguissem, e as jornadas de trabalho eram tão longas e debilitantes que resultavam em elevadas taxas de morbidade e mortalidade.

Segundo Singer (2002), a partir daí alguns industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Um dos grandes propulsores desse movimento foi o britânico Robert Owen, que era proprietário de um grande complexo fabril e decidiu implementar jornadas de trabalho limitadas e construiu escolas para crianças ao invés de empregá-las.

Apesar de gastar mais com a folha de pagamento, Owen viu a produtividade de suas fábricas aumentar, o que tornou sua empresa bastante lucrativa e referência para diversos administradores, que passaram a visitar suas fábricas com o intuito de decifrar como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro (SINGER, 2002).

Como referência de bom administrador, Owen fez uma proposta ao governo britânico para retirar o país da depressão ocasionada pelo longo período de guerras na Europa, em decorrência da Revolução Francesa. Sua proposta era baseada em reinserir os trabalhadores ociosos (que atuaram na produção de material bélico durante as guerras) na produção, para que os mesmos pudessem ganhar e voltar a consumir, ampliando assim o mercado para outros produtores (SINGER, 2002).

Para isso, Owen propôs que o dinheiro de auxílio aos pobres não fosse meramente distribuído, e que fossem investidos na compra de terras e construções de aldeias cooperativas que produziriam sua subsistência e comercializariam seus excedentes com outras aldeias. Sua proposta não foi aceita e logo suas ideias começaram a ser vistas como propostas de mudanças sociais e abolição da empresa lucrativa capitalista, o que o fez perder seus admiradores de classe alta. Porém, suas ideias foram difundidas e se tornaram o pontapé inicial para o surgimento de diversos movimentos sindicalistas e cooperativistas, na Europa e Estados Unidos da América (SINGER, 2002).

Assim, Owen se tornou o precursor dos estudos de economia solidária. Caminho que foi posteriormente seguido por Engels e Marx, conforme destacado por Singer (2002, p. 35):

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida aliás nunca contestada.”

Fernanda de Oliveria (2016, p.2) frisa ser importante destacar o contexto anticapitalista do movimento de economia solidária, uma vez que o mesmo surge, primeiramente de “socialistas utópicos”, que objetivavam o “cooperativismo revolucionário e buscavam a autonomia comunitária”. Assim sendo, as discussões sobre o tema ultrapassam a questão da empregabilidade e renda, mas deixam o “questionamento se esta alternativa consegue de fato promover uma transformação política, econômica e social visto que esta é sua proposta fundamental” (DE OLIVERIA, 2016, p. 2).

Já no Brasil, o termo “*economia solidária*” surgiu por volta dos anos 90, em um cenário de crescente exclusão e precarização do trabalho. Assim, começaram a se multiplicar pesquisas e estudos sobre um novo tipo de relação entre os atores sociais, que mais tarde se consolidaria como economia solidária (WEBERING, 2005).

Com o passar do tempo, todas as mudanças ocasionadas pelos arranjos sociais, de trabalho e por esses pensamentos, levaram o foco dos movimentos emancipatórios a voltar-se, cada vez mais, para a sociedade civil. Desta forma, multiplicaram-se as Organizações Não governamentais (ONG) e movimentos que visam preservar o meio ambiente, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados e a valorização de comunidades, que por sua própria iniciativa, melhoram suas condições de vida e renovam suas tradições culturais (SINGER, 2002, p.112).

Porém, longe de ser um consenso, a economia solidária apresenta um caráter ambíguo que é explorado por José Santana e João Santos (2015). Os autores apontam que, além da economia solidária representar uma evolução das classes trabalhadoras, ao encontrar brechas nas contradições do sistema capitalista, a mesma pode, por outro lado, se tornar um mecanismo para a tal flexibilização das relações de trabalho, de maneira prejudicial ao trabalhador, que pode gerar achatamento salarial e informalização, conforme salientado por Rosangela Barbosa (2007, p. 35, apud SANTANA; SANTOS, 2015, p. 7)

Mesmo entendendo essa ambiguidade, De Oliveria (2016), aponta os empreendimentos solidários como uns dos espaços que buscam criar condições propícias ao debate e envolvimento político, algo essencial à reforma feita pela classe trabalhadora. Além disso, a autora destaca o estímulo à cidadania dado através da autogestão.

Portanto, ainda de acordo com Santana e Santos (2015), a discussão de economia solidária enquanto política pública de valorização social e geração de renda e emprego demanda aprofundamento de estudos e debate.

Webering (2005, p. 5) define as moedas sociais como sendo um “meio diferenciado de intermediar as relações econômicas”. Ou seja, foi a criação de “meios de troca que viabilizem a organização da cadeia produtiva, o que fortalece a cooperação e confiança entre os grupos” (WEBERING, 2005, p. 5).

Soares (2006) corrobora com essa afirmação, definindo moeda social como uma moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários. A autora salienta que devido a moeda não ter vínculo obrigatório com a moeda nacional, a sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, emissor e rede de aceitação.

Anthony Giddens (1991), afirma que todas as fichas simbólicas são dependentes da confiança. Segundo o autor, a confiança está diretamente ligada com a modernidade e possui capacidades abstratas. Sobre a confiança relacionada ao uso do dinheiro, Giddens (1991, p. 21) discorreu o seguinte:

Qualquer um que use fichas monetárias o faz na presunção de que outros, os quais ele ou ela nunca conhece, honrem seu valor. Mas é no dinheiro enquanto tal que se confia, não apenas, ou mesmo primariamente, nas pessoas com as quais as transações específicas são efetuadas. Devo considerar o caráter geral da confiança um pouco adiante. Concentrando por enquanto nossa atenção no caso do dinheiro, podemos notar que os vínculos entre dinheiro e confiança são especificamente observados e analisados por Simmel. Como Keynes, ele vincula a confiança em transações monetárias à “credibilidade pública no governo emitente”.

Assim, especialmente quando o assunto é moeda social, a confiança se faz um conceito bastante pertinente para o entendimento do funcionamento do sistema envolvido na utilização da mesma, seja a confiança entre pessoas, seja a confiança em sistemas, que foi definida por Giddens (1991, p. 52) como “compromissos sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante”. Neste caso, se torna evidente a concretização deste conceito no ato de um comerciante vender um item de seu produto, em troca da moeda social, confiando que essa moeda terá validade e garantirá um retorno financeiro sobre a venda em questão.

Além das características destacadas acima, Menezes e Crocco (2009) pontuam que a moeda social geralmente tem validade local, ou seja, é aceita em regiões geograficamente delimitadas. Este tipo de prática vem sendo utilizada há muito tempo em escalas diferentes, como, por exemplo, milhas de companhias aéreas e vales refeições. As moedas locais complementam a utilização das moedas nacionais, sem que haja concorrência entre as mesmas.

Ariadne Rigo (2014) destaca que as diferentes moedas e seus diferentes usos estão atrelados a um contexto específico, local e socialmente. “Sob esta perspectiva, acreditamos ser importante a noção de território [...] tendo em vista que as moedas sociais não se encontram desconectadas do lugar e do contexto em que circulam” (RIGO, 2014, p. 88).

Dessa forma, Rigo (2014, p. 88) aponta a importância do contexto de localidade ao se estudar moedas, especialmente as moedas sociais:

A abordagem antropológica da moeda nos indica, então, a necessidade de se compreender o território enquanto território de uso. Neste território, o sentido do uso das moedas sociais ultrapassa as funções econômicas tradicionalmente entendidas como meio de pagamento, meio de troca, reserva e padrão de valor. Elas adquirem funções de cunho simbólico e político, reforçando a identidade das pessoas e do território onde circulam.

Jérôme Blanc (1998 apud Soares, 2011) corrobora com esse entendimento. Segundo o autor, a moeda social tangencia uma série de outros assuntos, além da questão puramente econômica. Salienta que o conceito maussiano, de fato social total, permite adicionar nessa discussão as problemáticas econômica, política, sociológica e antropológica. Blanc ainda aponta que o conceito de fato social total é base da teoria da dádiva, que seria criada pelo antropólogo e etnólogo francês Marcel Mauss, algum tempo depois, e que apresentarei no próximo tópico.

Nesse sentido, Mauss (1974, p. 41) apresenta o conceito de fato social total:

[...] tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas - até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas - supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições.

Em concordância com Blanc (1998 apud Soares, 2011), Bruno Théret (2008, p. 21) caracteriza a moeda como “um fato social total que tem simultaneamente estas três dimensões, o fenômeno da moeda sendo ao mesmo tempo econômico, político e simbólico”. Assim, a moeda é uma entidade estruturada em si, um elo social universal que abarca um conjunto de relações com variadas formas: “símbolos (unidade de conta, selo, assinatura), objetos (meios de pagamento: moedas, notas, títulos), e regras (de conta, de pagamento, de emissão, de moedagem)” (THÉRET, 2008, p. 7).

Ellen Alves (2017, p. 46) destaca que a moeda social é “modelada pelas relações sociais objetivas (estrutura social) e pelas classificações cognitivas e seus significados, ou seja, a cultura”. Seu contexto é metafórico, por incluir diversos significados simbólicos em sua existência.

Em termos práticos, de norma de utilização, Menezes e Crocco (2009, p. 378) apontam que moedas sociais ou circulantes locais tem sua validade limitada, a priori, por um certo conjunto de bens e serviços, pessoas, um espaço específico ou fixada em um horizonte temporal dado.

As normas de utilização de cada moeda são variáveis e acordadas dentro do grupo de *stakeholders* de cada programa específico. Porém, Soares (2006, p. 136) aponta alguns princípios da utilização destas moedas como imutáveis. São eles: “democracia participativa; continuidade; confiança; a moeda enquanto um serviço ‘público’ que favorece a circulação e a produção de mercadorias, não a especulação ou qualquer outro tipo de lucro estéril e a atividade econômica enquanto provedora de bem-estar”.

Esse tipo de moeda estimula as trocas realizadas em âmbito local, o que, por sua vez, aumenta a independência da economia, localmente, e ativa as capacidades produtivas do município de forma circular e sustentável (SOARES, 2006).

Esse conceito é corroborado por Menezes e Crocco (2009, p. 387), ao afirmarem que a criação de uma moeda local tem como “finalidade principal o fortalecimento da economia do lugar, já que é imposto um compromisso de que o consumo ocorra ali, o que, em termos keynesianos, gera um aumento do multiplicador interno”.

De acordo com Soares (2006), a utilização de uma moeda que não permite a usura (recolocando a função de meio de troca, para a qual foi criada, como a função básica para o dinheiro), assume o intuito de imprimir ao sistema econômico, novamente, a lógica da produção, em detrimento da reprodução do capital financeiro/imaterial. Esta atitude muda qualitativamente o crescimento esperado, pois traz de volta o investimento para o lado real do sistema econômico, mas não é suficiente para enquadrar o tipo de desenvolvimento esperado.

De acordo com Menezes e Crocco (2009, p. 384), é grande a dificuldade de realização da mensuração dos benefícios da implementação de uma moeda social:

[...] a constatação de que os benefícios gerados pela criação de moedas paralelas não são facilmente mensurados quantitativamente, por meio de simples medições de consumo, emprego e produto, pois englobam inúmeras outras melhorias qualitativas como construção de um senso de comunidade, aumento da ‘empregabilidade’, por intermédio da interação social e da aquisição de habilidades práticas, e crescimento da autoconfiança individual e coletiva.

Para tentar superar as análises com base somente em indicadores econômicos, usarei o conceito de desenvolvimento sustentável, conforme apresentado pela Agenda 2030, com o objetivo de mensurar os desdobramentos para a população local e suas próprias percepções de como a Mumbuca repercute em suas vidas.

3.4 Teoria da Dádiva

A teoria da dádiva foi apresentada por Mauss como um novo olhar sobre a organização social, que foi capaz de superar antigos paradoxos das ciências humanas, concluindo que “não

se pode compreender a ação do indivíduo como puramente individual ou social” (ALVES, 2017, p. 26). Marcel Mauss foi um etnólogo e antropólogo francês, que junto ao seu tio, Durkheim (considerado o pai da antropologia francesa), e a outros antropólogos, teve destaque no início do séc. XX, publicando trabalhos sobre sociologia econômica. A publicação da referida teoria se deu em 1925, no trabalho intitulado “*Ensaio sobre a Dádiva*”.

De acordo com Rigo (2014, p. 73), a teoria da dádiva apresenta a constatação de que existem diversas experiências sociais, políticas e econômicas atreladas ao mercado de bens e serviços, e à distribuição Estatal desses mesmos bens e serviços. Essas experiências são conhecidas como ciclo da dádiva e resumidas na “tríplice ação dar-receber-retribuir”, dentro de um sistema de relações sociais.

Mauss descreve o ciclo da dádiva como uma espécie de contrato de troca. Nas sociedades antigas, estudadas pelo autor, isso se dava, normalmente, “sob a forma de presentes, teoricamente voluntários, mas em realidade obrigatoriamente dados e retribuídos”, o que atribuía ao ato de retribuir um “caráter livre e obrigatório” (ALVES, 2017, p. 28).

Assim, Mauss (1974, p. 56-57) discorreu sobre a obrigatoriedade da retribuição:

Pois a prestação total não envolve apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras também importantes: a obrigação de dá-los, por um lado, e a obrigação de recebê-los, por outro. A teoria completa dessas três obrigações, desses três temas do mesmo complexo, daria a explicação fundamental satisfatória para esta forma de contrato [...].

Dessa forma, o autor mostra que o ato de dar, que aparentemente é tão generoso e altruísta, não se constitui como um ato puramente desinteressado. “O ato de dar pode assim se associar em maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade, mas não existe a dádiva sem a expectativa de retribuição” (LANNA, 2000, p. 176). Por mais que possa parecer paradoxal, a dádiva se caracteriza como um ato obrigatório e espontâneo.

Por outro lado, Rigo (2014) pontua que apesar da necessidade e expectativa de retribuição, no ciclo da dádiva, quem dá, também se subordina à necessidade de vínculo social e ao prazer inerente ao ato de dar. Assim, a importância da troca não estaria nos produtos em si, mas principalmente nos vínculos gerados através dessa ação, ou seja, “em prol da construção e manutenção dos laços sociais” (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 175).

Assim sendo, a utilização da moeda social, fundamentada último na tríplice ação dar-receber-retribuir da teoria da dádiva, consiste na ação de dar, oferecer a moeda e os canais e meios de utilização da mesma, receber, por parte dos usuários e comerciantes, que tendo suas expectativas satisfeitas, retribuem, fortalecendo os seus vínculos com a moeda, através da utilização, aceitação e divulgação.

Ariadne Rigo e Genauto França Filho (2017) apontam que a relação criada no ciclo da dádiva gera um sentimento de dívida voluntária e espontânea, que faz com que os envolvidos se sintam propensos a doar de forma incondicional. O que pode ser um dos motivos a explicar a sensação de gratidão gerada nos beneficiários da Mumbuca, conforme veremos nos próximos capítulos.

3.5 Desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030

De acordo com Ademar Romeiro (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu nos anos 1970, porém com uma nomenclatura diferente. Na época, o termo utilizado era ecodesenvolvimento, que foi fruto da tentativa de encontrar um caminho equilibrado entre os desenvolvimentistas e os defensores do crescimento zero.

O interesse dos ecodesenvolvimentistas ao redor do mundo era de não somente defender crescimento econômico para os países não desenvolvidos, como alertar que a pobreza em si seria uma das causas fundamentais dos problemas ambientais dos mesmos (ROMEIRO, 2012).

A proposta dos ecodesenvolvimentistas se baseava na crença de ser possível manter um crescimento econômico sustentado, juntamente com melhorias nas condições sociais e respeitando o meio ambiente. No entanto, eles frisavam que apenas o crescimento econômico sustentado não seria suficiente para a melhoria do bem-estar social, pois o mesmo, muitas vezes, assumia papéis socialmente excludentes. Desta forma, para evitar essas exclusões, seria necessário a criação de políticas públicas específicas a esse propósito (ROMEIRO, 2012).

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável deveria ser difundido como uma teoria de melhoria do bem-estar, em que o desenvolvimento deve ser economicamente eficiente, ecologicamente prudente e socialmente inclusivo (ROMEIRO, 2012).

O termo desenvolvimento sustentável foi, primeiramente, utilizado na comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, gerida pela ONU em 1983. O relatório Brundtland, que foi o compilado de um trabalho de diagnóstico de problemas globais ambientais, tornou esse termo ainda mais conhecido. Porém, foi em 1992, na ECO-92, sediada no Rio de Janeiro, que essa forma de desenvolvimento (que integrava desenvolvimento econômico ao social e ambiental) foi amplamente aceita. Nesta mesma ocasião, foi assinada a Agenda 21 (MENDES, 2008).

A agenda 21 é um documento que define um programa de ação que tem como objetivo a construção de sociedades “sustentáveis em diferentes bases geográficas, que concilia métodos

de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”, a ser implementado durante o século XXI. Este documento, assinado por 179 países, foi considerado pelos estudiosos do assunto como a tentativa mais abrangente de promover um novo padrão de desenvolvimento em escala global (BRASIL, [s.d.]a).

No ano de 2000, os líderes mundiais se reuniram, em Nova York, na sede das Nações Unidas, para discutir os desdobramentos da Agenda 21 e os avanços alcançados até o momento e assinar um novo pacto, a Declaração do Milênio. Nesta declaração, os países se comprometiam a participar de uma parceria global, que tinha como meta principal a redução da pobreza extrema. O pacto tinha como prazo o ano de 2015 e era dividido nos seguintes objetivos (BRASIL, [s.d.]b): acabar com a fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento.

Em 2015, após o prazo de encerramento e baseado nos objetivos do milênio, surgiu a Agenda 2030, que é, atualmente, o pacto vigente a favor do desenvolvimento sustentável global.

De acordo com as Nações Unidas Brasil (c2021), a Agenda 2030 surgiu no ano de fim da vigência dos objetivos do milênio, aproveitando o impulso gerado pelos mesmos, e tem o objetivo de dar seguimento e completar as lacunas deixadas pelos 8 objetivos definidos na Declaração do Milênio. Ela foi assinada por 193 países e as contribuições de cada um deles foram discutidas na Assembleia Geral da ONU. Seu lançamento se deu em setembro de 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Nova York.

A Agenda 2030 é dividida em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas que constituem um programa de ação, de dimensão global, cujo propósito é melhorar a condição de vida das pessoas e do planeta no intervalo de 15 anos. Os objetivos e suas metas equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, dando ênfase em priorizar os países mais pobres (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2021).

Seguem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs):

Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
Objetivo 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria com base em NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2021.

Atualmente, a Agenda 2030 é o pacto global em prol do desenvolvimento sustentável em vigência em todo o planeta. Cada país ficou responsável por ajustar as metas, desdobramento dos 17 objetivos, às suas próprias realidades. Anualmente é lançado um relatório no qual podemos avaliar o progresso dos países, de forma geral, em cada um dos objetivos. No Brasil, todo ano é emitido um relatório intitulado Relatório Luz, elaborado pela sociedade civil e atualizado com os avanços brasileiros em cada meta que representa os objetivos de desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, c2021).

Em 2016 foi criada, através do decreto 8.892/2016, vinculada à estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), que tinha como objetivo “articular os entes federativos e a sociedade civil para a implementação e fomento dos ODS no país”. Essa comissão atuava, se destacando e figurando como modelo para as demais comissões ao redor do mundo. Todavia, ela foi extinta pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 11 de abril de 2019, pelo Decreto 9.759, dando indícios de que o governo federal não considera o acordo assinado em 2015 um

compromisso de Estado (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020, p. 7).

Além disso, o andamento das metas no Brasil não está alcançando níveis satisfatórios para diversos ODSs. O ODS 1, erradicação da pobreza, por exemplo, é um dos mais urgentes e importantes e, mesmo assim, é um dos que mais tem se destacado negativamente no país. As reformas trabalhistas e previdenciárias, bem como o novo regime fiscal (que limitou a capacidade de investimento das unidades federativas e da União até 2036), o alto índice de desemprego e o desmonte de programas de assistência social tem “colaborado com crescimento da pobreza no país e o acirramento da transferência da renda da população mais pobre para o capital rentista” (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020, p. 9).

Assim como o ODS 1, destacado acima, o “*IV Relatório luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil*” (2020) apresenta diversos outros ODS que se encontram em situação semelhante, de não atingimento das metas e retrocesso em relação a períodos anteriores, sendo ainda agravados pelas consequências sanitárias, econômicas e sociais da pandemia da COVID-19.

Uma outra dificuldade encontrada pelos pesquisadores e entusiastas da Agenda 2030 é conseguir mensurar, com confiabilidade, os dados envolvidos nas métricas dos objetivos de desenvolvimento sustentável, pois assim como o CNODS, diversos outros mecanismos de fomento e acompanhamento de métricas foram extintos.

O censo é a ferramenta, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é “a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos” (BRASIL, [s.d.]c). Sua abrangência é nacional e a periodicidade é decenal, com raras exceções. Ele deveria ter sido aplicado em 2020 e foi adiado para 2021, em decorrência da pandemia. No entanto, sua aplicação em 2021 já não é mais assegurada, pois o governo federal vigente não garantiu o orçamento, o que acarretou o seu cancelamento. O caso está sendo avaliado pelo STF, uma vez que se trata de uma obrigação constitucional e ainda envolve discussões técnicas e sanitárias se esse seria o melhor momento para a aplicação do mesmo (DELGADO, 2021).

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Maricá

Maricá é um município praiano, de 361,572 quilômetros quadrados, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em seu território, existem 52 bairros divididos em 4 distritos: Distrito sede, Distrito de Ponta Negra, Distrito de Inoã e Distrito de Itaipuaçu. O IBGE estima que a população atual do município, incluindo todos os seus distritos, seja de aproximadamente 161.207 pessoas. No último censo, realizado em 2010, a população total era de 127.461 pessoas, culminando em uma densidade demográfica de 351,55 habitantes por quilômetro quadrado (BRASIL, [s.d.]d).

O município dispõe de um grande complexo lagunar, compostos de lagos, rios, lagoas e brejos, e encontra-se rodeado por maciços costeiros. Essas características incentivaram o desenvolvimento de sua atividade pesqueira, que foi considerada a principal atividade produtiva do município durante vários anos. A atividade de pesca foi tão bem-sucedida no município, que além de produzir para a subsistência, Maricá já foi um grande exportador de pescado para o estado do Rio de Janeiro. Além disso, também é conhecido por suas praias oceânicas, o que garante ao município uma gama de atividades turísticas (MARICÁ, 2017).

O avanço do desenvolvimento da exploração do pré-sal e a descoberta do Campo de Lula, na costa de Maricá, fizeram com que o município passasse a figurar na lista dos grandes recebedores de royalties de petróleo. Os royalties, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), “são uma compensação financeira devida à União aos estados, ao DF, e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis” (BRASIL, 2020a). O pagamento dessa compensação no país é progressiva e varia de acordo com a produção de petróleo de cada campo. Seu recolhimento é feito através de pagamentos mensais realizados pelas concessionárias para a ANP, que redistribui aos locais de direito conforme as regulamentações e leis vigentes (BRASIL, 2020a).

Em dezembro de 2015, o Campo de Lula passou a figurar como o maior produtor e exportador de petróleo do Brasil. Em 2019, o referido campo foi o maior produtor e registrou uma média diária de 1,196 MMboe/d (milhões de barris de óleo equivalente por dia), tendo sido responsável por 33% de toda a produção nacional no ano (BRASIL, 2020b). Toda esta produção de petróleo tornou Maricá o município campeão em arrecadações. Até agosto de 2020, Maricá

arrecadou o equivalente a 15% do valor total de arrecadações do estado do Rio de Janeiro, se posicionando a frente de outras localidades de produção expressiva de petróleo (BRASIL, 2020a). A tabela a seguir mostra os 12 maiores valores de recebimento de royalties dos municípios do estado do Rio de Janeiro no mês de agosto e o acumulado do ano até então:

Tabela 1 - Municípios beneficiários de Royalties e seus respectivos valores.

BENEFICIÁRIOS	Valor (R\$)		%
	Total Mensal	Acumulado em 2020	
ANGRA DOS REIS-RJ	11.818.872,84	78.275.727,32	2,5%
ARARUAMA-RJ	7.633.113,26	89.984.229,03	2,9%
CABO FRIO-RJ	12.966.557,70	80.191.612,70	2,6%
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	24.986.521,55	172.828.752,08	5,5%
MACAE-RJ	54.935.019,26	370.796.101,45	11,8%
MARICA-RJ	64.212.445,25	470.959.014,66	15,0%
NITEROI-RJ	40.778.314,24	310.371.951,58	9,9%
PARATI-RJ	9.115.618,30	66.291.686,52	2,1%
QUISSAMA-RJ	28.865.878,39	64.640.009,62	2,1%
RIO DAS OSTRAS-RJ	9.618.513,82	66.893.893,26	2,1%
RIO DE JANEIRO-RJ	35.270.365,01	111.718.739,65	3,6%
SAQUAREMA-RJ	42.081.035,42	250.448.021,36	8,0%
RIO DE JANEIRO TOTAL	496.813.392,10	3.132.254.882,98	

Fonte: Elaboração própria a partir de BRASIL, 2020b.

No censo, realizado em 2010, foi levantado o salário médio da população de Maricá. Este levantamento apontou que 33,8% da população tinha um rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário-mínimo e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de aproximadamente R\$14.600 (BRASIL, [s.d.]d). Desta maneira, os recebimentos dos royalties do petróleo caracterizavam-se como uma grande oportunidade de distribuir renda e desenvolver o município de forma social e econômica.

Com esse objetivo em mente, de acordo com o senador Eduardo Suplicy, o então prefeito de Maricá, Washington Quaquá, visitou o Banco Palmas, em Fortaleza, pioneiro na implementação de moedas sociais no Brasil, e que estava executando um empreendimento de economia solidária em um bairro da região. Os resultados da implementação deste empreendimento em Fortaleza pareciam bons, e por isso, o prefeito solicitou que fosse realizado um estudo de viabilidade para implementação de uma moeda social em Maricá. A Secretaria de Direitos Humanos apresentou os resultados e assim começaram os trâmites para a

implementação do projeto. Foram realizadas 5 audiências públicas, além de reuniões com formadores de opiniões, lideranças religiosas, agentes de saúde do programa Saúde da Família, profissionais da secretaria de educação e houve apresentação do projeto ao Poder Legislativo (BRASIL, 2014).

Dessa forma, em 26 de junho de 2013, foi aprovada, por unanimidade, a Lei nº 2.448 que institui o programa municipal de economia solidária, combate à pobreza e desenvolvimento econômico e social de Maricá. Esta lei propunha-se a cumprir seus objetivos através das seguintes ações:

- I – estabelecer procedimentos para implantação, controle, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Pública de Fomento à Economia Solidária;
- II – estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas para a operacionalização do Banco Comunitário Popular de Maricá;
- III – empreender os meios necessários para a utilização da Moeda Social Mumbuca, a ser operacionalizada pelo Banco Comunitário Popular de Maricá, como instrumento de efetivação das políticas estatuídas no programa instituído por esta lei;
- IV – criar Centros Públicos de Economia Solidária, Incubadoras Públicas de Empreendimentos Solidários, Centros de Comercialização Justa e Solidária e Mercados Públicos de Empreendimentos Econômicos Solidários, feiras, festivais, lojas solidárias e outros instrumentos de comércio justo, na forma a ser regulamentada em Decreto do Poder Executivo Municipal;
- V – instituir Comitês Gestores, respectivamente, do Banco Comunitário Popular de Maricá, do Centro Público de Economia Solidária, da Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários e dos Centros de Comercialização Justa e Solidária. (MARICÁ, 2013a)

4.2 O programa de Renda Básica Cidadania - Bolsa Mumbuca

O programa Bolsa Mumbuca foi criado em dezembro de 2013, com o objetivo de redistribuir uma parcela da renda dos royalties entre a população mais pobre do município. O banco Palmas foi a instituição escolhida para, durante um ano, ajudar na gestão desta moeda, tendo em vista sua grande experiência no ramo de moedas sociais. O grande diferencial deste programa foi a implementação de uma moeda social inteiramente digital para o pagamento dos benefícios às famílias (INSTITUTO BANCO PALMAS, [s.d.]).

O prefeito responsável pela criação do programa, na época, foi o Washington Quaquá, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). O PT foi fundado em 1980, se intitula como um partido de esquerda e teve grande protagonismo no cenário político brasileiro a partir dos anos 90, tendo eleito 2 presidentes, por 4 mandatos consecutivos, dentre eles a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do poder executivo no país.

De acordo com a Prefeitura de Maricá (2013b), no momento de sua criação, o benefício tinha o “valor” de 70 Mumbucas que eram o equivalente a R\$ 70,00. Os critérios de recebimento

válidos naquele momento eram: ter renda familiar de até um salário mínimo e residir no município de Maricá há mais de seis meses, desde que respeitado os critérios sócios econômicos. O programa também atende às famílias que tiverem idosos acima de 70 anos, filhos com deficiência, pessoas com doenças crônicas, devidamente comprovadas por laudo médico e famílias com filhos menores fora da idade escolar; gestante que comprove assistência médica de pré-natal e famílias cadastradas ou não no Programa Federal Bolsa Família.

A moeda Mumbuca é uma moeda social, digital e de abrangência local. Isto significa que apesar da Mumbuca ter a taxa de conversão de valor igual à do real, a mesma não existe em forma de espécie e nem realiza operações de câmbio. Além disso, a sua característica de ser uma moeda local garante que o fluxo de investimento circule localmente, garantindo desenvolvimento e crescimento econômico para a região de Maricá.

Os comerciantes que cadastram seus estabelecimentos no programa também usufruem de grande vantagem, uma vez que a Mumbuca tem uma aceitação restrita em relação a moeda tradicional, fazendo com que os consumidores tenham a maior tendência a escolher os locais cadastrados e que possuem a tecnologia para aceitar a moeda local (RENATO, 2019).

Segundo o Instituto Banco Palmas (2012), todo esse sistema faz com que haja, cada vez mais, compras no município, e, no geral, é necessário que se produza mais. Quanto maior for a produção e a comercialização, maior o número de vagas de emprego necessários. E com mais gente empregada, maior o potencial de consumo. Assim, forma-se um círculo econômico de crescimento. Este círculo virtuoso foi destacado pelo Banco Palmas no site da prefeitura:

Como vimos não se trata apenas de uma “bolsa” que melhora a renda da família, o que já seria louvável. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico que deve gerar milhares de postos de trabalho no município. Os recursos destinados à bolsa quando transformados em Moeda Social se multiplicam sozinhos (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2012).

Esse ciclo é conhecido pelos bancos comunitários como rede local de Prosumatores, em que os moradores se tornam produtores, consumidores e atores sociais de transformação. Espera-se que, além dos resultados econômicos, esta rede gere colaboração, solidariedade, valorização do local e do meio ambiente (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2012).

Em 2018, o programa foi aprimorado e passou a utilizar a plataforma E-Dinheiro, que já era utilizada por outros bancos comunitários. Esta plataforma permitiu que os usuários passassem a fazer diversas transições financeiras através de seu aplicativo, como pagamentos e transferências entre pessoas. Além disso, o número de transações em mumbuca aumentou cerca de 50 vezes, o que incentivou um aumento do cadastramento de comerciantes locais (GONZALEZ *et al.*, 2020).

Atualmente, o programa incorporou os 3 programas de economia solidária que eram existentes no município (Renda Mínima Mumbuca, Renda Mínima Jovem Solidário e Renda Mínima Gestante), unificando-os em um programa, o Renda Básica de Cidadania (popularmente conhecido como bolsa Mumbuca), que fechou o ano de 2019 atingindo 40 mil moradores, o que representa quase um terço de toda a população da cidade e que corresponde a um montante de dinheiro injetado, mensalmente, na economia local de R\$ 6 milhões (RENATO, 2019; TENENTE, 2019), se tornando o maior programa de Renda Básica da América Latina (KATZ; FERREIRA, 2020).

As famílias que se adequam ao programa passaram a receber, em 2019, 130 Mumbucas por integrante, possibilitando que uma família de quatro pessoas acumule R\$ 520,00 mensais, cerca de meio salário-mínimo. Os requisitos para enquadramento das famílias foram atualizados para: estar dentro da faixa de três salários-mínimos, ser morador de Maricá há pelo menos três anos e comprovar renda através do CadÚnico (TENENTE, 2019). O valor de 130 Mumbucas por pessoa tem se mostrado significativo, considerando que a linha da pobreza per capita usual é atualmente de R\$ 178 por mês (KATZ; FERREIRA, 2020).

Delfim Moreira, presidente da associação comercial de Maricá, afirmou à Rede Brasileira de Renda Básica (2021), que durante a implementação do programa, os lojistas se demonstravam céticos quanto ao seu funcionamento, e que ele mesmo chegou a classificar o programa como sendo “uma ideia maluca”. No entanto, esse sentimento de desconfiança parece ter acabado entre os comerciantes.

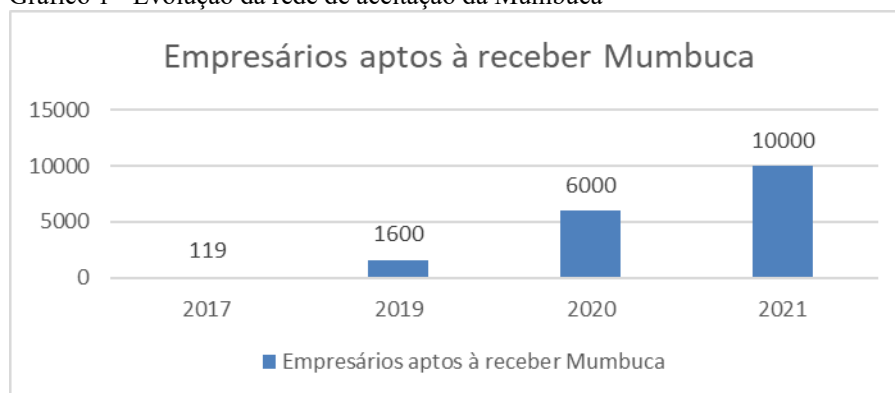
Em 2019, existiam cerca de 3.000 empreendimentos (formais ou informais) cadastrados na rede de aceitação da moeda local e este número vem crescendo a cada dia. O Prefeito de Maricá, Fabiano Horta, em matéria no site da Prefeitura, diz que a população local, tanto comerciantes quanto consumidores, já entende o programa como algo que faz parte da cultura da cidade, uma vez que o número de estabelecimentos que aceitam o pagamento em Mumbuca é maior do que o número de estabelecimentos que aceitam cartões de débito e/ou crédito das grandes redes bancárias (RENATO, 2019).

De fato, ao andar pela cidade, é difícil avistar algum estabelecimento que não tenha uma placa indicando aceitar a Mumbuca como forma de pagamento.

Segundo o jornal Plantão Enfoco (2021), o número de estabelecimentos aptos e cadastrados para receber o pagamento em Mumbuca teve um crescimento muito expressivo nos últimos 4 anos. Em abril de 2021, foi alcançado o cadastramento do dez milésimo

empreendedor apto a receber pagamento através da moeda social. Segue abaixo um gráfico de evolução da rede de aceitação cadastrada:

Gráfico 1 - Evolução da rede de aceitação da Mumbuca



FONTE: Elaboração própria com base em JORNAL PLANTÃO ENFOCO (2021).

Conforme pode ser observado pelos dados indicados no gráfico acima, entre 2017 e o período atual de 2021, houve um crescimento de mais de 8.400% no número de estabelecimentos aptos à receber pagamento em Mumbuca, demonstrando a confiança na moeda e a consolidação da Mumbuca como forma de pagamento. Em justificativa a estes números, Diego Zeitan, ex-secretário de economia solidária de Maricá, afirmou em uma entrevista para o jornal Plantão Enfoco (2021), que este resultado se dá pois a “mumbuca cresceu para além da sua função puramente social, de prover a renda básica: ela se firmou como meio de pagamento fundamental para a economia local”.

Assim, quanto maior for a rede de aceitação, maior será a circulação da Mumbuca dentro de Maricá, cumprindo assim o seu papel de moeda social e ampliando as possibilidades de seu uso para os beneficiários. Jéssica Silva, Rodrigo Silva e Fábio Waltenberg (2020, p. 15), explicam os efeitos positivos dessa circulação:

A injeção de recursos via Renda Básica de Cidadania a dezenas de milhares de famílias maricaenses lhes dá mais espaço orçamentário para gastar outros componentes de sua renda familiar - tais como salários, benefícios previdenciários ou assistenciais do governo federal, pagos em real e com circulação irrestrita - no município, mas também fora dele, de modo que não se pode descartar um transbordamento dos efeitos positivos do programa para além das fronteiras municipais.

Dessa forma, os recursos em Mumbuca podem se transformar na compra de alimentos, produtos de higiene e limpeza, vestuário e calçados, móveis, serviços de barbearia ou de manicure, entre outros. Permitindo assim, a maximização de circulação monetária da moeda, beneficiando empreendedores locais, sobretudo, os de menor porte (SILVA, J. *et al.*, 2020).

O objetivo do bolsa Mumbuca é se tornar um programa de renda básica, com a meta de alcançar todos os habitantes da cidade até 2022. De acordo com Silva, Silva e Waltenberg (2020, p.15), “a política de Renda Básica de Cidadania de Maricá apresenta elementos que a

aproximam de uma política de renda básica preconizada na literatura”, que tem como seus pilares mais importantes a individualidade e incondicionalidade, além de apresentar elementos pioneiros, como o fato de o pagamento ser feito por meio eletrônico, “gerido por um banco comunitário, para uso exclusivo no município” (SILVA, J. *et al.*, 2020, p. 15).

No momento de pandemia em que a sociedade se encontra, as discussões acerca das políticas de renda básica vêm despontando como possível solução para as terríveis consequências trabalhistas e sociais que enfrentamos. Em decorrência das características que aproximam o programa da moeda social Mumbuca à política de renda básica descrita na literatura, ele tem se destacado com os resultados alcançados ao longo da crise pandêmica.

4.3 O programa Mumbuca durante a pandemia

No decorrer da elaboração desta dissertação, com início em dezembro de 2019, foi deflagrada uma situação de pandemia, com alto grau de contágio e mortalidade, que possui consequências ainda não conhecidas em sua totalidade. Em decorrência disso, estamos enfrentando desafios de todos os tipos em questões de convívio social, trabalho, geração e distribuição de renda e em diversas outras frentes.

Segundo dados do IBGE, em suas pesquisas desenvolvidas exclusivamente sobre as consequências da pandemia, na segunda semana de junho de 2020 havia 11,1 milhões de pessoas afastadas de seus trabalhos devido à quarentena e ao distanciamento social (medida imposta pelos governos estaduais e municipais para a tentativa de diminuir a transmissão da doença) e o rendimento médio real dos trabalhadores teve uma queda de R\$ 421 (BRASIL, [s.d.]e).

Santos (2020, p. 15), afirma que a “quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros”. Os trabalhadores informais e autônomos, após anos de ataques aos direitos trabalhistas, estão entre os que mais devem ser impactados, pois costumam ser os “mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise econômica”. Possivelmente, o setor de serviços, área com os maiores índices de profissionais autônomos, será uma das áreas mais afetadas. O autor ainda destaca que, para grande parte da população, o isolamento é impraticável sem ajuda financeira dos governos:

A indicação por parte da OMS para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o pão diário ou ficar em casa e passar fome. As recomendações da OMS parecem ter sido elaboradas

a pensar numa classe média que é uma pequeníssima fração da população mundial (SANTOS, 2020, p. 16-17).

Assim como dito por Santos (2020), não são todos os trabalhadores que conseguem exercer suas funções em autoisolamento, na verdade é uma minoria de pessoas que cumprem funções administrativas, gerenciais, de projeto, educacionais e algumas outras, que conseguem adaptar suas atividades para acontecer de forma remota. O comércio, por exemplo, foi um setor que enfrentou, e segue enfrentando dificuldades para gerar renda nas proporções de antes da pandemia.

Além das questões relacionadas ao trabalho, encontra-se situações de renda e qualidade de vida que dificultam o isolamento e demais formas de prevenção da doença. Casas sem saneamento básico ou com muitos moradores são exemplos de dificuldades extras enfrentadas por muitas famílias brasileiras. Dessa maneira, Santos (2020) escreve sobre como as pandemias, assim como outras violências, não tendem a acontecer de forma arbitrária entre os indivíduos:

As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação (SANTOS, 2020, p. 23).

Tendo em vista uma maior vulnerabilidade de algumas categorias sociais, faz-se necessário que haja algum sistema de auxílio ou proteção, que objetive a minimização das consequências da pandemia na vida desses grupos mais vulneráveis.

Pensando nisso, o programa bolsa Mumbuca, assim como outros programas da prefeitura de Maricá, sofreu algumas alterações para tentar atenuar os efeitos do isolamento social causado pela pandemia. O benefício do programa teve seu valor alterado de 130 para 300 Mumbuca, além de ter adiantado o benefício de abono natalino (uma espécie de décimo terceiro salário), conforme anúncio da prefeitura realizado pelo *Facebook* em 16 de março de 2020 (MURALHA, 2020). Essas alterações teriam a duração de 3 meses, porém foram estendidas posteriormente.

Figura 1 - Comunicado da prefeitura de Maricá via *Facebook*



#ÉDeMaricáÉDeTodos
#RendaBasicaDaCidadania

Para segurança alimentar dos alunos da rede municipal de ensino, os beneficiários do Cartão Mumbuca (programa de Renda Básica de Cidadania – RBC) receberão uma antecipação do abono natalino, devido à suspensão das aulas na rede municipal, durante a qual não haverá oferta de merenda.

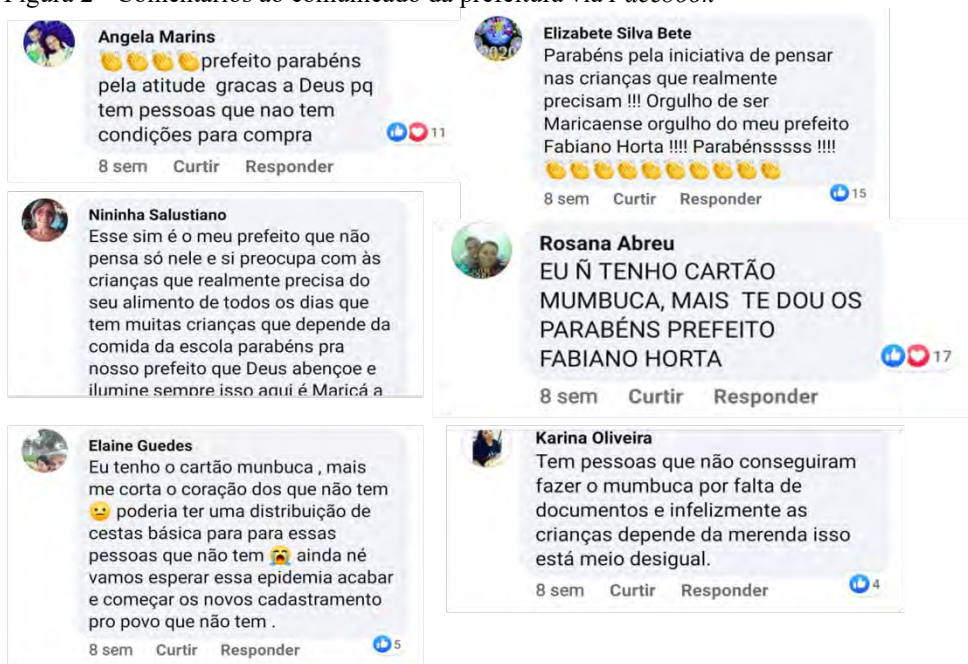
Mais informações: <https://bit.ly/33m3gfz>

Foto: Evellen Gouveia

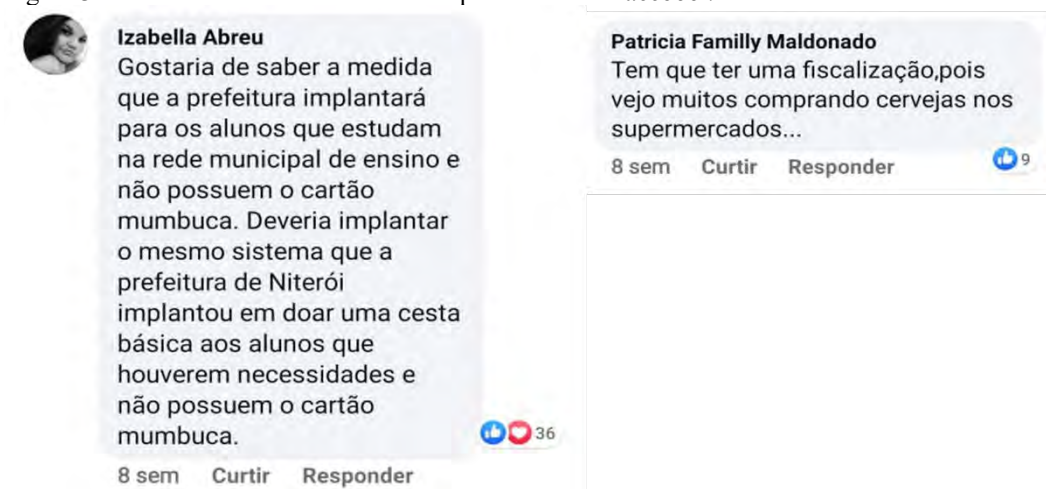


Fonte: MARICA, [s.d.].a.

Ao longo dos meses nos quais realizei a pesquisa netnográfica, pude observar que a prefeitura de Maricá se utiliza bastante das mídias digitais para se comunicar com a população e demais *stakeholders*. O *Facebook* é uma dessas mídias, e nele, através da página da Prefeitura acontecem diversos comunicados. Outro ponto interessante dessa comunicação é que, como os comentários estão habilitados, as pessoas podem expressar suas opiniões de forma “pública” para todos os demais usuários. Na imagem acima, a prefeitura associa o cartão mumbuca à renda básica, que é um instrumento de distribuição de renda que vem sendo bastante discutido na atualidade. Além disso, é estabelecida uma relação do uso da Mumbuca com a compra de alimentos, algo que também será visto nas respostas dos questionários aplicados.

Figura 2 - Comentários ao comunicado da prefeitura via *Facebook*

Fonte: MARICA, [s.d.].a.

Figura 3 - Comentários ao comunicado da prefeitura via *Facebook*

Fonte: MARICA, [s.d.].a.

Nos comentários da postagem destacada acima (Figuras 1, 2 e 3), um comunicado de uma alteração importante em uma das parcelas do pagamento, observa-se muitos moradores satisfeitos com a proposta feita pela prefeitura de antecipar o abono natalino. Por outro lado, foram levantadas questões de dificuldades cadastrais, sentimento de injustiça e ainda questionamentos da destinação e uso por parte dos beneficiários, conforme *prints* retirados do *Facebook* da prefeitura municipal de Maricá em 12 de maio de 2020 (MARICÁ, [s.d.].a).

Outra modificação criada pela prefeitura, instituída através da lei Nº 2.920, foi o Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT). Este programa consistiu no pagamento de uma

bolsa no valor 1.045 Mumbucas, durante o período inicial de 3 meses, que acabou sendo prorrogado, para cerca de 26 mil trabalhadores autônomos ou liberais que tiveram sua renda comprometida em decorrência da pandemia. O benefício é destinado a somente um integrante de cada família que se enquadre nos demais requisitos do programa (renda familiar mensal de até R\$ 5 mil, comprovação de atividade no município, e que não estivesse recebendo seguro-desemprego) (AMBROSIO, 2020).

Diante das consequências oriundas da grave pandemia em curso, as discussões sobre os programas de transferências de renda, de forma universal, ganharam espaço como solução alternativa. Esta possível solução é bastante discutida em termos teóricos, porém pouco testada, em situações reais. As políticas de transferências universais “preconizam que os benefícios sejam distribuídos a todos os cidadãos, individualmente, sem verificação de renda e sem exigência de contrapartidas” (SILVA, J. *et al.*, 2020, p. 3).

Dessa forma, Silva, Silva e Waltenberg (2020, p. 3) apresentam Maricá como um bom estudo de caso, para avaliar os resultados da implementação de programas que se assemelham às políticas de transferências universais:

Maricá é um excelente estudo de caso, por algumas razões. Primeiro, é uma prefeitura com uma boa dotação orçamentária, o que lhe dá graus de liberdade para ações emergenciais [...]. Segundo, assim como todos os governos espalhados pelo mundo, a prefeitura de Maricá foi obrigada a tomar medidas de forma tempestiva, em meio à crise, no entanto, contava com uma vantagem determinante: a existência de uma estrutura de transferências de renda já bem azeitada, viabilizada pela ação de um banco comunitário. Terceiro, Maricá conta com uma política única no mundo todo, a Renda Básica de Cidadania, a qual, embora não seja efetivamente universal - visto que alcança cerca de 25% da população -, compartilha duas características importantes com as propostas de renda básica universal: a incondicionalidade e a individualidade. É, portanto, uma política *sui generis*, por ser híbrida, a meio caminho entre aquelas de tradição focalizadora e as universalistas. [...].

Um dos motivos pelos quais o uso da Mumbuca vem ganhando destaque é a possibilidade da “transferência de recursos e a realização de pagamentos entre pessoas e entidades comerciais locais serem feitas remotamente, ou pelo menos sem contato físico, via aplicativo móvel ou cartão NFC” (GONZALEZ *et al.*, 2020 p. 7). Esta característica se apresenta como um excelente diferencial em termos de segurança sanitária para seus usuários, se comparado a outras moedas sociais e auxílios emergenciais, que em alguns casos, necessitam de visitas presenciais a bancos para cadastramento ou recebimento, causando aglomerações.

Além disso, o programa tem chamado a atenção das mídias e foi citado como exemplo de programa de renda básica bem-sucedido durante a pandemia pelo programa *Greg News* da HBO. No 13º episódio da 4ª temporada, que foi ao ar em 18 de junho de 2020, o apresentador Gregório Duvivier salienta que o programa distribui uma renda superior ao da bolsa família e que pretende atender toda a população até 2024 (GREG, 2020).

Na área de comentários desse vídeo, um usuário identificado como Ivete Silva Dos fez um comentário sobre a moeda Mumbuca que recebeu 1,8 mil curtidas e 103 respostas. Segue abaixo o referido comentário e algumas das 103 respostas:

Figura 4 - Comentários no *YouTube* sobre a aparição da Mumbuca no Greg News



Fonte: GREG, 2020.

Ao ler os comentários da publicação, não se encontra nenhum ponto negativo destacado, conforme apontado pela usuária Débora Frota no último comentário da imagem acima. Dando um indicativo de que o programa tem passado uma imagem positiva para a sociedade.

Tendo isso em vista, Lauro Gonzalez, Adrian Cernev, Marcelo Araújo e Eduardo Diniz (2020, p. 11) salientam que o programa de redistribuição de renda, através da Mumbuca, pode servir de exemplo para outras iniciativas de distribuição de renda que queiram atingir as pessoas vulneráveis durante a pandemia:

As políticas de renda básica durante a pandemia enfrentam o desafio de efetuar transferências de dinheiro de maneira ágil e eficaz para quem mais precisa. Neste caso, as moedas complementares digitais apresentam um enorme potencial em facilitar a logística de pagamentos. O caso da Mumbuca E-Dinheiro demonstra como o uso dos recursos digitais, juntamente com a infraestrutura e tecnologia social dos bancos comunitários, pode ajudar a enfrentar alguns destes desafios, melhorando a

identificação e a análise dos beneficiários elegíveis e agilizando a transferência de recursos de maneira segura.

Além do programa Greg News da HBO, o jornal El País também fez uma extensa reportagem na qual salienta melhorias oriundas do programa de distribuição de renda, nas vidas dos moradores (BETIM, 2020), conforme histórias apresentadas abaixo:

Luciana Nunes, decidiu empreender e trabalhar por conta própria em 2018 como massoterapeuta. Ela recebe a renda solidária em Mumbuca e salienta a importância do programa: “É uma pequena ajuda que já faz com que a pessoa tenha uma condição de vida mais decente”. No período de quarentena, Luciana foi contemplada também com o adicional de 1.045 Mumbucas mensais por ser uma profissional autônoma, e aponta como essencial para que pudesse fazer a quarentena: “Estou em casa desde o final de março. Só saio para levar minha filha para o pediatra e volto”. (BETIM, 2020)

Figura 5 - Empreendedora Luciana recebendo o PAT



Fonte: BETIM, 2020.

Assim como Luciana, Sirlei de Oliveira também foi contemplada pelo PAT e passou a receber um adicional de 1.045 Mumbucas mensais. Sirlei afirma que o auxílio foi primordial para garantir sua segurança nesse momento de pandemia: “É o que permitiu que eu fizesse quarentena. Saio para o mercado, para a farmácia, para a casa de minha mãe, e só. Se não fosse a Mumbuca, seria difícil” (BETIM, 2020).

Figura 6 - Empreendedora Sirlei recebendo o PAT



Disponível em: BETIM, 2020.

A referida reportagem informa que a pandemia trouxe tempos de desaceleração econômica a todo o país, porém em Maricá as coisas foram um pouco diferentes. Segundo informações dadas por Magnun Amado, secretário de desenvolvimento econômico de Maricá, ao jornal El País, o município tem tido excelente retorno dos investimentos feitos nos programas durante a pandemia. Segundo o secretário, houve aumento na arrecadação dos impostos em cerca de 15% em abril e maio de 2020, mesmo período que o Estado do Rio de Janeiro registrava queda média de 30% em sua arrecadação (BETIM, 2020).

Outro ponto a ser ressaltado é o protagonismo das mulheres nesse programa. Conforme pude observar nas reportagens destacadas, as mulheres têm ocupado um espaço de grande importância como participantes do programa, seja capitalizando o pagamento referente aos seus filhos, seja empreendendo com as possibilidades criadas através da moeda Mumbuca.

Um exemplo disso, é o caso da Érika Silva, que teve sua história contada através de reportagem no site da prefeitura de Maricá. Érika se tornou empreendedora após ser demitida em 2020, no início da pandemia, e aproveitou a circulação da Mumbuca para aumentar seus ganhos: “as pessoas às vezes não têm dinheiro em mãos para pagar por um produto ou serviço, mas contam com essa facilidade de consumir usando a moeda Mumbuca diretamente no comércio local. Pensei em aproveitar essa facilidade para aumentar meus rendimentos” (FERREIRA, 2021).

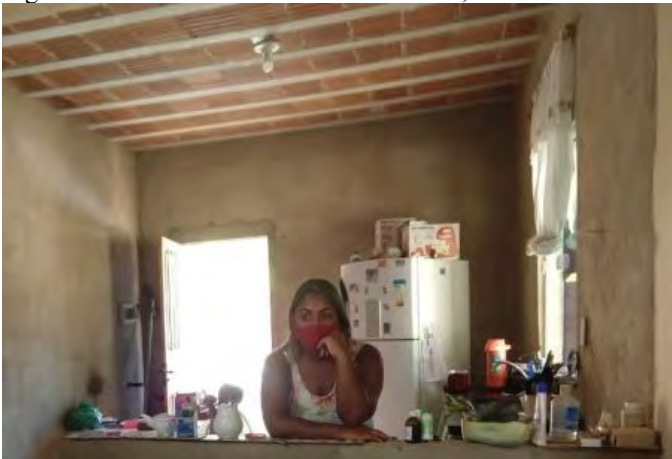
Figura 7 - Empreendedora Erika Silva prestando seu serviço.



Fonte: FERREIRA, 2021.

Além de Érika, de acordo com reportagem no site da prefeitura, Jéssica Ivana também viu a sua condição de vida, e dos filhos, melhorar com o surgimento da Mumbuca. Jéssica trabalha na varrição de rua da cidade e recebe o benefício através do cartão Mumbuca para complementar sua renda familiar: “Essa casa que eu construí foi uma das coisas que eu fiz com o cartão Mumbuca. Na outra casa em que morava, chovia no interior, além de meus filhos não terem o quartinho que hoje em dia eles têm”. Além de utilizar o cartão para a construção de sua casa, Jéssica ainda faz uso do mesmo para a realização de compras de alimentos complementares: “Também com o Mumbuca faço compras no mercado e vou ao sacolão comprar frutas que eles adoram” (MURALHA, 2021).

Figura 8- Moradora de Maricá em sua casa, construída utilizando Mumbuca.



Fonte: MURALHA, 2021.

Em 2018, Henrique Pavan Ribeiro de Souza, professor e doutor em ciências sociais, que estuda moedas sociais, teoria monetária, desenvolvimento local e economia social e solidária, realizou um trabalho com o intuito de descrever o circuito da moeda social Mumbuca. O autor realizou uma pesquisa socioeconômica com beneficiários e representantes de estabelecimentos

que aceitavam Mumbuca. Dentre os beneficiários entrevistados, 84% eram mulheres (SOUZA, 2019). Segue abaixo os dados socioeconômicos referentes a essas mulheres:

Quadro 2 - Resultado da pesquisa socioeconômica

Escolaridade	29,4% possuem ensino primário, 44,1% possuem ensino fundamental e apenas 17,6% declaram ter completado o ensino médio. Duas pessoas marcaram a opção “ensino técnico” e uma “pós-graduação”.
Atividade Produtiva	39,4% encontram-se desempregados, 27,3% são donos(as) de casa, 15,2% aposentados e apenas 18,2% declaram ter algum tipo de vínculo empregatício ou exercer atividade autônoma.
Rendimento	50% responderam receber até meio salário-mínimo, enquanto 46,9% alegaram ter entre meio e 1 salário-mínimo de rendimento. Uma pessoa alegou receber mais de um salário-mínimo.

Fonte: Elaboração própria a partir de SOUZA, 2019.

Esses resultados salientam, como já exposto pela Agenda 2030, que as mulheres em geral, e principalmente em países não desenvolvidos, figuram como uma população socialmente vulnerável, suscetível a diversos tipos de violência e ainda mais expostas em tempos de pandemia. Não à toa, essa é uma das questões abordadas de forma direta no ODS 5, igualdade de gênero.

De acordo com a análise realizada pelo último Relatório Luz, temos a seguinte situação sobre o trabalho da mulher na sociedade:

[...] o valor monetário global de trabalho não remunerado prestado por mulheres a partir de 15 anos de idade é de US\$ 10,8 trilhões ao ano, recurso agregado à economia, mas ainda invisível do ponto de vista das políticas públicas voltadas para estas mulheres, que empenham cerca de 12 bilhões de horas ao ano em trabalho de cuidado doméstico, com pessoas idosas, crianças e doentes. Elas estão em maior número no mercado informal e fora de ocupações consideradas “trabalho”, visto que a sociedade brasileira desconsidera as atividades domésticas como tal. A pandemia do coronavírus escancara as desigualdades de gênero e, quando associadas ao racismo estrutural brasileiro, essas desigualdades se aprofundam (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020, p. 31).

Nesse sentido, o programa de renda solidária, através da distribuição direta ou do movimento de circulação interna da moeda social, se caracteriza como uma oportunidade de empoderamento feminino, que de acordo com Cecília Sardenberg (2006, p. 2) é “o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação [...] implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”, especialmente durante a pandemia, garantindo algum grau de independência financeira e combatendo a violência patrimonial.

4.4 Relação dos moradores de Maricá com a Mumbuca

4.4.1 Estudo netnográfico das redes sociais

Nesta etapa do estudo de caso, o meu objetivo foi tentar entender a relação existente entre alguns moradores de Maricá e a moeda social Mumbuca. Desta forma, o intuito era observar as interações sociais entre os usuários e rede de aceitação da Mumbuca. Conforme explicitado na metodologia, impossibilitada de realizar a observação social em campo, utilizei o conceito de netnografia para endereçar parte da coleta de dados, mediada através das redes sociais.

O estudo netnográfico é também conhecido por etnografia virtual entre os pesquisadores da área de antropologia e das ciências sociais. Adriana Braga (2006, p. 5) discorre sobre a criação do termo netnografia:

O neologismo “netnografia” (*nethnography* = *net* + *ethnography*) foi originalmente cunhado por um grupo de pesquisadores/as, Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schartz, em 1995, para descrever um desafio metodológico: preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para “seguir os atores”.

De acordo com Hine (2004), a etnografia, basicamente, consiste na atividade do pesquisador submergir na realidade que estuda por tempo determinado e levar em consideração as relações e processos sociais observados, com o intuito de dar sentido às pessoas, através de suposições ou pela forma implícita que as pessoas dão sentido às suas próprias vidas.

Dessa forma, de maneira geral, a netnografia é a tentativa de transposição do estudo etnográfico para as práticas comunicacionais, mediadas por dispositivos de acesso à internet.

Minayo (2011, p. 13) destaca que nos casos de pesquisa social, o “lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social”, ou seja, em sociedade:

[...] é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tomando-os solidariamente imbricados e comprometidos.

Velho (1978, p. 38) pontua que o fato de indivíduos fazerem parte da mesma sociedade, não significa, necessariamente, que “estejam mais próximos do que se fossem diferentes, porém aproximados por preferências, gostos e idiossincrasias”, são as experiências e vivências comuns que permitem um “nível de interação específico” entre os indivíduos. E de fato a globalização foi uma ferramenta de reconhecimento e aproximação das pessoas com afinidades e vivências comuns.

Giddens (1991, p. 60) corrobora com essa ideia e define o termo globalização em seu livro, *As Consequências da Modernidade*:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam.

Assim, o processo de globalização é o responsável por encurtar a distância entre os indivíduos afins, facilitando as interações entre pessoas, órgãos, empresas e instituições que se encontram distantes fisicamente, mas que possuem interesses, preferências ou experiências em comum.

Aliada a perspectiva de globalização, com a “popularização” das tecnologias de comunicação, as mídias passaram a ter significativa importância e ocupar lugares sociais tão específicos, que são capazes de influenciar em gostos, convicções e identidades. Conforme explicitado por Kellner (2001, p. 9), “As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje”. Medeiros (2013, p.28) corrobora com este pensamento e ainda afirma que “a evolução dos meios de comunicação altera a forma como os indivíduos interagem e formam opinião, bem como altera as relações entre as esferas política e civil.”

Assim, a cultura de mídia passou a ser facilmente distribuída, e atualmente atinge um número grande de pessoas, tornando-se mais visual e verbal, sendo de certa forma mais aprazível do que culturas mais eruditas, conforme destacado no trecho a seguir por Kellner (2001, p. 27):

[...] a cultura de mídia é a cultura dominante nos dias de hoje, pois substitui formas de cultura elevada como foco de atenção e de impacto para grande número de pessoas. Além disso, suas formas visuais e verbais estão suplantando as formas de cultura livresca, exigindo novos tipos de conhecimentos para decodificá-las. Ademais, a cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola e a Igreja como árbitros de gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação e imagens vibrantes de estilo, moda e comportamento.

Pedro Gomes (2016, p. 16) salienta que nos processos de comunicação, “há circulação de conteúdos que, elaborados socialmente, produzem resultados práticos e simbólicos”. Geertz (1978, p. 36), já havia pontuado que ao se estudar a cultura, os significantes não devem ser encarados como sintomas ou conjunto destes, mas sim como “atos ou conjuntos de atos simbólicos”, cujo objetivo é a análise do discurso social.

Dessa forma, Geertz (1978, p. 19) deixa compreensível que, em sua visão, a etnografia - que neste caso será mediada por dispositivos com acesso à internet – é a interpretação do

pesquisador sobre o fluxo do discurso social: “[...] o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções das outras pessoas, de que elas e seus compatriotas [...] A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação”. Ou seja, é o pesquisador atuando enquanto intérprete do discurso social percebido pelo mesmo, e tentando interpretar interpretações, produzir significados a partir de outros significados.

Atualmente, podemos observar que as redes sociais vêm desempenhando papel de protagonismo na cultura de mídia por suas características específicas, e por toda a situação envolvendo o distanciamento social, causada pela necessidade de evitar a transmissão do vírus da Covid-19. Laura Garton, Caroline Harthornthwaite e Barry Wellman (2006) definem redes sociais como sendo uma rede de computadores feitas para conectar pessoas ou organizações:

Da mesma forma que uma rede de computadores é um conjunto de máquinas conectadas por um conjunto de cabos, uma rede social é um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por um conjunto de relacionamentos sociais, como amizade, trabalho cooperativo ou intercâmbio de informações.

A importância dessa rede consiste nas interações entre os participantes e esta interação é a base da sua própria construção. “Sua construção é coletiva e não é predeterminada. Trata-se de um processo emergente que mantém sua existência através de interações entre os envolvidos” (PRIMO, 2007).

Pierre Lévy (2010, p. 12) complementa a fala de Alex Primo (2007), salientando a importância dos indivíduos na estrutura das redes sociais:

São indivíduos participantes das redes sociais que mantêm as atividades de colaboração e interação na rede, sendo os "Nós principais, os cruzamentos, os computadores da computação social, recolhendo, filtrando, redistribuindo, fazendo circular a informação, a influência, a opinião, a atenção e a reputação.

Sendo assim, o fluxo das atividades nas redes sociais é diretamente influenciado pelos indivíduos participantes, suas crenças, opiniões, acreditamentos e cultura.

Marcio Noveli (2010, p. 109) destaca que os “mundos, online e off-line, não são necessariamente realidades separadas”, e que devem ser considerados um “continuum da mesma realidade”, e que por isso, o pesquisador deve empregar técnicas que o permita analisar esta continuidade.

Silvana Dalmaso (2015) aponta que as redes sociais foram criadas com o intuito de incrementar os relacionamentos humanos, e que se tornou um local de socialização. Segundo a autora, as redes sociais fazem parte do estilo de vida atual e estão cada vez mais focadas nos eventos cotidianos.

Renata Silva, Eldessandra da Costa e Maria de Oliveira (2019) corroboram com Dalmaso (2015), afirmando que as redes sociais figuram como meio de socialização

indispensável na atualidade. As autoras pontuam que as “redes sociais possibilitam a expressão de opiniões, ideias, manifestos, sentimentos, preferências, expressões pessoais, imagens, vídeos entre outros” (SILVA, R. *et al.*, 2020, p. 2).

Raquel Recuero (2006) aponta o surgimento do fenômeno denominado “imperativo da visibilidade”, em decorrência da influência da globalização nas redes sociais. Este fenômeno decorre da intersecção entre o público e o privado e tem um caráter individualista, no qual é necessário ser visto para existir na internet. É criada uma necessidade de participar, partilhar ideias e opiniões. Se fazer existir nas redes sociais através do olhar do outro, suas aprovações, comentários e curtidas.

Tendo em vista o contexto atual das redes sociais e o isolamento demandado pelos órgãos de segurança sanitárias, em decorrência da pandemia vigente, as interações sociais passaram a ter papel ainda mais importante, sendo inclusive, em alguns casos, a única forma de socialização para muitos indivíduos. Desta forma, diversas interações migraram do face a face para o meio eletrônico, incluído muitos processos do setor de serviço e comércio.

Com as atividades comerciais que envolvem pagamento em Mumbuca não foi muito diferente, e diversas etapas do processo de utilização da moeda passaram a ser efetivados via rede social, internet ou outras formas não presenciais. Alguns grupos de compra e venda foram criados para ofertar e demandar produtos e serviços que aceitem o cartão Mumbuca como forma de pagamento.

O grupo “só no cartão Mumbuca” é um dos maiores e mais populares. Foi criado em 10 de abril de 2020 (período de isolamento social rígido) na plataforma *Facebook*, e no acesso em 04 de janeiro de 2021 possuía um total de 14,3 mil membros. Ao navegar no referido grupo, pude observar uma grande gama de produtos e serviços com propósitos distintos oferecidos e demandados por seus integrantes, além de ocorrerem comunicações sobre o processo de cadastramento, as datas de recebimento, dicas e outros assuntos envolvendo a funcionalidade do cartão. Algumas vezes, também podemos observar discussões sobre a destinação e finalidade do pagamento da Mumbuca.

Como pode ser observado nos *prints* retirados do grupo “só no cartão Mumbuca” no dia 11 de maio de 2020 (MEIRELES, [s.d.]), abaixo, os tipos de produtos ofertados vão de alimentos e vestuário até serviços de tatuagem, *insulfilm* e consultas médicas. Uma coisa que fica em evidência ao observar a gama de produtos e serviços oferecidos é que a Mumbuca ocupa um espaço que vai além da subsistência. A Mumbuca permite que seus usuários possam avaliar e decidir quais produtos ou serviços de fato agregam valor para suas famílias especificamente.

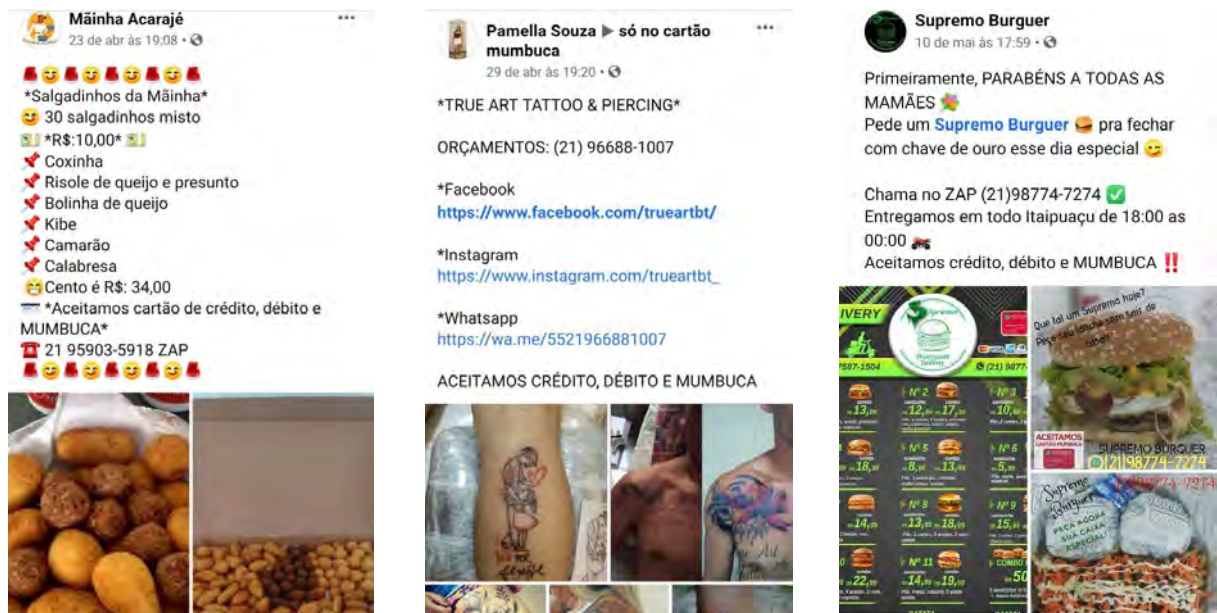
Levando em conta para essa decisão suas próprias vivências, experiências e cultura, que são fortemente influenciadas pelas relações sociais e familiares estabelecidas.

Figura 9 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"



Fonte: MEIRELES, [s.d].

Figura 10 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"



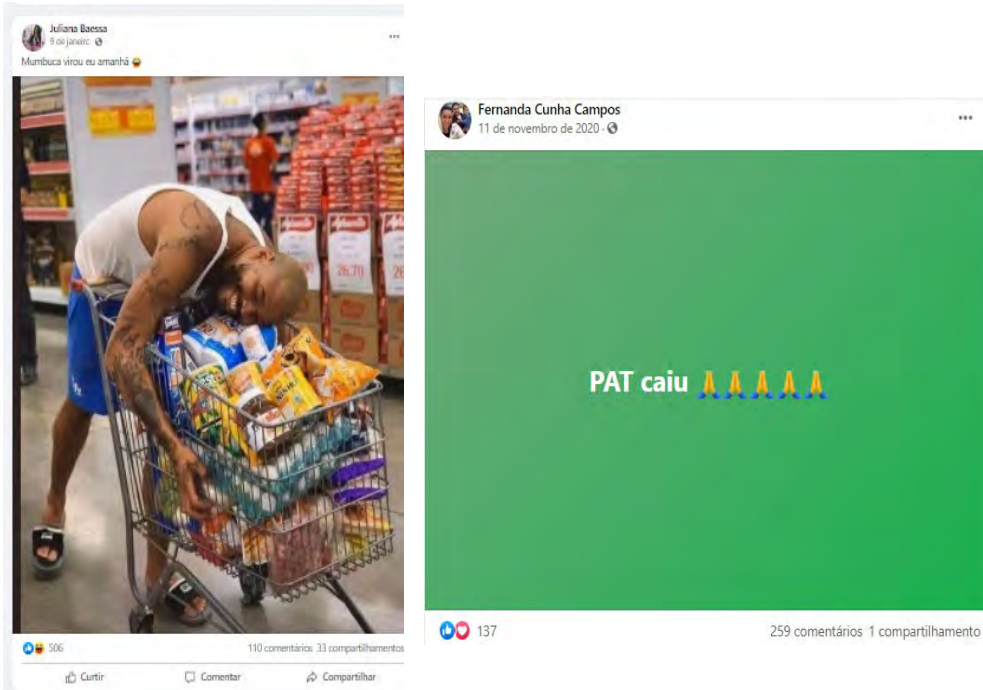
Fonte: MEIRELES, [s.d].

Figura 11 - Itens à venda no grupo do Facebook "Só no cartão mumbuca"



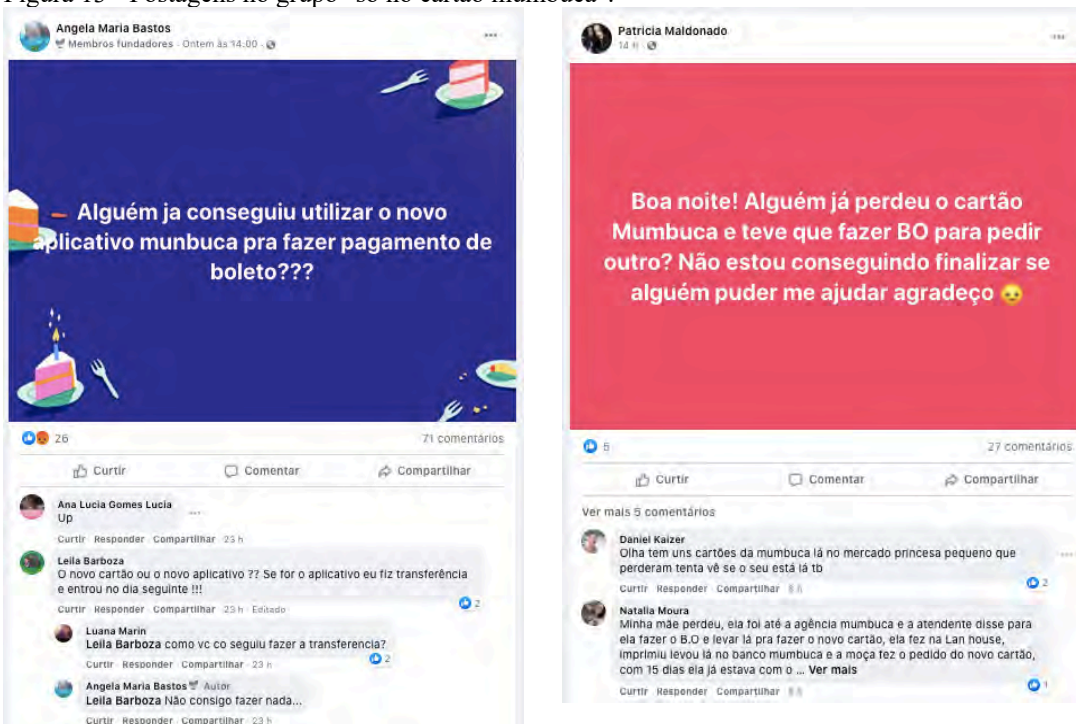
O propósito do grupo (classificados) acaba se expandindo sobre o tema Mumbuca e indo além. As pessoas criam uma certa relação de confiança na qual passam a demandar dicas e solicitar informações, apesar de existirem canais dedicados a isso. Existe ali uma linguagem comum, no nível de usuário na qual os participantes se entendem e dialogam. Nas imagens abaixo, observa-se a postagem de imagens descontraídas e, ao mesmo tempo, elaboração de perguntas diversas relacionadas à Mumbuca, que logo conseguem uma gama de opiniões e respostas de outros membros do grupo.

Figura 12 – Postagens divertidas sobre o benefício ter sido depositado para os beneficiários



Fonte: MEIRELES, [s.d].

Figura 13 - Postagens no grupo "só no cartão mumbuca".



Fonte: MEIRELES, [s.d].

Esse comportamento é completamente aderente a fala de Simmel (1983, p. 168) sobre a sociabilidade:

[...] a 'sociedade' propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos;

existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade.

Dessa forma, através de identificação por vivências e experiências similares, o grupo passa a se comunicar através de símbolos e linguagem que fazem sentido dentro de suas próprias vivências. Algumas postagens acabam sendo mais polêmicas e geram mais debate e divergências de opiniões:

Figura 14 - Postagem do grupo "só no cartão mumbuca"

The image shows a Facebook post from 'Desapega Gabrielle' (Narrador visual) dated January 6, 13:26. The post text reads: "É ilegal cobrar valor diferente entre pagamento à vista/débito e pagamento no Mumbuca e PAT. NÃO ACEITE ESSE TIPO DE NEGOCIAÇÃO. DENUNCIE!". Below the text is a poster for Banco Mumbuca with the text: "VOCÊ CONHECE ALGUM ESTABELECIMENTO QUE COBRE VALOR DIFERENTE PARA PAGAMENTO EM MUMBUCA OU TRANSFERÊNCIA NO PAT? NÃO ACEITE ESSE TIPO DE NEGOCIAÇÃO DENUNCIE! LIGUE PARA NÓS OU MANDE VIA WHATSAPP". At the bottom of the poster are three WhatsApp numbers: 3731-6550, 3731-1021, and 967263882. The post has 177 reactions and 152 comments. To the right, a scrollable list of comments is visible, including:

- Flávia Pati: vdd tem uma loja perto da Sérgio Franco de roupa feminina ..que cobra 2 reais por peça..a mais se vc pagar no débito ou crédito
- Priscila Balbino: Conheço vários
- Noemia Ribeiro: Depósito de gás no sao benito da lagoa entre a 15 e 16.
- Rita Cassia Soares Castro: Os valores em todo Maricá é diferente por causa do PAT/mumbuca...tenho comprado tudo em outros municípios Tem puder faz o mesmo pra forçar os comerciantes colocar os valores corretos
- Rebecca Couto: Eu não consigo falar nesses numeros de telefone, alguém poderia me ajudar ? Eu gostaria de acessar minha conta do Pat, pois meu email foi apagado com o numero da conta.
- Adriana Rodrigues: A maioria dos cartoes fazem isso .
- Jéssica Figueiredo: É o que mais tem
- Félix Claverie: A Lei 13455/20167 autoriza o fornecedor para que cobre a taxa que a operadora do cartão repassa. Então, o pagamento em dinheiro tem um valor, o pagamento no cartão de débito ou no cartão de crédito pode ser acrescido, sim, da taxa da operadora".
- Rafael Pyrs: Desde 2016 existe uma lei, onde autoriza o comerciante a repassar as taxas cobradas nos cartões, não sei a regulamentação de uso do Mumbuca, mas a lei permite sim a diferença de preços pagos a vista ou no cartão.

Fonte: MEIRELES, [s.d].

Com as interações criadas, tamanho e relevância do grupo, acabam aparecendo algumas postagens não relacionadas ao propósito central do grupo, conforme imagem abaixo. E mesmo essas, não ficam sem resposta:

Figura 15 - Postagem do grupo "só no cartão mumbuca



Fonte: MEIRELES, [s.d].

Assim, corroborando, novamente, com o entendimento de que os usuários desenvolvem uma relação a partir do ponto em comum, Mumbuca, e que a mesma acaba ultrapassando o assunto e passa a existir pelo próprio conceito de sociabilidade.

4.4.2 Coleta de informações através de questionário

Aliado à netnografia que estava sendo realizada através das mídias sociais, e com o propósito de gerar dados para tentar entender melhor os benefícios percebidos e a relação que os moradores da região de Maricá possuem com a moeda social Mumbuca, foi elaborado um questionário (Apêndice A), anônimo, em formato de pesquisa de opinião e baseado nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030.

No momento de elaboração do questionário, em decorrência do objeto de estudo estar intimamente associado a um projeto vinculado à prefeitura, optei por uma abordagem de total anonimato, na qual não seria realizada nenhum tipo de pergunta que pudesse, de alguma forma, identificar o respondente. Essa escolha se deu, principalmente, para tentar coletar as respostas com o mínimo de receio da parte dos participantes em dar respostas sobre a Mumbuca. Desta forma, na fase atual desta pesquisa, não será possível segmentar as respostas em faixa etária ou gênero do respondente, por exemplo.

Desenvolvi esse questionário com a pretensão de ser uma abordagem mista, ou seja, gerando dados quantitativos e qualitativos, de modo a utilizar o desenho metodológico

conhecido como embutido, definido por John Creswell (2007) como sendo quando um conjunto dos dados quantitativos são utilizados para sustentar os dados qualitativos ou vice-versa, desde que ambos tenham sido coletados simultaneamente.

Sílvio Gamboa (1995) discute a necessidade de superar falsos dualismos entre as abordagens de pesquisas qualitativas e quantitativas em ciências sociais, de tentar a conciliação entre estas e aceitar a conveniência de cada utilização. De acordo com o autor, não devemos reduzir as abordagens e excluir terceiras vias.

Dessa forma, pensando em aliar essas duas vertentes de análise, foram elaboradas 18 perguntas, uma questão objetiva para identificar se o participante recebe algum tipo de benefício em Mumbuca. Como respostas foram disponibilizadas apenas as opções “Sim” e “Não”. E 13 questões objetivas com a metodologia de escala Likert em suas opções de resposta.

A escala de Likert, segundo Francisco Costa e Severino Silva Júnior (2014), é o modelo mais utilizado para mensurar atitudes no contexto de ciências comportamentais, em decorrência de sua facilidade de entendimento e preenchimento. Esta escala consiste em disponibilizar as respostas em uma medida de concordância atribuída a um item, medindo conteúdo e intensidade. O objetivo deste bloco de questões foi entender como os respondentes compreendem as alterações na qualidade de vida dos moradores da região através do programa social.

As opções de resposta disponibilizadas para esse bloco de questões foram “Melhorou muito”, “Melhorou”, “Se manteve igual”, “Piorou”, “Piorou muito” e para alguns casos “Não Aplicável”. Apenas uma das opções deveria ser selecionada pelo respondente.

Ainda são apresentadas quatro questões discursivas e abertas. O objetivo deste bloco de perguntas foi entender como os moradores locais enxergam a função e importância da moeda social em suas vidas.

Com o objetivo de disponibilizar o questionário ao público-alvo foram escolhidos alguns grupos do *Facebook* regionais. Foram eles:

- 1) “Ponta Negra e Maricá”, grupo de moradores criado em 30 de janeiro de 2014 com o intuito de ser um canal de comunicação para notícias e acontecimentos da região. No momento da disponibilização do questionário, possuía um total de 35 mil membros (PONTA NEGRA – MARICÁ, [s.d.]);
- 2) “Desapega tudo Maricá, Inoã, Ipaipuaçu, Itaipu!”. Grupo de *Facebook* criado em 22 de agosto de 2017 com o objetivo de servir como um classificado local. No momento da disponibilização do questionário, o grupo possuía um total de 43 mil membros (DRPEPODOLOGIA ITAIPUAÇU, [s.d.]);

3) “só no cartão mumbuca”. O grupo com o propósito de ser uma espécie de classificados de produtos e serviços nos quais quem os oferece aceita pagamento via moeda social. O fato de a Mumbuca ser aceita por empreendedores individuais, através de celulares com a função *Near Field Communication* (NFC), que permite a realização do pagamento de forma bem simplificada, aliada a dificuldade de realização de compras presenciais, em estabelecimentos maiores, devido a pandemia, fez o grupo se popularizar. Ele foi criado em 10 de abril de 2020 e, quase imediatamente, passou a ter uma grande movimentação de postagens por dia (MEIRELES, [s.d.]).

O “só no cartão Mumbuca” foi o grupo que gerou o maior engajamento dentre todos com a postagem do questionário. No dia em que o questionário foi disponibilizado para resposta, 11 de janeiro de 2021, o grupo tinha um total de 14,9 mil membros, cerca de 9 meses pós criação. Foi criada uma postagem simples, em linguagem informal, (ver imagem abaixo) às 20:15h na qual era solicitada a colaboração dos membros e preenchimento do questionário. Até então o intuito era fazer um teste de como seriam dadas as respostas e verificar se as pessoas teriam interesse em responder.

Figura 16 - Postagem de disponibilização do questionário



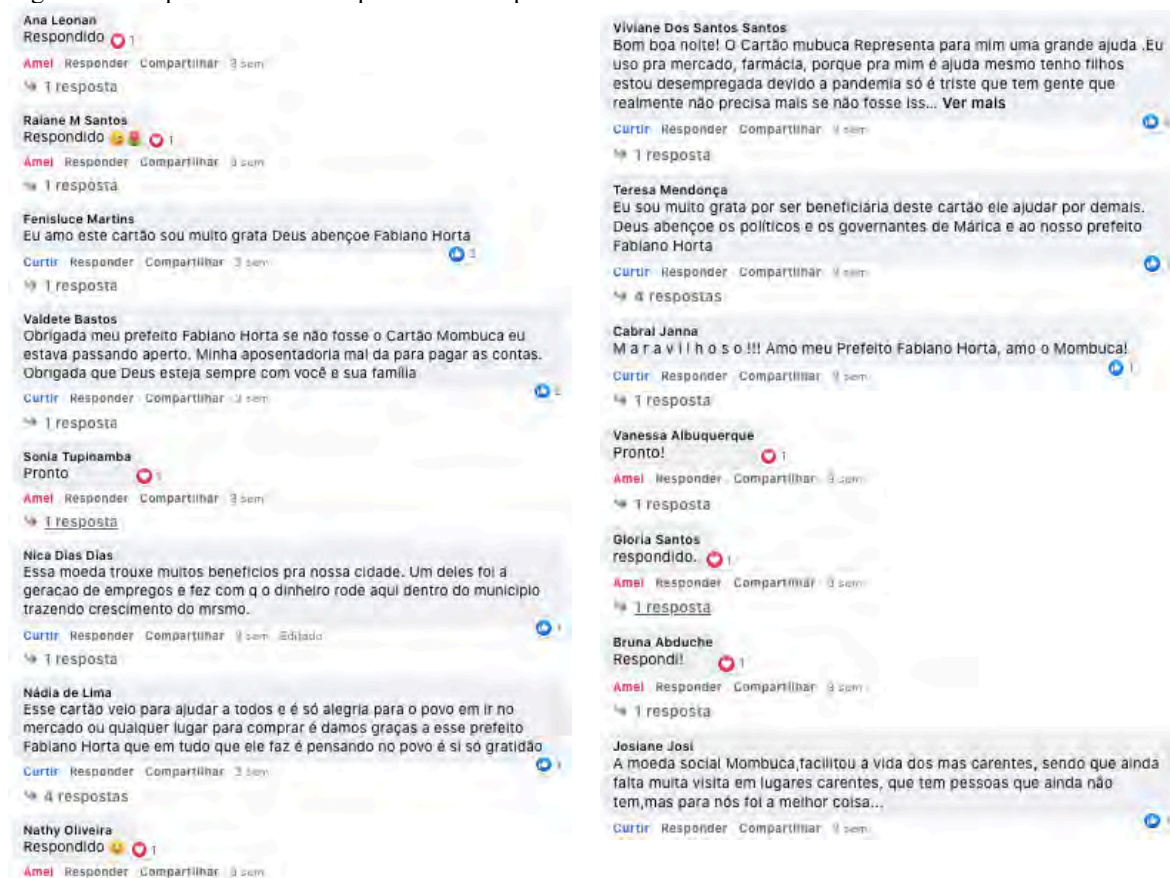
Fonte: MEIRELES, [s.d].

Como pode ser observado na imagem, após 14 horas (pico de respostas), havia 95 impressões, 87 comentários e 4 compartilhamentos na postagem. Além disso, 92 respostas no

questionário, sendo 90 completas. Este resultado traz indícios de que as pessoas querem e almejam falar sobre a Mumbuca, que elas gostariam de ter suas opiniões colhidas e ouvidas.

Outro ponto bastante interessante foi o fato de que muitas das pessoas que responderam ao questionário, que é anônimo, fizeram questão de colocar suas opiniões também em comentários na postagem, deixando seus pareceres de forma pública. Outros tiveram a iniciativa, sem qualquer estímulo, de compartilhar a postagem com o questionário em outros grupos para atingir outras pessoas que julgaram pertinentes.

Figura 17 - Depoimentos dos respondentes do questionário



Fonte: MEIRELES, [s.d].

Já nas postagens dos grupos mais gerais, que não eram específicos para Mumbuca, o engajamento foi muito menor e não obtive nenhum comentário, o que demonstra que o interesse latente de falar sobre o assunto parte quase que exclusivamente das pessoas que já estão inseridas no tema de alguma maneira.

O questionário foi encerrado 5 dias após sua disponibilização para o público, com um total de 122 respostas, sendo que 120 concordaram em participar da pesquisa e deram continuidade ao questionário. É de extrema importância salientar que, como o questionário teve adesão muito maior dentro de um grupo em que a Mumbuca é o tema principal, teremos a

tendência a obter respostas de pessoas que são usuárias da Mumbuca (usam ou aceitam em seus negócios comerciais) e não maricaenses em geral, e por isso, devemos considerar esse viés.

5 ANÁLISE DE DADOS

5.1 Análise quantitativa

Na primeira parte do questionário, o intuito das questões foi mensurar a percepção do desenvolvimento social atrelado ao programa de distribuição de renda através da Mumbuca. Neste momento, trabalhamos com dados quantitativos, que segundo Emerson Cervi (2009), permitem estabelecer a relação entre descobertas de características no comportamento social e teorias sociais que já são estabelecidas.

Os métodos quantitativos são apropriados para estudar características do objeto pesquisa que, sabe-se, existem, ao passo que os métodos qualitativos devem ser usados quando a pesquisa busca entender características do objeto que não se sabe se existem, porém, não há pesquisa social produtiva que utilize com exclusividade técnicas quantitativas ou qualitativas. (CERVI, 2009, p. 127)

Dessa forma, foram elaboradas 13 perguntas alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Usando a escala de Likert, os respondentes deviam indicar o quanto percebiam que suas vidas e de suas famílias haviam sido afetadas e se as consequências trazidas pelo uso da Mumbuca eram percebidas como melhorias em seus estilos de vida. Das 120 pessoas que aceitaram participar da pesquisa, 105 informaram receber algum benefício em Mumbuca, enquanto apenas 15 não.

Seguem os resultados gerais, da primeira parte do questionário, apurados em termos percentuais totais sem a divisão entre pessoas que recebem e que não recebem benefício em moeda social Mumbuca:

Tabela 2 - Resultado geral questionário

Respostas	Total	Total
Melhorou muito	478	31%
Melhorou	459	29%
Se manteve igual	530	34%
Piorou	53	3%
Piorou Muito	25	2%
Não Aplicável	15	1%
	1560	1

Fonte: Elaboração própria

O maior índice isolado de respostas é o “Se manteve igual” escolhido em 34% das vezes. Porém, considerando o movimento total de melhoria (“Melhorou” + “Melhorou muito”), temos

um índice geral de 60%. Dessa forma, podemos observar que no geral, as respostas apontam para um quadro de percepção de melhoria.

Ao avaliarmos as mesmas respostas, mas fazendo distinção entre beneficiários e não beneficiários de algum programa social com pagamento em Mumbuca, temos:

Tabela 3 - Resultado geral segmentado do questionário

Respostas	Sim		Não	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Melhorou muito	460	34%	18	9%
Melhorou	428	31%	31	16%
Se manteve igual	406	30%	124	64%
Piorou	42	3%	11	6%
Piorou Muito	17	1%	8	4%
Não Aplicável	12	1%	3	2%
	1365	1	195	1

Fonte: Elaboração própria

Aqui, podemos observar que, entre o grupo de pessoas que recebe a Mumbuca através de algum programa social, 65% acreditam que a sua qualidade de vida e de sua família sofreram consequências positivas (“Melhorou” + “Melhorou muito”) e um índice de piora de 4% (“Piorou” + “Piorou Muito”).

Já no grupo que não recebem nenhum tipo de benefício em Mumbuca, o percentual de pessoas que acredita que percebeu alterações benéficas em seu estilo de vida, mesmo sem receber o benefício, foi de 25% e o índice de piora foi de 10%. Nota-se também, que dentre os participantes que não recebem a Mumbuca, a maior taxa de respostas foi na opção que representa estabilidade. (64% em “se manteve igual”)

Esses resultados indicam que apesar do índice de melhora ser mais do que o dobro do índice de piora, no caso dos respondentes que não recebem Mumbuca, ficou nítido que a estabilidade foi a resposta que se caracterizou como maioria absoluta, apontando que as diferenças na qualidade de vida são muito mais perceptíveis para os beneficiários da Mumbuca do que para os moradores em geral, que não recebem o benefício.

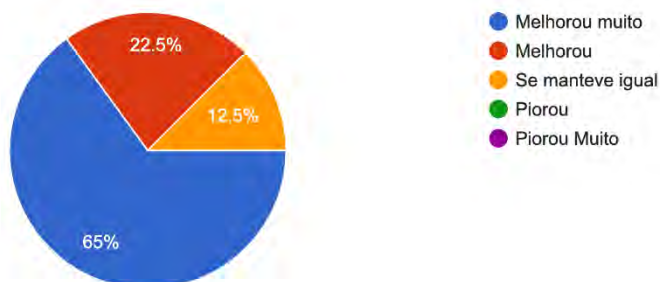
Apesar desse indicativo, seria necessária uma coleta maior com o grupo não beneficiário, para que tivéssemos maior confiança de que esses dados de fato representam a opinião de uma maioria de pessoas.

A seguir seguem os resultados que foram mais extremos. Considerando as respostas totais, as perguntas que tiveram os retornos com os maiores impactos positivos foram a 2 e a 3, conforme podemos ver abaixo:

Gráfico 2 - Resultado gráfico da questão 2

2. Como você avalia a condição financeira e de renda da sua família, atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 respostas

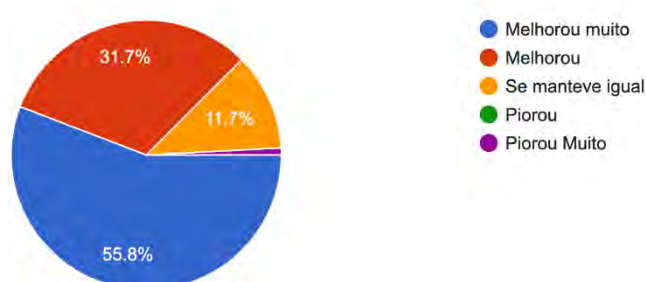


Fonte: Elaborado pela plataforma *Google Forms*, com base nas respostas ao formulário¹.

Gráfico 3 - Resultado gráfico da questão 3

3. Como você enxerga a quantidade e qualidade dos alimentos que sua família tem consumido atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 respostas



Fonte: Elaborado pela plataforma *Google Forms*, com base nas respostas ao formulário².

Essas respostas apontam a percepção de melhoria na renda familiar e indicam que esta melhoria reflete quase que diretamente na qualidade e quantidade dos alimentos consumidos.

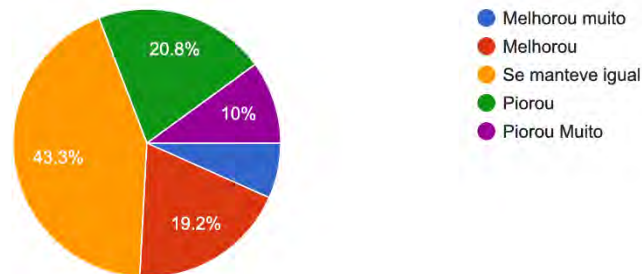
Por outro lado, a pergunta que apontou a maior percepção de piora entre os respondentes foi a 14, conforme podemos observar a seguir:

¹ https://docs.google.com/forms/d/1pMykgLyVf_AZCDQBo1oLLtqpdM4ztRsvERyUhiuWRBw/edit#responses.

² https://docs.google.com/forms/d/1pMykgLyVf_AZCDQBo1oLLtqpdM4ztRsvERyUhiuWRBw/edit#responses.

Gráfico 4 - Resultado gráfico da questão 14

14. Como você avalia a segurança local, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?
120 respostas



Fonte: Elaborado pela plataforma *Google Forms*, com base nas respostas ao formulário³.

Essas respostas demonstram, que de alguma maneira, 30,8% dos respondentes sentiram alguma piora nos níveis de segurança local, 43,3% não sentiram diferença e 25,9% informaram sentir melhora no mesmo quesito. Ao diferenciar estas respostas entre os beneficiários e não beneficiários da Mumbuca, teremos o seguinte quadro:

Tabela 4 - Resultado geral segmentado da questão 14

Respostas	Questão 14			
	Sim		Não	
Melhorou muito	8	8%	0	0%
Melhorou	19	18%	4	27%
Se manteve igual	46	44%	6	40%
Piorou	23	22%	2	13%
Piorou Muito	9	9%	3	20%
	105	1	15	1

Fonte: Elaboração própria

Conforme podemos ver, apesar dos pesos serem diferentes, a sensação de piora total foi muito parecida entre os dois grupos (31% para os beneficiários da Mumbuca e 33% entre os não beneficiários).

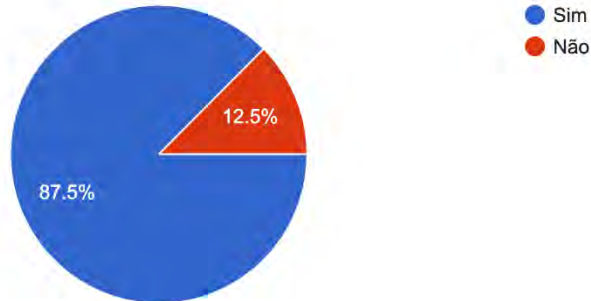
Segue abaixo o resultado geral do questionário de forma gráfica:

³ https://docs.google.com/forms/d/1pMykgLyVf_AZCDQBo1oLLtqpdM4ztRsvERyUhiuWRBw/edit#responses.

Gráfico 5 - Resultado do questionário de forma gráfica

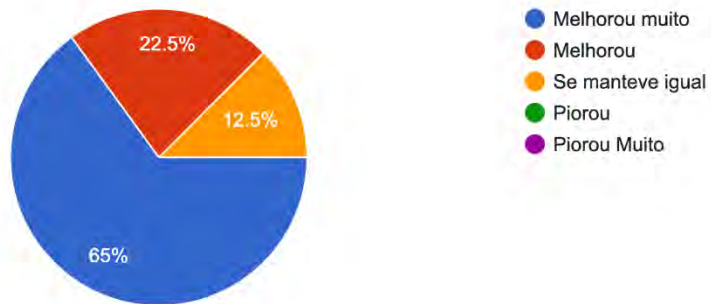
1. Você é beneficiário de algum programa de renda em Mumbuca?

120 responses



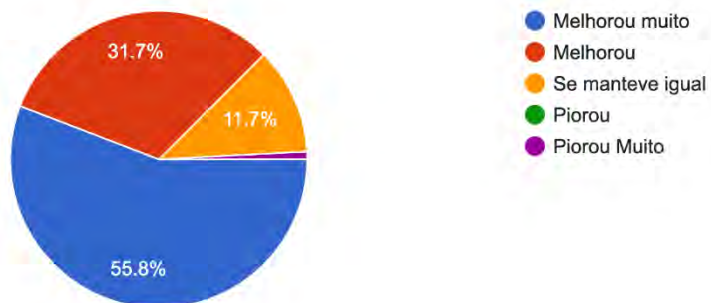
2. Como você avalia a condição financeira e de renda da sua família, atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



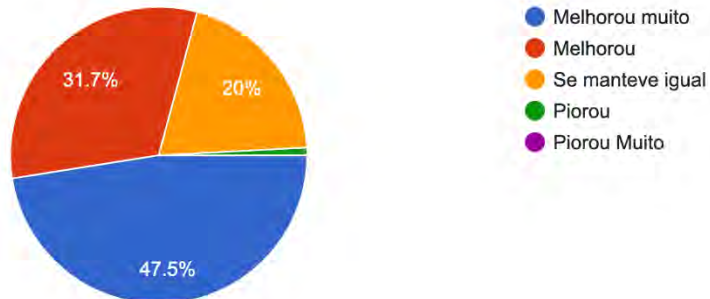
3. Como você enxerga a quantidade e qualidade dos alimentos que sua família tem consumido atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



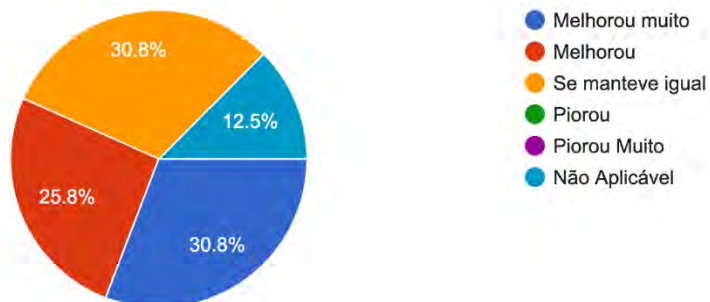
4. Como você avalia a saúde e bem-estar da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



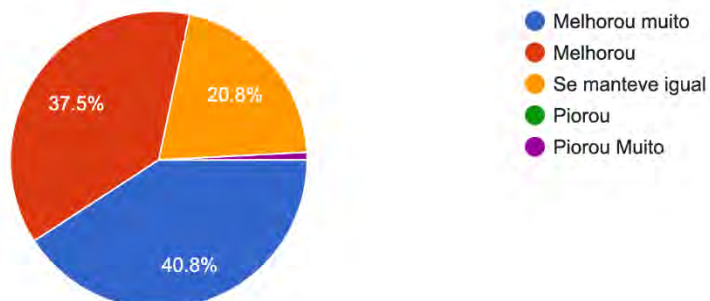
5. Como você avalia o desempenho escolar das crianças da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



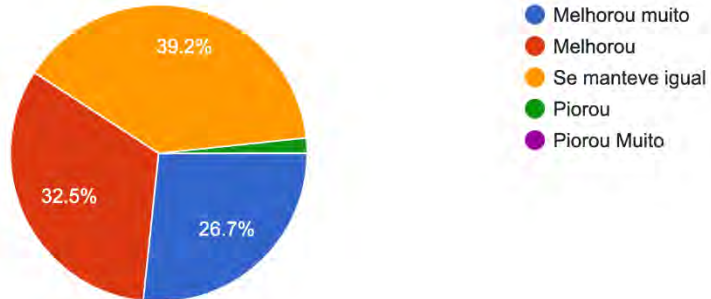
6. Como você avalia a participação das mulheres nas decisões familiares e do município atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



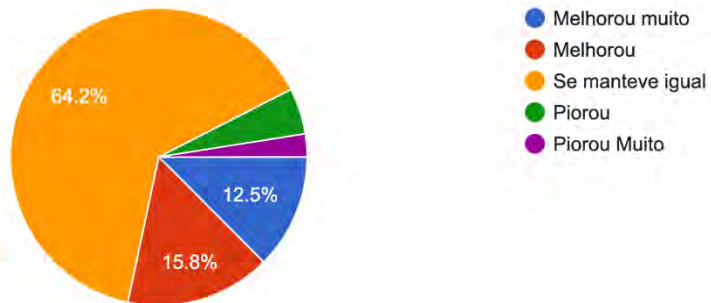
7. Como você avalia o as condições de higiene e saneamento da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



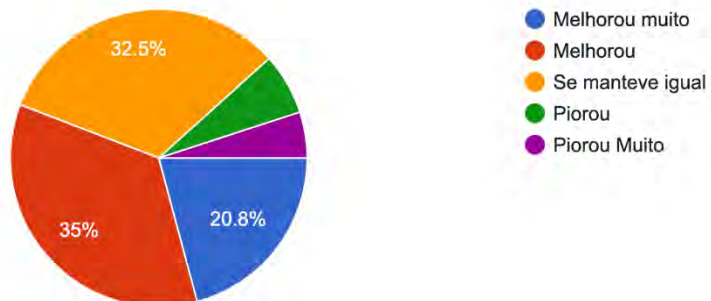
8. Como você avalia o as condições de acesso a energia na sua residência atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



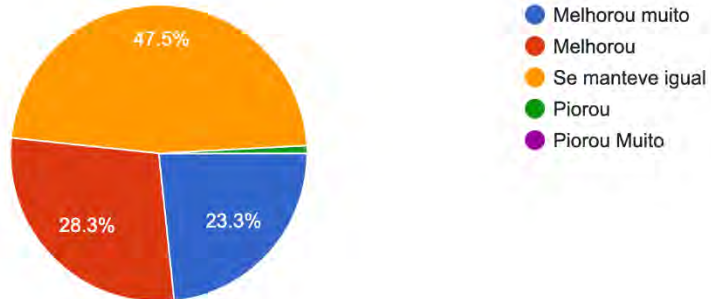
9. Como você avalia a oferta de trabalho no município atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



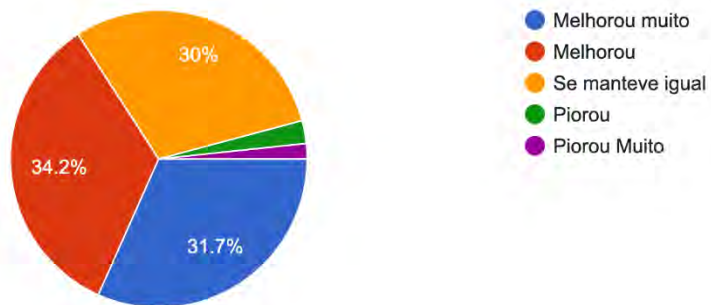
10. Como você avalia o acesso a internet da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



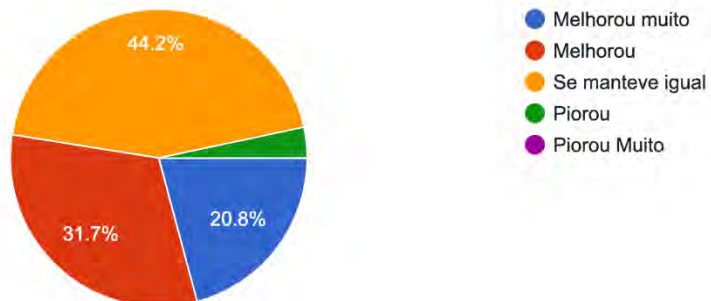
11. Como você enxerga a situação da desigualdade dentro da cidade atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



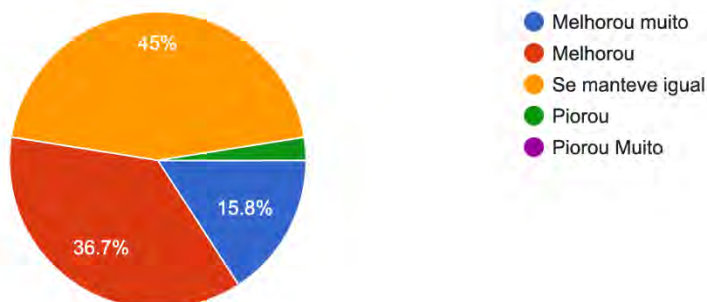
12. Como você avalia a condição de habitação da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



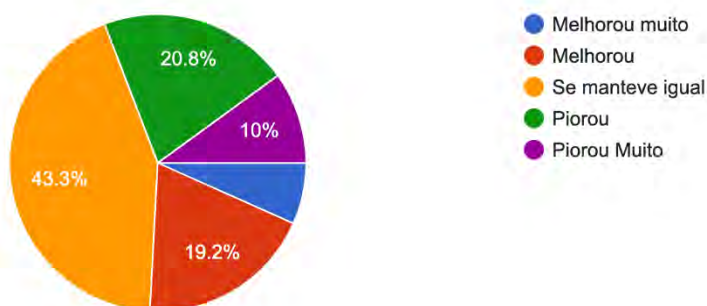
13. Como você avalia a condição de conservação do meio ambiente da região atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



14. Como você avalia a segurança local, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca?

120 responses



Fonte: Fonte: Elaborado pela plataforma *Google Forms*, com base nas respostas ao formulário⁴

5.2 Análise qualitativa

O segundo bloco do questionário é formado por quatro perguntas qualitativas e discursivas que deveriam ser respondidas livremente pelos participantes da pesquisa. Nesse bloco, foram utilizadas as respostas de duas coletas, totalizando 14 dias de disponibilização do questionário. Para entender os resultados obtidos foi escolhido a metodologia de análise de discursos através de categorização, que conforme definido por Velho (1973, p. 65), consiste em “como os indivíduos em sociedades ou grupos sociais específicos ordenam e sistematizam seu mundo social e natural, trata-se de verificar que categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam e os princípios que presidem esta organização”.

⁴ https://docs.google.com/forms/d/1pMykgLyVf_AZCDQBo1oLLtqpdM4ztRsvERyUhiuWRBw/edit#responses

Sobre os sistemas de categorização e sua representatividade, Durkheim (2010, p. 50), afirma:

O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela está, por definição, difusa em toda extensão da sociedade.

Assim, a teoria de Durkheim se baseia na definição das categorias como representações coletivas, na qual a categoria totalidade seria um substrato da própria sociedade. De acordo com Oliveria (2012, p. 71), “as representações coletivas sintetizam o que os homens pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. É, portanto, inicialmente, uma forma de conhecimento socialmente produzida”.

Dessa forma, para entender a compreensão, relação e representação que os usuários possuem da moeda social Mumbuca, foram utilizadas as unidades mínimas ideológicas, que segundo Velho (1973, p. 66), são as unidades básicas de análise “e a partir delas, de suas combinações e sistematização é que é possível reconstituir não só um sistema de classificação de base espacial, mas também formulações de caráter ideológico do universo estudado”.

Assim, para encontrar as unidades mínimas ideológicas no universo de respostas dadas às perguntas realizadas, utilizei a frequência, através da construção de nuvens de palavras, como critério norteador, mas não exclusivo, considerando também os seus significados gerais. Para estas análises, foram consideradas apenas as respostas das pessoas que recebiam algum benefício em moeda social Mumbuca.

Na pergunta de número 15, na qual foi questionado de que forma a Mumbuca mudou a vida do respondente e sua família no dia a dia, foi possível perceber nas respostas forte conexão da Mumbuca com a qualidade da alimentação de seus beneficiários, conforme podemos observar nas seguintes falas:

“[...] agora temos mais condições de pelo menos escolher quais alimentos vamos consumir.” (R5)

“Numa boa alimentação, qualidade de vida. Minha família está muito mais feliz com o Mumbuca, pois nós dar oportunidade de consumir o que antes não podíamos”. (R9)

“Simples, com o Mumbuca obtive uma renda maior, podendo comprar melhores alimentos e também pude comprar material para ajudar na estrutura da minha casa.” (R60)

“Mudou a alimentação da minha mesa, o que antes era só o básico hj tem variedades [...]” (R101)

De fato, ao elaborar uma nuvem de palavras com todas as respostas obtidas tivemos a questão da alimentação em destaque, conforme podemos ver na imagem a seguir:

Figura 18 - Nuvem de palavras da pergunta 15



Fonte: Elaboração própria através da ferramenta on-line <https://www.wordclouds.com/>.

Sendo assim, podemos observar que na nuvem de palavras acima temos como principais destaques as palavras “comprar, alimentação”, “mumbuca”, “ajuda”, “minha”, “melhor”, “renda” e “alimentos”, que neste trabalho utilizaremos como unidades mínimas ideológicas.

Como muitas dessas palavras não possuem um significado por si só, e seus significados são de posição em relação a outros elementos do sistema, foi feita a análise de suas unidades de contexto através das características e frases típicas.

Quadro 3 - Análise de categorias da pergunta 15

Unidade mínima ideológica	Característica da UMI	Frase típica
Comprar	A moeda proporcionou a seus usuários a liberdade de escolher comprar produtos e serviços além do essencial. Proporcionou poder de escolha.	“Mudou muito, hoje posso ir ao mercado e comprar o que quiser [...]” (R19)
Alimentação	Possibilidade de ampliar opções e buscar melhor qualidade na alimentação familiar.	“Ajudou a dar uma alimentação melhor para meus filhos.” (R54) “[...] possibilitou ter mais opções de alimentos nas refeições”. (R14) “Acesso a alimentação de qualidade” (R137)
Ajuda	Mumbuca como um resgate à dignidade, pois eleva o grau de consumo do usuário do nível de necessidade para um nível de escolhas.	“O mumbuca é uma ótima ajuda, seja para comprar remédios e fazer compras [...]” (R12) “O Mumbuca veio como um grande suporte, complementa a renda, ajuda principalmente na compra de

		alimentos e produtos de higiene. Nessa pandemia então, foi fundamental." (R55)
Mudança	Percepção de mudança / impacto na sua própria realidade e na realidade familiar.	"[...]Minha família está muito mais feliz com o Mumbuca [...]" (R8) "O mumbuca mudou muita coisa na minha vida [...]" (59)
Melhor / Oposição entre ter algo melhor e não ter nada ou ter algo pior	Sensação de melhoria no atendimento às necessidades básicas do dia a dia.	"Eu pude dar uma alimentação melhor para minha família" (R64) "Tivemos acesso a uma alimentação melhor, vestimenta, calçado, mercado." (R93)
Renda / Ter condições	Complemento da renda familiar que permite alcançar patamares de renda que apenas o salário não alcançaria.	"Simples, com o Mumbuca obtive uma renda maior, podendo comprar melhores alimentos e também pude comprar material para ajudar na estrutura da minha casa. ". (R60) "Estamos tendo condições em comer, se vestir, se divertir melhor." (R120)

Fonte: Elaboração própria

A palavra "Mumbuca" não foi selecionada como unidade mínima ideológica por ser o nome da moeda que estamos estudando e por isso já ter a tendência a aparecer mais vezes. As palavras "alimentos" e "alimentação" foram agrupadas para a realização dessa análise.

O fato de o programa social ser destinado a não somente um grupo de extrema vulnerabilidade, faz com que pessoas que já possuíam condições básicas de sobrevivência pudessem almejar e experimentar vivências que antes não faziam parte de suas realidades. Assim, pude compreender que este aumento na renda proporcionou autonomia para que cada família pudesse decidir de que forma fariam uso da moeda social e que tipo de consumo seria mais pertinente para cada um. Trazendo, assim, melhoria na qualidade de vida individual e familiar, respeitando o conceito que cada usuário tem sobre essa melhoria, conforme trechos abaixo, retirados das respostas da mesma pergunta 15:

"Ajudou nas melhorias da moradia e alimentação." (R28)

"Ajudou a dar uma alimentação melhor para meus filhos." (R54)

"Mudou muito, hoje posso ir ao mercado e comprar o que quiser. Posso também ir ao salão de beleza e passeios turísticos, melhorando muito minha auto estima e depressão na qual estava começando a entrar. E principalmente da um tratamento dentário a minha filha." (R19)

"Mais dinheiro para gastar com futilidades" (R139)

Assim, pude observar outras categorias importantes que surgem nas falas dos respondentes. Aqui, aponto que algumas categorias definidas no quadro acima, como aumento de renda, por exemplo, se relacionam com outras categorias como: comprar, escolher e futilidades. Estes relacionamentos entre categorias vão tecendo diversos sistemas distintos e

entrelaçados, que são interpretações dos fragmentos de realidade vividos por esses indivíduos. Nesse caso, destaco que o uso da moeda social, por estas famílias, as proporciona poder de escolha nas suas atividades de compra, possibilitando comprar itens que consideram fúteis, uma vez que, o que essas famílias consideram básico, foi atendido.

Dessa forma, muitas vezes a moeda está desempenhando sua função moderna, estritamente econômica, de prover ou aumentar o poder aquisitivo das famílias. Ainda assim, existem muitos significados possíveis para seus diferentes usuários. No geral, especialmente entre os beneficiários do programa, pude observar um sentimento de percepção de mudança na qualidade de vida. Este sentimento veio atrelado às justificativas de que o uso da moeda social possibilitou que as famílias ampliassem ou elevassem suas possibilidades de consumo, alcançando patamares que sem a Mumbuca não seriam possíveis de serem alcançados.

Outro ponto bastante interessante a ser destacado é a presença do núcleo familiar em diversas respostas. Essa presença se deu em diversas formas, conforme pode ser observado abaixo:

“Melhorou a preocupação quanto ao sustento do básico. Visto que o marido é autônomo e a esposa parou de trab para cuidar da criança, sendo a renda incerta a mumbuca de uma forma nos deixa aliviado que comida terá na mesa.” (R2)

“Numa boa alimentação, qualidade de vida. Minha família está muito mais feliz com o Mumbuca, pois nós dar oportunidade de consumir o que antes não podíamos.” (R8)
 “O que mudou foi que agora posso usar o mumbuca para comprar alimentos e o dinheiro do meu salário posso usar para pagar uma TV a cabo para minha filha ver desenhos” (R23)

“Em poder dar uma alimentação melhor para meus filhos. (R145)

O mumbuca me ajuda muito pois hoje posso da um alimento mais adequado para minha família [...] então hoje gracias a renda mumbuca temos essa liberdade de compra e de oferece o melhor para nossa família♥♥♥♥♥ (R148)

“Dignidade de conseguir alimentar meus filhos e comprar as medicações necessárias.” (R157)

“Com o cartão Mumbuca eu e meu filho podemos fazer refeições adequadas, ter acesso a medicamentos quando precisa.” (R158)

“Família” é uma categoria que apesar de não ser tão destacada na nuvem de palavras, por ser representada por diferentes vocábulos, se torna clara ao analisar mais atenciosamente as respostas coletadas. A família se destaca como ponto central, e de extrema importância ao avaliar a mudança de vida acarretada pelo benefício em Mumbuca.

A pergunta de número 16 foi elaborada para investigar o que a Mumbuca representa na vida dos seus usuários e familiares. Segue abaixo a nuvem de palavras elaborada com as respostas dadas à essa pergunta:

Figura 19 - Nuvem de palavras da pergunta 16



Fonte: Elaboração própria através da ferramenta on-line <https://www.wordclouds.com/>.

Dessa forma, utilizei as seguintes palavras como unidades mínimas ideológicas: “ajuda”, “grande”, “vida”, “renda” e “qualidade”, e ampliei suas análises para encontrar os respectivos significados.

Quadro 4 - Análise de categorias da pergunta 16

Unidade mínima ideológica	Característica da UMI	Frase típica
Grande Ajuda	Um auxílio de grande valor	“Uma grande ajuda” (R101) “O mumbuca tem ajudado pois os preços estão altíssimos, e sem o mumbuca ficaria difícil nos manter.” (R132)
Qualidade de Vida	Referência a algo que teve impacto na vida de seu usuário como um todo, e não apenas no aumento de renda.	“Melhoria na qualidade de vida” (R4) “Melhora na qualidade de vida, dignidade e segurança.” (R150)
Renda complementar	Uma renda extra que complementa as demais rendas da família.	“Uma renda complementar” (R53) “Uma renda essencial, que completa no orçamento mensal.” (R160)

Fonte: Elaboração própria

Novamente, de acordo com as repostas obtidas, pode observar que a representação da moeda social Mumbuca está fortemente relacionada à melhoria na qualidade de vida, algo que realmente trouxe mudanças para seus usuários de formas distintas, mas que em geral produz o mesmo resultado. Além disso, foi possível notar que parte considerável das respostas relaciona o programa com uma ajuda, algo dado de bom grado, normalmente associada à atual administração municipal.

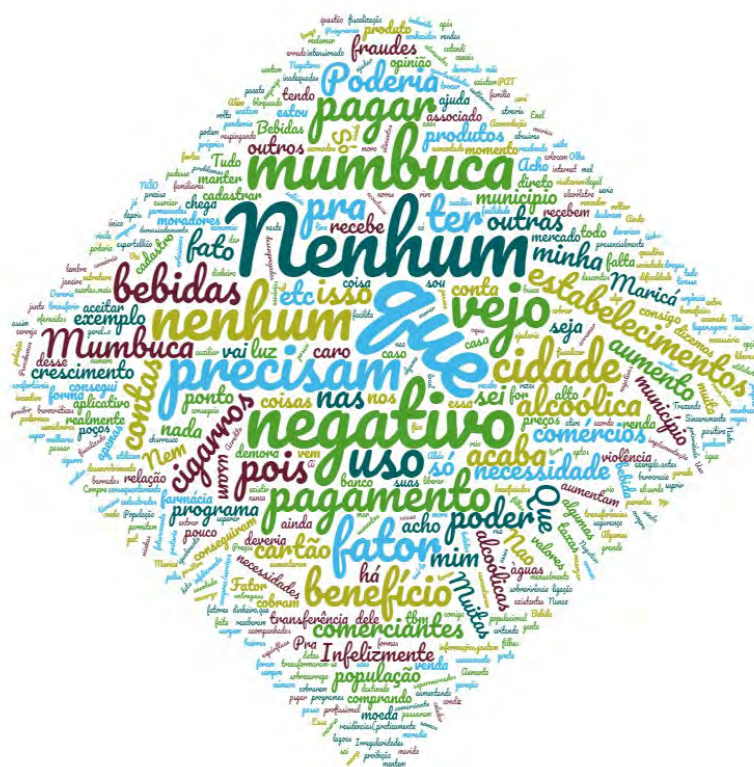
“Uma verba de grande importância para a nossa qualidade de vida” (R14)

“Comida, saúde, higiene, lazer, educação qualidade de vida uma vida melhor para o podre. Obrigada prefeitura.” (R11)

“Um benefício maravilhoso, somos privilegiados.” (R152)

Na pergunta 17, o objetivo foi entender o que as pessoas avaliam de negativo associado ao uso da moeda social Mumbuca. De acordo com as respostas dadas, foi organizada a nuvem de palavras a seguir:

Figura 20 - Nuvem de palavras da pergunta 17



Fonte: Elaboração própria através da ferramenta on-line <https://www.wordclouds.com/>.

De acordo com a nuvem acima, foram identificadas as seguintes unidades mínimas ideológicas: “negativo”, “nenhum” e “precisam”. Novamente a palavra “Mumbuca” não foi selecionada como unidade mínima ideológica pelo mesmo motivo explicitado na nuvem de respostas da pergunta 15.

Quadro 5 - Análise de categorias da pergunta 17

Unidade mínima ideológica	Característica da UMI	Frase típica
Negativo	O usuário não encontrou pontos negativos associados ao uso da Mumbuca.	“Não vejo ponto negativo” (R12)
Nenhum	O usuário não encontrou pontos negativos associados ao uso da Mumbuca.	“Nenhum” (R34) “Sinceramente, não enxergo nenhum.” (R55)
Precisam (Tirar de outras)	Sensação de injustiça na decisão de quais pessoas serão beneficiárias ou não do programa social.	“[...] pessoas que não precisam possui o benefício com valor alto, isso tira de outras que precisam muito mais.” (R87)

Fonte: Elaboração própria

No geral, a maioria das respostas dadas pelos usuários do programa foram relacionadas a não observarem pontos negativos associados ao uso da Mumbuca. Porém, houve alguns pontos de melhoria levantados pelos respondentes do questionário. Estes pontos foram relacionados à forma como as pessoas usam o benefício, processo de escolha de beneficiários deficitados, aumento dos valores de produtos e serviços e crescimento desordenado do município, que é relacionado ao aumento da violência. Estes comentários dão indicativos que as pessoas observam o uso da Mumbuca pelos demais, e traçam critérios individuais de como deveria ser o uso correto da moeda em questão.

“Muitos dos "beneficiários" o estão utilizando para trocar por drogas. Políticos e funcionários compram votos com a distribuição do cartão mumbuca. Apadrinhados que não precisam do benefício o recebem, em detrimento de quem necessita.” (R70)

“O fator negativo que posso associar é que o uso do Mumbuca deveria ser associado a suprir uma falta necessária para sobrevivência, isto é alguns estabelecimentos permitem pagamento de cerveja e cigarros no Mumbuca, entre outros produtos que deveriam ser barrados por essa forma de pagamento.” (R76)

“O aumento dos valores de tudo no comércio local.” (R65)

“Infelizmente o crescimento da cidade. Maricá sempre foi uma cidade pacata e com as oportunidades de crescimento muitas pessoas se deslocam atrás de moradia e auxílios oferecidos pelo município, mas junto vem o aumento da violência.” (R24)
“A vinda de pessoas do rio de janeiro para cá. Trazendo mais violência pra cidade” (R126)

“Algumas pessoas se sentem confortáveis em não arrumar um emprego pois tem 5 filhos ou mais cadastrados no programa e por isso recebem uma renda que chega a superar 1 salário” (R139)

Dessa forma, observei que o ponto destacado nas questões anteriores como sendo positivo, situação na qual os usuários da Mumbuca podem comprar além do básico e decidir como querem gastar o seu benefício (alimentação, melhoria da casa, saúde, cultura lazer e etc.), aqui passou a ser visto como um problema, dependendo dos produtos escolhidos por cada indivíduo. Ou seja, deixando claro que o julgamento dos gastos obedece a critérios individuais e comparativos entre os usuários e não usuários.

Na última pergunta do questionário, para entender a relação de dependência criada com a moeda, foi indagado se o beneficiário estaria preparado para renunciar ao benefício. Com as respostas obtidas foi elaborada a nuvem de palavras abaixo:

Figura 21 - Nuvem de palavras da pergunta 18



Fonte: Elaboração própria através da ferramenta on-line <https://www.wordclouds.com/>.

De acordo com a nuvem acima, foram identificadas as seguintes unidades mínimas ideológicas: “não”, “muito”, “momento” e “ajuda”.

Quadro 6 - Análise de categorias da pergunta 18

Unidade mínima ideológica	Característica da UMI	Frase típica
Negativo	Os usuários não se sentem preparados para deixar de ganhar o benefício.	“Não” (R15) “Ainda não” (R38)
Ajuda Muito	Os usuários sentem que o recebimento da Mumbuca é uma ajuda fundamental e por isso não podem abrir mão dela.	“No momento não, está ajudando e muito a minha família.” (R66) “Não, me ajuda muito! (R106)

Momento	Usuários demonstram não estarem prontos para abrir mão do benefício nesse momento. Mas indicam que podem, em algum momento, estar prontos para passar o benefício adiante	“Nesse momento não.” (R145) “Ainda não. Estou desempregada. Mais assim que conseguir trabalho, deixarei para outra pessoa com certeza [...]” (R147)
----------------	---	--

Fonte: Elaboração própria

Na nuvem de palavras oriundas da resposta da questão 18 fica bem evidente a predominância da resposta “não”, que aparece centralizada e maior do que as outras palavras utilizadas para compor as demais frases. Esta representação gráfica, por si só, já nos faz desconfiar do resultado que segue na análise de categorização. De fato, pôde ser observado que a grande maioria das respostas indicava que os usuários não se sentem prontos, ainda que momentaneamente, para “abrir mão” do referido benefício.

Fato que foi corroborado com as observações realizadas através da netnografia. O aumento do valor recebido no cartão Mumbuca e o PAT foram soluções emergenciais ocorridas quando a pandemia começou a se mostrar grave e letal no Brasil, data na qual foi estipulado que a população deveria realizar o isolamento social. No momento em que essas soluções foram decretadas, estimava-se que a duração das mesmas seria de 3 meses, podendo ser prorrogadas. Desde o decreto até o momento atual, houve algumas discussões de quando estas soluções emergenciais deveriam ser extintas, ou até mesmo modificadas, tendo em vista que apesar da pandemia ainda estar ocorrendo, a população passou, com os cuidados necessários, a voltar às suas atividades econômicas de forma parcial. Sempre que houve a possibilidade de alteração nas medidas emergenciais, também houve manifestação contrária por parte da população, conforme pode ser visto nas imagens abaixo, deixando claro que a população não está preparada para renunciar aos benefícios recebidos.

Figura 22 - Manifestações contrárias à redução dos benefícios

Vanessa Laterza De Andrade Carvalho
19 de agosto de 2020

POPULAÇÃO MARICAENSE ESTÁ DESESPERADA COM O FIM DO PAT NO MÊS QUE VEM.

PAT
PROGRAMA DE AMPARO AO TRABALHADOR

estendido até Dezembro

#PATATÉDEZEMBROEU APOIO

DOM CORAGEM E DETERMINAÇÃO

Raphael Dom Garcia
19 de agosto de 2020

Terho acompanhado o sofrimento da população maricaense desesperada com o fim do PAT (Programa de Amparo ao Trabalhador), no mês que vem (15/09). Por isso, venho por meio do meu Facebook cobrar um posicionamento das autoridades locais afim de prestar esclarecimentos quanto a prorrogação do benefício para a população.

Também tenho acompanhado críticas de pessoas dizendo que a prefeitura de Maricá não tem de sustentar vagabundos. Mas vale a pena ressaltar que o PAT é para ajudar os trabalhadores informais afetados pela crise, pessoas que comprovadamente trabalhavam e tiveram de encerrar ou diminuir suas atividades por conta da pandemia e suas restrições.

#PRORROGAATÉDEZEMBRO #PAT #MARICÁ #ECONOMIA #POPULAR #COPVOQUER
#DEZEMBRO #PANDEMIA #COVID #SAÚDE #PREFEITO #VEREADORES #CIDADE #BRASIL
#SAÚDE #RENDA #RENDABÁSICA — [compartilhando uma atualização sobre a COVID-19.](#)

147 curtidas, 29 comentários, 20 compartilhamentos

Rita Ribeiro
18 de maio de 2020

NÃO REDUÇÃO DO PAT PARA 600 E MUMBUCA PARA 170 ENQUANTO DURAR A PANDEMIA EM MARICÁ E TOTAL IMUNIZAÇÃO DE TODA A POPULAÇÃO MARICAENSE

Maricá, 16 de Maio de 2021
Ao Excelentíssimo Prefeito Fabiano Horta, ao Vice Prefeito Diego Zeidan e aos membros do Legislativo da Câmara Municipal de Maricá

A não redução dos benefícios PAT e RBC (Mumbuca) é um passo importante e essencial para darmos uma resposta a crise que a pandemia nos causou, e para combatemos os prejuízos econômicos que se estendem, faz-se necessário a prorrogação dos benefícios sem a redução, ou seja, o PAT R\$ 1.045, e o Mumbuca R\$ 300,00.

Não estender os benefícios pode ser um desastre social para os trabalhadores e para o comércio local. "Existe um custo nessa ajuda na pandemia para a Prefeitura, mas ela é necessária para a crise que atravessamos."

O PAT e Mumbuca beneficia mais de 50 mil pessoas, somando as pessoas que recebem os dois benefícios e precisa ser mantido em seu valor original do início da pandemia. Existem muitos trabalhadores e comerciantes em dificuldades desde o início da pandemia e em 2021. Muitos comerciantes fechando, e aqueles ainda abertos, se mantêm ainda com extrema dificuldade, o custo de vida aumentando a cada dia, atividades que voltaram porém com muita dificuldade para os trabalhadores, e lucro praticamente zero, pois com a crise e alto custo de vida, a coisa só tende a piorar...

Terho visto e conversado com muitos comerciantes e ex comerciantes que fecharam seus comércios, por não conseguirem por exemplo, pagar aluguel, impostos, os preços da compra de material de trabalho aumentando absurdamente, e não têm como trabalhar com o custo do material altíssimo, ou seja, o fechamento para muitos tem sido uma solução, o que não deixa dos mesmos terem que pagar suas contas atrasadas, pois as mesmas não caíram e só aumentam...

E o Mumbuca auxilia e muito, no valor atual durante a Pandemia, pois o custo da alimentação nunca esteve tão cara nos últimos tempos...

Pedimos ao Sr. Prefeito a continuidade desses benefício sem a redução dos mesmo, e a sua continuidade enquanto durar a pandemia da Covid-19 em Maricá e uma TOTAL imunização de toda a população maricaense. Todas as libações, sem limite do mesmo, pois estamos lidando com um vírus altamente mortal, e precisamos ser imunizados TODOS imediatamente, pois o amanhã pode não chegar pra muitos...

Desde já agradecemos a sua atenção
Atenciosamente,
Vanessa Laterza
Moradora de Maricá

VENHA PARTICIPAR DE NOSSO GRUPO DE APOIO À NOSSA CAUSA, SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE
<https://chat.whatsapp.com/K2H5CQwiz2yGESG6yY4p4>

ASSINE E COMPARTILHE O LINK DE NOSSA PETIÇÃO
<https://secure.avazoz.org/.../prefeito-de-marica-fabiano.../>
<https://secure.avazoz.org/.../prefeito-de-marica-fabiano.../>

CHAT WHATSAPP COM
Não Redução PAT/MUMBUCA
WhatsApp Group Invite

54 curtidas, 18 comentários, 18 compartilhamentos

Fonte: MEIRELES, [s.d.]

Em maio, a prefeitura decidiu que os benefícios e seus respectivos valores seriam mantidos. Uma nova análise deverá ser realizada em agosto de 2021.

Apesar disso, alguns beneficiários indicaram que renunciariam ao benefício quando não precisassem mais do mesmo, vide depoimento abaixo:

Ainda não. Estou desempregada. Mais assim que conseguir trabalho, deixarei para outra pessoa com certeza. Pois o Mumbuca me ajudou em uma fase muito difícil da minha vida. Tive uns dias de não ter nada em casa, o básico mesmo de uma cesta básica... e ainda uma filha pequena com necessidades especiais de alimentação por possuir megacolon e alergia a proteína do leite, tudo para ela era mais caro...então em um momento de desespero onde tinha que pegar o remédio dela e não tinha como pagar, fui a secretaria de economia solidária no Centro, marquei hora com a assistente social, e mediante a documentação comprobatória ela liberou o benefício para minha família, mesmo não sendo época de liberação do cartão. Meses depois sofri um acidente automobilístico com minha família, e bem no início da pandemia, onde fiquei meses acamada e usava o benefício praticamente todo com a farmácia, pois usei muito tempo fralda geriátrica e outros itens de higiene, além da medicação. Então para minha FAMÍLIA, o MUMBUCA foi de extrema importância desde o momento em que recebi até hoje. (R147)

Durante a análise netnográfica, pude perceber que a utilização da moeda social Mumbuca é algo que já faz parte das atividades cotidianas do cidadão maricaense. Passou a integrar a rotina social daquela comunidade e agora figura como um símbolo envolto em muitos significados, que se baseiam em laços sociais e confiança.

Além disso, durante esta análise, foi destacada a possibilidade do empoderamento feminino através do programa de redistribuição de renda, a partir da independência financeira e/ou da possibilidade de empreender. Durante a aplicação do questionário, este ponto foi novamente colocado em pauta através de algumas das respostas discursivas. Seguem alguns exemplos:

“Com esse auxílio eu pude empreender e duplicar meu dinheiro.” (R24)

“Colaborou e colabora para a minha independência financeira e prosperidade pois isso me permitiu voltar ao mercado de trabalho informal como autônoma.” (R25)

“Eu pude com o PAT, pois eu recebo o PAT, eu com ele tive a liberdade de comprar as coisas sem precisar pedir ao meu marido, já que é o único que trabalha atualmente.” (R84)

Destaco novamente que a igualdade de gênero é um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, presentes na Agenda 2030, e é de extrema importância para a construção de sociedades democráticas e justas que mulheres sejam tratadas de forma igualitária e tenham seus direitos respeitados e assegurados.

Outra questão observada é que, em alguns casos, o benefício do programa social figurava como a única fonte de renda de algumas famílias. Deixando clara a sua importância para a subsistência familiar, principalmente de famílias pobres em plena pandemia:

“Eu e meu marido ficamos desempregados pois trabalhamos com transporte escolar. Então fiz a inscrição do PAT e tenho utilizado ele desde maio de 2020.com ele eu consegui comprar comida, pagar a conta de luz "e boletos.” (R48)

“Mudou totalmente porque eu não tenho renda nenhuma ao não ser cartão mumbuca, o pai da minha filha foi atropelado tá sem trabalhar vai fazer 10 Meses se não fosse graça ao pat e cartão mumbuca minha família estaria sem nada.” (R61)

“Hoje, devido a pandemia, é minha única fonte de renda. Sem ele não poderia pagar as contas da casa, fazer compras, ter uma vida digna.” (R52)

Dessa forma, caso essas famílias não tivessem acesso ao benefício, provavelmente estariam enfrentando situação de extrema pobreza e fome. O recebimento da Mumbuca proporcionou a estas famílias a possibilidade de sanar as necessidades mínimas e lhes conferir dignidade. Ou seja, mais dois objetivos da Agenda 2030 (ODS 1 e ODS2) sendo perseguidos através do programa social de distribuição de renda em moeda local.

Durante a análise das respostas do questionário aplicado, também pude observar que alguns dos respondentes relataram ter um sentimento de segurança e tranquilidade, relacionado à diminuição das incertezas decorrentes de imprevistos financeiros, tendo garantido pelo menos uma fonte de renda, conforme exemplos abaixo:

Em saber que no próximo mês teremos como comprar alimento, etc. (R32)

Me deu confiança e certeza de que vou pôr em casa o pão de cada dia (R116)

Uma ajuda sem igual, um alívio da corda no pescoço e a condição de em fim de semana meus filhos pedirem uma pizza e eu poder dar 🍕 (R93)

Além disso, algumas respostas salientam a possibilidade de, através da Mumbuca, acessar produtos e serviços que aumentam a qualidade de vida familiar de diversas maneiras, que sem a Mumbuca não eram acessados antes, conforme já havia sido identificado na análise de categorias:

Representa mais dignidade, não é um programa que só visa colocar o arroz e feijão na sua mesa ,é um programa para oferecer além, as pessoas tem o direito de se vestirem bem, de irem em um salão se arrumar (inclusive estar apresentável para conquistar uma vaga de emprego), ter a chance de fazer uma reforma na casa e até mesmo comprar algum móvel ou equipamento de trabalho, esse programa visa não ajudar só as pessoas baixa renda mas também o trabalhador autônomo e pequeno produtor que tem a facilidade de receber o valor do mumbuca e até mesmo empreender. (R24)

A mudança que aconteceu no meio do meu âmbito familiar foi em relação a estrutura habitacional e a questão da alimentação, sempre faltava algum alimento ou produto de higiene, apesar de meu pai trabalhar sempre de carteira assinada recendo um salário mínimo tinha de suprir a falta com "bicos" e ajuda de terceiros pra alimentar minha família que é relativamente grande e hoje com o Mumbuca, já de idade ele não precisa se esforçar tanto. (R76)

Outra percepção identificada, com recorrência, nas respostas, foi a de que o uso da moeda Mumbuca, localmente, tem consequências que vão além dos benefícios apenas para a família beneficiária, trazendo experiências positivas para toda a localidade, independentemente de serem beneficiários diretos ou não:

O Mumbuca trouxe segurança financeira, principalmente aumentando o poder aquisitivo e fazendo com que a economia da cidade se movimentasse mais, uma vez que obriga os comerciantes informais a se regularizarem para que possam aceitar o mumbuca, assim, além do papel social, ajuda na fiscalização e regulação dos comércios e empreendedores. Além do fato que cresceu consideravelmente a quantidade de comércios na cidade, possibilitando antes, desempregados, poderem trabalhar com seus próprios meios. Isso afeta a segurança pública, pois educação, trabalho e cultura, ajudam a diminuir a incidência de crimes. (R113)

Um auxílio, um amparo e uma forma de incentivar os nossos comerciantes locais, favorecendo os nossos. (R55)

Dando a condição de um aumento significativo na aquisição de bens materiais, acesso ao comercio do município. O cartão da moeda mumbuca é aceito em quase todos os estabelecimentos do município (R115)

Uma forma de diminuir a desigualdade (R28)

No geral, os respondentes relataram experienciar sentimentos bons referentes ao recebimento da Mumbuca, conforme pode ser observado nos trechos abaixo:

Representa uma dádiva (R10)

Representa a fartura. O fato de poder ir ao mercado e comprar tudo que precisamos é muito gratificante. (R86)

Representa só coisas boas e alegria porque toda vez que ele carrega eu vou logo no mercado comprar as coisas pra minha comer ele sempre me pede Danone de chocolate (R61)

Um benefício maravilhoso, somos privilegiados. (R152)

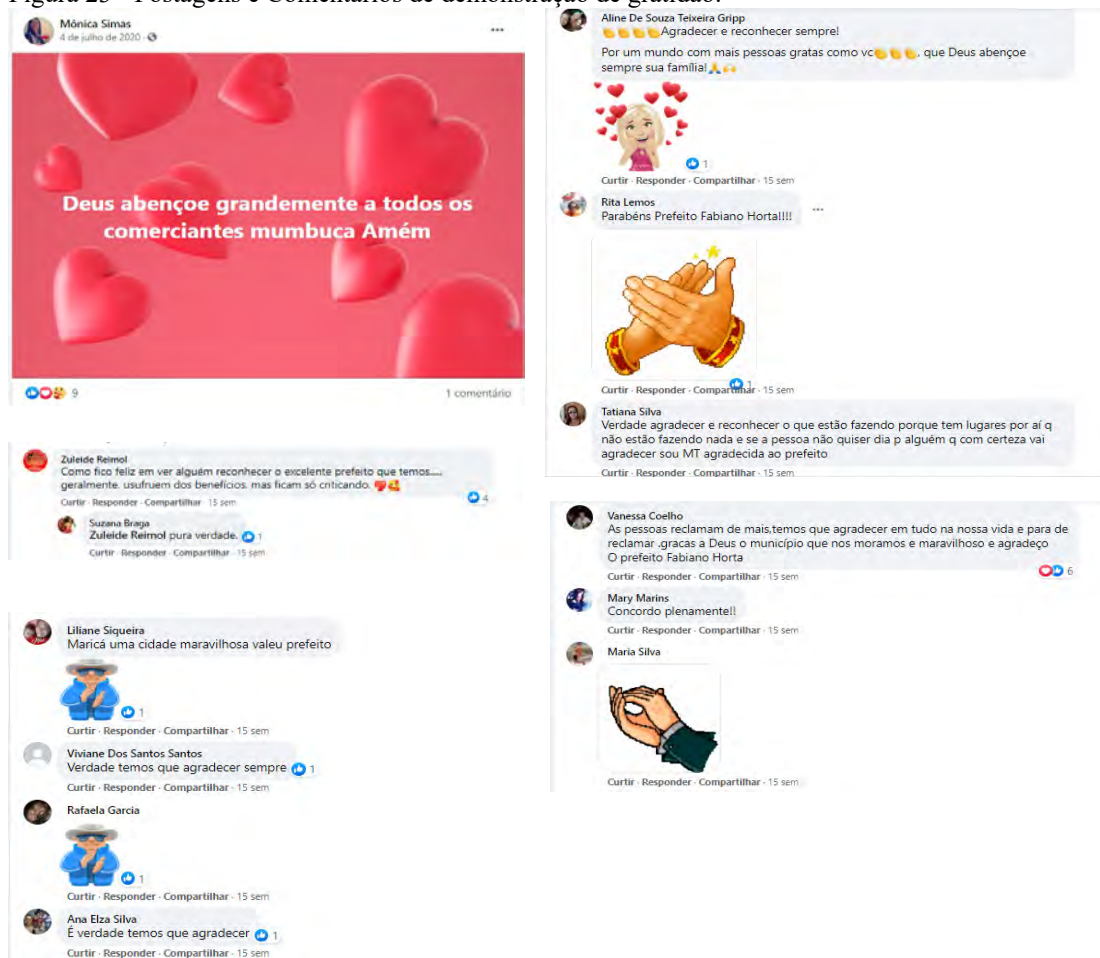
Em algumas respostas, como as destacadas abaixo, pode observar que parte dos respondentes associa os benefícios gerados pelo programa à atual gestão da prefeitura, e expressam sua gratidão ao prefeito, demonstrando orgulho e pertencimento, conforme pode ser visto nas respostas destacadas abaixo:

Esse cartão trouxe a comida na mesa do povo é muito bom sair é comprar tudo o que precisamos sou grata ao meu prefeito Fabiano Horta pois ele só faz o melhor para o povo de marica. (R34)

Eu acho que e muito importante da uma grande ajuda em casa até porque só meu esposo que trabalha e da pra comprar lanche escolar pros meus filhos fazer compras todo mês e uma ajuda e tanta e uma grande ajuda eu agradesso o prefeito Fabiano horta muito obrigada mesmo ♡ gratidão sempre. (R89)

É importante destacar que o cargo de prefeito é uma posição política da esfera executiva municipal. Desta forma, o ocupante do cargo tem a tarefa de gerir os recursos municipais, tendo de tomar decisões de como realizar a distribuição das verbas do município. Ainda destaco que o município de Maricá recebe uma grande parcela de verba dos royalties oriundos do petróleo, conforme visto durante o estudo de caso, e por isso, possui um orçamento maior do que outros municípios muito mais populosos. Mesmo assim, esse sentimento recorrente de gratidão foi observado tanto nas respostas ao questionário, quanto no processo de análise netnográfica, conforme pode ser visto abaixo:

Figura 23 - Postagens e Comentários de demonstração de gratidão.



Fonte: MEIRELES, [s.d.]

Uma possível explicação para esse sentimento de gratidão é o estabelecimento de uma sensação de “dívida” por parte dos beneficiários, conforme apresentado na teoria da dádiva, de Mauss (1975) e definida por Allain Caillé (2002, p. 102), como sendo “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na dádiva, as ações ocupam um lugar de desobrigação. Diferentemente da atividade administrativa da prefeitura, que tem como função e obrigação a gestão dos recursos municipais, oriundos dos impostos dos próprios moradores. Porém, ao se levar em consideração o contexto social e cultural do papel do político no Brasil, é possível imaginar que muitas pessoas desassociem a atividade funcional do prefeito de uma obrigação, e considerem alguns de seus atos administrativos como uma dádiva.

Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem”. Rigo e França Filho (2017, p. 7) complementam o entendimento de Caillé, dando a perspectiva da dívida:

É uma relação que não procura a equidade na troca, mas um sentimento de dívida espontânea, voluntária, em que as partes se sentem dispostas a doarem de uma forma

incondicional. A finalidade não é a retribuição, mas quando ela existe, ela reafirma uma dívida para fortalecer os vínculos [...].

Os mesmos autores detalham o sentimento paradoxal de liberdade e obrigação que existe na teoria da dádiva e que rege o funcionamento da tríade dar-receber-retribuir:

O paradoxo entre liberdade e obrigação na dádiva reside no fato de as pessoas agirem ao mesmo tempo de forma livre e obrigada neste sistema de dar-receber-retribuir. Isto porque, se o ato de dar produz no receptor uma obrigação em retribuir, como um sentimento de dívida, tal obrigação é de certa forma livremente autoconsentida. Ou seja, as pessoas se obrigam livremente a retribuir aquilo que não foi dado com obrigação de retribuição. É por isso que, quando recebemos um presente, por exemplo, podemos nos sentir obrigados a retribuir, mas com uma dose considerável de liberdade de retribuirmos ou não. Além da dívida, a dádiva introduz também certa dose de incerteza na relação acerca da sua continuidade ou não (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 8).

Através dessa teoria, fica mais claro o entendimento da necessidade, percebida na aplicação do questionário, dos beneficiários de falar, e na maioria das vezes elogiar, o programa de distribuição de renda, os comerciantes e a prefeitura, que criou tal benefício. Assim, essa seria uma das formas dos beneficiários retribuírem a “dádiva” recebida através do programa que foi “dado” pela prefeitura / prefeito e assim cumprir seu papel na tríade dar-receber-retribuir.

5.3 Análise em relação ao Desenvolvimento Sustentável

Além das informações destacadas acima, ao longo das análises das respostas encontradas, pude também perceber que o uso da moeda social Mumbuca pode se apresentar como aliada promissora rumo ao alcance do desenvolvimento preconizado pela Agenda 2030. Através de seu uso, é possível observar efeitos que corroboram com o atingimento de alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. De forma direta, foi possível relacionar os desdobramentos sociais da Mumbuca com avanços, mesmo que parciais, em pelo menos 8 ODSs. Seguem os ODSs e seus respectivos desdobramentos em decorrência da utilização da Mumbuca:

Quadro 7 - ODSs impactados pelo uso da Mumbuca

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	Desdobramentos sociais da Mumbuca
Objetivo 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Serve de fonte de renda total ou parcial das famílias beneficiárias e aumenta o fluxo de dinheiro localmente, aumentando as possibilidades de empregabilidade. 88,7% dos respondentes apontaram melhoria na condição financeira familiar.

Objetivo 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	Proporciona possibilidade de compra de alimentos e auxilia na segurança alimentar, uma vez que as famílias podem escolher e variar alimentos. 87,4% dos respondentes perceberam melhora na quantidade e qualidade dos alimentos consumidos.
Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	Proporciona o uso de produtos e serviços de saúde, alimentação e atividades físicas que possivelmente não eram prioridade com uma renda mais restrita. 79,2% dos respondentes apontaram sentir melhora na saúde e bem-estar da família.
Objetivo 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Proporciona implicações positivas ao fazer com que a frequência escolar seja requisito para recebimento do benefício em caso de famílias que possuem crianças em idade escolar.
Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Empoderamento de mulheres através de auxílio à independência financeira.
Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	Aumenta a circulação de dinheiro localmente, aumentando vagas de emprego. Além disso, o trabalhador não tem a necessidade de se submeter a qualquer tipo de trabalho, uma vez que possui uma renda garantida.
Objetivo 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Reduz a desigualdade através da distribuição de renda de uma moeda que não possui caráter especulativo. 66% dos respondentes tiveram percepção de diminuição da desigualdade no município.
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Tem impacto na condição das habitações, tornando as mesmas mais seguras. 53,4% dos respondentes indicaram terem melhorado a condição de habitação de sua família
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Apesar de não ter encontrado nenhum indício significativo no estudo netnográfico, 50,3% dos respondentes apontaram melhora na conservação do meio ambiente.
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	Apesar de não ter encontrado nenhum indício significativo no estudo netnográfico, 50,3% dos respondentes apontaram melhora na conservação do meio ambiente.

Fonte: Elaboração própria

Ademais, não identifiquei nenhum desdobramento negativo para os ODSs, que fosse oriundo diretamente do uso da moeda social Mumbuca. Para os demais ODSs foram observadas relações de neutralidade. Ou seja, durante meu levantamento netnográfico não encontrei desdobramentos sociais, diretos, nem positivos e nem negativos, oriundos do uso da Mumbuca que impactassem nos demais ODSs.

6 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

No desenvolvimento desta dissertação, pude observar como o papel da moeda e do dinheiro se transformou, e foi agente de transformação da sociedade ao longo dos anos. De meio de troca à instrumento de comunicação, a moeda exerceu e ainda exerce diversos papéis sociais. No capitalismo neoliberal, no qual a base do valor da moeda é a escassez, muitas vezes a mesma funciona como ferramenta de exclusão e disseminação da desigualdade. Porém, desde o surgimento de conceitos como a economia solidária, a moeda também passou a desempenhar um papel na luta contra as más consequências do capitalismo, desempenhando o papel de moeda social, no qual sua localidade e contexto são extremamente importantes.

O uso da moeda social, em teoria, pressupõe que haja relações de confiança entre as instituições responsáveis pela criação e gestão do programa, e das pessoas que fazem parte do ciclo de utilização da mesma. Desta forma, as moedas sociais necessitam de legitimidade para alcançar sucesso de utilização. Esta legitimidade é precedida de uma aceitação social, que em geral, à atribui um valor simbólico de identidade cultural local.

A vasta rede de aceitação da Mumbuca e a quantidade de usuários da mesma é um forte indicativo de que a moeda social alcançou a legitimidade necessária ao sucesso do seu programa. Indicando ser um símbolo de identidade cultural, reconhecido não apenas pela população maricaense, como por diversas pessoas e veículos midiáticos de fora de Maricá, quando o assunto é moeda social.

O debate acerca da moeda social evidencia que a mesma deve ser analisada com um viés duplo de entendimento. Pois, ao mesmo tempo em que a moeda exerce a função exclusivamente financeira, de ser uma forma de pagamento, que por ter aceitação local, acaba por aumentar a liquidez local e melhorar a distribuição de riqueza na localidade. Por outro lado, a Mumbuca representa um símbolo de legitimidade de desenvolvimento local. E é de extrema importância notar que estes dois entendimentos não existem de forma separada, muito pelo contrário, estas funções são complementares. Sendo assim, a Mumbuca pode ser entendida como o conceito Maussiano fato social total, como dito por Théret (2008), agregando os sentidos simbólico, econômico e o político.

A interpretação da representatividade da moeda social para os moradores locais atravessa a maneira como os atores sociais constroem, compreendem e negociam sua realidade social, através de suas experiências cotidianas e de como o uso da Mumbuca altera sua qualidade de vida. Assim, ao longo do estudo, pude encontrar indícios de que a moeda traz

alterações positivas para seus usuários, sem que estas alterações sejam necessariamente as mesmas. Deixando claro que o símbolo (Mumbuca) pode carregar consigo diversos significados distintos, conforme visto na categorização dos discursos, que irá variar de acordo com a percepção de cada indivíduo, ou seja, de interpretações que são tangenciadas por culturas, experiências e vivências individuais, mas que também recebem influência familiar e coletiva.

Assim, através do processo de categorização, baseada na metodologia empregada por Velho (1973), no seu livro "*A utopia urbana*", realizado com as respostas das questões discursivas, foi possível encontrar uma série de interpretações de significados da Mumbuca para as famílias beneficiárias. É evidente que a moeda social trouxe um aumento na renda das pessoas que a recebem, mas muito além disso, ao longo da realização desse estudo, percebi que a Mumbuca proporcionou a seus beneficiários a capacidade de exercer o poder de escolha ao comprar itens ou utilizar serviços locais, fazendo com que estas pessoas pudessem decidir o que, de fato, para elas era importante consumir naquele momento. Atrelado a isso, se destaca a sensação de tranquilidade relacionada à diminuição de incertezas. É poder contar e saber que naquele mês o sustento familiar foi garantido através do programa de distribuição de renda. Principalmente no cenário atual, em que vivemos uma pandemia, pude identificar que muitos moradores contavam com a Mumbuca como sua única fonte de renda, e a consideravam uma dádiva.

Dessa maneira, a teoria da dádiva foi posta em evidência para tentar explicar o sentimento de gratidão e sensação de dívida identificadas nos beneficiários ao longo das pesquisas. Interpretando a teoria de Mauss (1975), os beneficiários do programa ao receber a dádiva (benefício), dada pela prefeitura, sentiriam uma espécie de obrigação de retribuir. Isto se mostrou muito coerente com a adesão de respostas oriundas do grupo de beneficiários da Mumbuca e dos elogios feitos à prefeitura que gere a moeda.

À vista disso, quase todas as interações observadas entre os moradores de Maricá e a Mumbuca foram interações positivas, nas quais os maricaenses falavam de mudanças boas em suas vidas, oriunda do uso da moeda social. As poucas vezes nas quais observei alguma crítica ao programa, esta estava relacionada à sensação de mau uso por parte dos beneficiários ou eram questionamentos sobre os requisitos para se tornar um beneficiário, o que parece ter gerado, em alguns respondentes, um sentimento de injustiça sobre a escolha de quem seria contemplado com o benefício e quem não seria.

Contudo, durante a aplicação do questionário, foi identificado que a maioria dos respondentes era beneficiário do programa, evidenciando a limitação de expressar, com esta pesquisa, o ponto de vista do morador de Maricá que não recebe o benefício do programa de

distribuição de renda. Esta limitação pode ter sido consequência do meio de pesquisa ou até mesmo da sensação de obrigação/desobrigação evidenciada pela teoria da dádiva, e por isso exigiria um estudo mais abrangente com os não beneficiários.

Outro ponto interessante observado durante o estudo foi a questão da participação feminina como protagonistas de algumas histórias de empoderamento, que ocorreram através do uso da moeda social Mumbuca. A princípio, apesar de haver uma pergunta sobre este tema no questionário, esta não era uma questão central na pesquisa e ao longo do estudo foi se destacando como resultante do uso da moeda. Sendo assim, seria interessante que no questionário houvesse como segmentar as respostas entre homens e mulheres, e que algumas perguntas mais direcionadas à igualdade de gênero fossem acrescentadas. Sendo assim, deixo este viés como sugestão de tema para aprofundamento em um próximo estudo.

Finalizando, para responder o principal questionamento envolvido neste estudo, eu concluo haver indícios suficientes para acreditar que o uso da moeda social Mumbuca, no município de Maricá, trouxe, além do crescimento econômico, um caminho para atingimento do desenvolvimento sustentável, localmente, conforme preconizado pela Agenda 2030. E, sendo assim, indicando que este tipo de investimento pode resultar em oportunidades de crescimento econômico e sobrevivência da população pobre, bem como percepção na melhora na qualidade de vida e desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ellen Carbonari. **Contribuições da antropologia e da sociologia econômicas aplicadas à análise econômica das moedas sociais: o caso Palmas**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ALVES FILHO, Olinto Silveira. **A erística da moeda e a crise do sistema financeiro e monetário internacional**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - Sergipe, 2016.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 1-12, 2008.

AMBROSIO, Marcelo. Auxílio ao autônomo e ao informal no programa de amparo ao trabalhador tem regras definidas. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/03/28/auxilio-ao-autonomo-e-ao-informal-no-programa-de-amparo-ao-trabalhador-tem-regras-definidas/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

AMPARO, Vinícius. Maricá entre as 60 cidades que mais geraram empregos formais no país. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 06 fev. 2020. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/02/06/marica-se-destaca-entre-as-60-cidades-que-mais-geraram-empregos-formais-no-pais/>. Acesso em: 12 out. 2020.

ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.

BETIM, Felipe. Maricá, no Rio, preserva empregos e negócios na pandemia e coloca a renda básica no centro do debate. **El País**, Maricá, 19 jul. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-07-19/marica-no-rio-preserva-empregos-e-negocios-na-pandemia-e-coloca-a-renda-basica-no-centro-do-debate.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200720. Acesso em: 12 out. 2020.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 184-199, jul. 2014.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, São Leopoldo, v.1, n.3, p. 1-11, jul. 2006.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **Rio aumenta sua participação na produção nacional de petróleo e gás**. ANP, Brasília, 31 jan. 2020b. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/5601-rio-aumenta-participacao-producao-nacional-petroleo-gas>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **Royalties**. ANP, Brasília, 05 nov. 2020a. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: o que é**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 09 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados: Maricá**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/marica.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Maricá**. Rio de Janeiro: IBGE, c2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/marica/panorama>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O IBGE apoiando o combate à COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].e. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Brasília, DF: MMA, [s.d.].ja. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil (2005)**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. ODM Brasil. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Brasília, DF: ODM Brasil, [s.d.].b. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRASIL. **Senador Eduardo Suplicy – Comentários sobre políticas sociais inovadoras criadas no País**. Brasília, DF: Diário do Senado Federal, ano LXIX, n. 205, 16 dez. 2014, p. 250-1

CAILLÉ, Allain. Dádiva e Associação. In: MARTINS, Paulo Henrique. (Org.). **A Dádiva entre os Modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

CERVI, Emerson Urizzi. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponto Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009, p. 125-14.

CONCEIÇÃO, Bruno. Partido dos Trabalhadores e populismo: estudo de caso da ascensão do PT no município de Gravataí – RS (1992-2016). **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, São Carlos-SP, v. 5, n. 2, p. 11-35, 2017

COSTA, Francisco José; SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de likert e phrase completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALMASO, Silvana. C. A construção da memória nos sites de redes sociais: percepções sobre experiências no Facebook. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. [Anais]. Porto Alegre: Associação Brasileiro de Pesquisadores de História da Mídia, 03-05 jun. 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/historia-da-midia-digital/a-construcao-da-memoria-nos-sites-de-redes-sociais-percepcoes-sobre-experiencias-no-facebook/view>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DELGADO, Malu. "Se Censo ocorrer em 2021 vai ser falho, não tem jeito". **DW**, [S.l.], 06 mai. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/se-censo-ocorrer-em-2021-vai-ser-falho-n%C3%A3o-tem-jeito/a-57442856>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DE OLIVERIA, Fernanda Antunes. Entendendo a economia solidária seus limites e possibilidades a partir de uma leitura marxista. *In*: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 4., 2016, Porto Alegre. [Anais]. Porto Alegre: CBE0, 19-21 out. 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/254/246>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DRPEPODOLOGIA ITAIPUAÇU. Desapega tudo, Maricá, Inoã, ITAIPUAÇU, Itaipu! [Grupo Público]. **Facebook**, Maricá, [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1405925999456771>. Acesso em 10 jan. 2021.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação (1903). *In*: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.

ESTENSSORO, Luis Enrique Rambalducci. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERREIRA, Alessandro. Renda Básica beneficia 10 mil empreendedores de Maricá. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/04/12/renda-basica-beneficia-10-mil-empreendedores-de-marica/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FERRO, Ana Paula R. A netnografia como metodologia de pesquisa: um recurso possível. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, Jandira-SP, ano 5, n. 19, ago. 2015.

FREITAS, Newton. **História do dinheiro: do escambo ao TED**. Fortaleza: Oboé, Fundação Demócrito Rocha, 2005.

FREITAS, Henrique; EGYDIO, Olavo. **Programa moeda social mumbuca: inovação social, digital e econômica**. Relatório de pesquisa - projeto conexão local. São Paulo: EAESP-FGV, 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Desigualdade de renda no Brasil bate recorde, aponta levantamento do FGV IBRE. **FGV**, [S.l.], 22 mai. 2019. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/desigualdade-renda-brasil-bate-recorde-aponta-levantamento-fgv-ibre?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_campaign=fgvnoticias-2019-05-22. Acesso em: 24 set. 2020.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvio Sanchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARTON, Laura; HARTHORNTHWAITE, Caroline; WELLMAN, Barry. Studying online social networks. **Journal of Computer Mediated Communication**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

GODELIER, Maurice. **“Moeda de Sal” e Circulação das Mercadorias entre os Baruya da Nova Guiné**. São Paulo: Ática, 1981.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Pedro Gilberto. Mídiação: um conceito, múltiplas vozes. **Revista FAMECOS - Mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016.

GONZALEZ, Lauro; CERNEV, Adrian Kemmer; ARAUJO, Marcelo Henrique de; DINIZ, Eduardo H. Digital complementary currencies and public policies during the COVID-19 pandemic. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1146-1160, jul./ago. 2020.

GREG news - renda básica. [S.l.; s.n], 19 jun. 2020. 1 vídeo (26 min). Publicado pelo canal HBO Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/miVP78DtZcY> . Acesso em: 11 jan. 2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **IV Relatório luz da sociedade civil da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. [S.l.]: GTSC A2030, 2020. Disponível em: https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1598011508relatorioluz2020pt.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

HENRIQUE, Wilnês. **O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

HINE, Christine. Digital Ethnography. In: TURNER, Bryan S. **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Social Theory**. [S.l.]: John Wiley & Sons Publishing, 2017.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Como funciona a moeda social mumbuca**. [S.l.]: Instituto Banco Palmas, [s.d.]. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/como-funciona/>. Acesso em: 27 out. 2019.

KATZ, Paul R.; FERREIRA, Leandro. What a Solidarity Economy Looks Like. **Boston Review**, [S.l.], 9 abr. 2020. Disponível em: <https://bostonreview.net/class-inequality/paul-katz-leandro-ferreria-brazil-basic-income-marica>. Acesso em: 23 set. 2020.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOZINETS, Robert V. Netnography 2.0. In: BELK, Russell W. **Handbook of qualitative research methods in marketing**. MA: Edward Elgar Publishing, 2006, p. 129-142.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LÉVY, Pierre. A mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARICÁ. **Bolsa Mumbuca: começa na próxima segunda o cadastramento das famílias de baixa renda que serão beneficiadas**. Maricá: Prefeitura de Maricá, 6 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2013/12/06/bolsa-mumbuca-comeca-na-proxima-segunda-o-cadastramento-das-familias-de-baixa-renda-que-serao-beneficiadas/>. Acesso em: 09 out. 2019.

MARICÁ. **Lei n 2.449, de 26 de junho de 2013**. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Maricá-RJ: Gabinete do Prefeito do Município de Maricá, 26 jun. 2013a. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

MARICÁ. **[Página inicial]**. Subsecretaria de Governança e Gestão de Tecnologia e Sistemas de Informação, Maricá, [s.d.]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2019.

MARICÁ. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano municipal de assistência social 2017-2020**. Maricá-RJ: Secretaria Municipal de Assistência Social, mai. 2017. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/pmas/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

- MARICÁ. **Prefeitura Municipal de Maricá**. Maricá, [s.d.].a. Facebook: @prefeiturademarica. Disponível em: https://www.facebook.com/prefeiturademarica/about/?ref=page_internal. Acesso em: 27 ago. 2021.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATOS, Daniel; JARDILINO, José Rubens. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional: similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, 2016.
- MAUSS, Mauss. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: E.P.U, 1974, v. II.
- MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-33, jan./abr. 2013.
- MEIRELES, Eliane. Só no cartão mumbuca [Grupo Público]. **Facebook**, Maricá, [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1141342052868082>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- MENDES, Ana Carolina Silva de Paula. **Desenvolvimento sustentável: uma visão da gestão empresarial**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Instituto Educacional de Ensino Superior de Assis, Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2012.
- MENGER, Carl. On the origins of money [Sobre a origem do dinheiro]. **Economic Journal**, Oxford, v. 2, n. 6, p. 239-255, jun. 1892.
- MENEGUIN, Fernando Boarato; VERA, Flávia Santinoni. Indicador de Desenvolvimento Sustentável. In: NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DO SENADO (Org.). **Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, 2012, v. 1, p. 85-88
- MENEZES, Melissa Silva; CROCCO, Marco Aurélio. Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 371-398, ago. 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed.. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande - MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019.

MURALHA, Luis. Ações de combate à pandemia chamam a atenção da imprensa internacional nesta semana. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2021/04/16/acoes-de-combate-a-pandemia-chamam-a-atencao-da-imprensa-internacional-nesta-semana/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MURALHA, Luis. Prefeitura credita 300 mumbucas para os mais de 40 mil beneficiários. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2020/04/03/prefeitura-credita-300-mumbucas-para-os-mais-de-40-mil-beneficiarios/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF: ONU Brasil, c2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 ago. 2021.

NETO, Otavio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

NOVELI, Marcio. Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a internet?. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 12, p. 107-133, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do Trabalho às Formas Elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22, p. 67-94, jul./dez. 2012.

PARK, Robert Ezra; A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Nossa História**. [S.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PLANTÃO ENFOCO. Moeda Mumbuca conquista mais de 10 mil empreendedores em Maricá. **Plantão Enfoco**, [S.l.], 12 abr. 2021. Disponível em: <https://plantaoenfoco.com.br/cidades/moeda-mumbuca-conquista-mais-de-10-mil-empreendedores-em-marica/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

PONTA NEGRA - MARICÁ. Ponta Negra e Maricá [Grupo Público]. **Facebook**, Maricá, [s.d.]. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/486499771460504>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, Brasília, v. 9, ago. 2007.

RECUERO, Raquel da Cunha. Memes e dinâmicas sociais em weblogs: informação, capital social e interação em redes sociais na Internet. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-16, jul./dez. 2006.

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA. Uma cidade no Brasil experimenta a renda básica incondicional. **RBRB**, Maricá, 22 mai. 2021. Disponível em: <https://rendabasica.com.br/uma-cidade-no-brasil-experimenta-a-renda-basica-incondicional/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

RENATO, Sérgio. Bolsa mumbuca melhora a vida de 40 mil pessoas na cidade. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/12/27/bolsa-mumbuca-melhora-a-vida-de-40-mil-pessoas-na-cidade>. Acesso em: 14 jul. 2020.

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil**: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, art. 10, p. 169-193, jan./mar. 2017.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro, Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SANTANA, José da Conceição; SANTOS, João Pedro Paula dos. A política pública da economia solidária na geração de trabalho e renda: entre a promessa e o avanço real. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015, São Carlos. **[Anais]**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Tema: Inserção de pessoas em desvantagem social no trabalho por meio da economia solidária. Disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt7/sessao-2/santana_jose_santos_joao-pedro.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020

SALES, Teresa. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, ano 9, p. 26-37, jun. 1994.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. **Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, jun. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da UNB, 1998.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Editora Texto & Grafia, 2009.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 165-181.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Renata Monteiro; DA COSTA, Eldessandra Santos; DE OLIVEIRA, Maria Rosa. A influência das redes sociais sob a construção da subjetividade humana. **Psicologia.pt**, [S.l.], 01 jun. 2020. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1365.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SILVA, Jéssica Lago da; SILVA, Rodrigo Carvalho da; WALTENBERG, Fábio. **Resposta à crise da Covid-19 no município de Maricá**: análise preliminar comparativa com medidas tomadas no Brasil e no mundo. Centro de Estudos sobre Desigualdade & Desenvolvimento: texto para discussão 154 - 2020, série economia política e covid-19 n. 4, 2020. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/cede/TD_CEDE_154.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SOARES, Claudia Lucia Bisaggio. A moeda social e a economia solidária no Brasil: instrumentos para um novo padrão de desenvolvimento? **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 54- jan./dez. 2011.

SOARES, Cláudia Lucia Bisaggio. **Moeda social**: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. Uma análise do circuito da moeda social mumbuca. **Revista Econômica**, Niterói, v. 21, n. 1, jul. 2019.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993

STASIAK, Daiana. Sociedade midiaticizada e convergência tecnológica: as afetações do Campo dos media na contemporaneidade. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 12., 2010, Goiânia. **[Anais]** Goiânia: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 27-29 mai. 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0190-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

TENENTE, Flavia. Programa Cartão Mumbuca é aperfeiçoado através do Renda Básica de Cidadania. **Prefeitura de Maricá**, Maricá-RJ, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2019/06/28/programa-cartao-mumbuca-e-aperfeicoado-atraves-do-renda-basica-de-cidadania/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

THÉRET, Bruno. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo; ARAUJO-JORGE, Tania. **Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares**. CIAIQ2019, v. 2, p. 41-48, 2019.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana, um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Pedro Antonio. As especificidades da mercadoria força de trabalho: Marx revisitado. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 193-204, 2012.

WEATHERFOD, Jack. **A história do dinheiro**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2005.

WEBERING, Susana Iglesias. Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos. In: Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, 2., 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENEDS, 16-17 nov. 2005. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/180/168>. Acesso em: 27 ago. 2021.

WEBERING, Susana Iglesias. Uma justificativa crítica pela economia solidária. In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Maringá: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR-C1822.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

APÊNDICE A - Questionário

Impacto da moeda Mumbuca na vida dos moradores de Maricá

Esse formulário é parte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável - PPGPDS/UFRRJ, desenvolvida pela aluna Ana Carolina da Costa Barbosa, e tem por objetivo analisar os possíveis impactos sociais experimentados pela população beneficiária do projeto de distribuição de renda através da moeda social Mumbuca.

O tempo estimado para preenchimento é de 15 minutos.

Para mais informações sobre o questionário acesse o termo de consentimento livre e esclarecido no link abaixo:

https://docs.google.com/document/d/1WJ1y1GvnOp3_6Lh6Hc3AmfumCtdc2DesdY4DnUWWFfw/edit?usp=sharing

Para obter mais informações sobre a pesquisa ou fazer acompanhamentos posteriores à sua participação, entre em contato com:

Pesquisadora responsável: Ana Carolina da Costa Barbosa, anacarolinabarbosa@id.uff.br, 21 97192-1039. Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26821220

*Obrigatório

1. Você leu o termo e aceita contribuir com a pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, eu li o termo e aceito contribuir com a pesquisa *Pular para a pergunta 2*
- Eu não quero contribuir com a pesquisa

2. 1. Você é beneficiário de algum programa de renda em Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

- 3 2. Como é a a a a condição financeira e de renda da sua família, atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

Melhorou muito

Melhorou

Se manteve igual

Piorou

Piorou Muito

4. 3. Como você enxerga a quantidade e qualidade dos alimentos que sua família tem consumido atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

Melhorou muito

Melhorou

Se manteve igual

Piorou

Piorou Muito

5. 4. Como você avalia a saúde e bem-estar da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

6. 5. Como você avalia o desempenho escolar das crianças da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito
 Não Aplicável

7. 6. Como você avalia a participação das mulheres nas decisões familiares e do município atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

8. 7. Como você avalia o as condições de higiene e saneamento da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

9. 8. Como é a a a o s condições de acesso a energia na sua residência atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

10. 9. Como você avalia a oferta de trabalho no município atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

11. 10. Como você avalia o acesso a internet da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

- 2 1 Como você enxerga a situação da desigualdade dentro da cidade atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

13. 12. Como você avalia a condição de habitação da sua família atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
 Melhorou
 Se manteve igual
 Piorou
 Piorou Muito

14. 13. Como você avalia a condição de conservação do meio ambiente da região atualmente, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
- Melhorou
- Se manteve igual
- Piorou
- Piorou Muito

- 5 4 Com você avalia segurança local, em relação a antes da implementação do programa Mumbuca? *

Marcar apenas uma oval.

- Melhorou muito
- Melhorou
- Se manteve igual
- Piorou
- Piorou Muito

16. 15. De que maneira a Mumbuca mudou a vida da sua família no dia a dia? *

17. 16. O que representa a Mumbuca para você e sua família?

18. 17. Qual o fator negativo associado ao uso da Mumbuca?

9 8 Você estaria preparado para abrir mão da Mumbuca?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante,

Gostaria de convidá-lo(a) a contribuir com a realização desta pesquisa acadêmica aplicada sobre **os impactos sociais experimentados pela população beneficiária do projeto de distribuição de renda através da moeda social Mumbuca**, respondendo voluntariamente à pesquisa.

Esse formulário é parte de uma pesquisa de dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável - PPGPDS/UFRRJ, sob orientação do Prof. Euler Siqueira e desenvolvida pela aluna Ana Carolina da Costa Barbosa, e tem por objetivo analisar os possíveis impactos sociais experimentados pela população beneficiária do projeto de distribuição de renda através da moeda social Mumbuca, associando os mesmos com os objetivos de desenvolvimento sustentável presentes na Agenda 2030.

Esperamos que, com os resultados destes estudos, possamos relacionar o programa social de distribuição de renda com o desenvolvimento sustentável local e tangibilizar os benefícios experimentados pela população de Maricá.

O tempo estimado para preenchimento é de 15 minutos. Além disso, é importante que você compreenda que:

- A sua participação é totalmente voluntária e, caso se sinta desconfortável, você pode não responder o questionário, recusar-se a responder as perguntas a qualquer momento ou retirar a autorização para utilizarmos as informações fornecidas, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão;
- A coleta tem caráter anônimo e confidencial;
- Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser utilizados no relatório final da pesquisa, apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
- A participação não acarretará custos ao participante, bem como não haverá compensação financeira pela participação;

- Os riscos previsíveis podem causar desconfortos mínimos ao participante ao responder às questões;
- Garantimos o sigilo total das fontes e não serão divulgados nomes em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa;
- Nos comprometemos em cumprir com as exigências contidas nos itens acima, bem como consta nas Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS No 466/2012.

Ao responder o questionário, você confirma que aceita participar do estudo e formaliza o seu consentimento voluntário de participante.

Para obter mais informações sobre a pesquisa ou fazer acompanhamentos posteriores à sua participação, entre em contato com:

Pesquisadora responsável: Ana Carolina da Costa Barbosa,
anacarolinabarbosa@id.uff.br, (21) 97192-1039.